



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

**ENTRE ANTIGOS E NOVOS TRAÇOS: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS
ACERCA DO PATRIMÔNIO EDIFICADO LARANJEIRENSE À LUZ DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS**

Erica Andrade Modesto

Laranjeiras/SE
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

**ENTRE ANTIGOS E NOVOS TRAÇOS: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS
ACERCA DO PATRIMÔNIO EDIFICADO LARANJEIRENSE À LUZ DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS**

Erica Andrade Modesto

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em ARQUEOLOGIA como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando José Ferreira Aguiar
Linha de Pesquisa: Arqueologia, Patrimônio e Sociedade
Agência Financiadora: CAPES

Laranjeiras/SE
2021



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO/TESE/QUALIFICAÇÃO

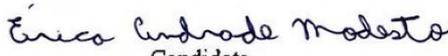
Às 14 horas do dia 28 (vinte e oito) do mês de julho de 2021, reuniram-se por videoconferência motivada pela necessidade de distanciamento social diante da pandemia de COVID-19, os membros da Comissão Examinadora, formada pelos Professores Doutores Fernando José Ferreira Aguiar (Presidente – PROARQ / participação à distância por videoconferência, Fernando Antônio Santos de Souza (1º Examinador Externo ao Programa – Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU/UFS) /participação à distância por videoconferência) e Bruno Sanches Ranzani da Silva (2º Examinador Interno – PROARQ/participação à distância por videoconferência), para a realização da Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada, Entre Antigos e Novos Traços: convergências e divergências acerca do patrimônio edificado laranjeirense à luz das políticas públicas, da mestranda Érica Andrade Modesto (Participação à distância por videoconferência). Após a apresentação da candidata e a arguição dos membros da Comissão, a candidata foi considerada APROVADA. Não havendo mais nada a tratar, eu, Fernando José Ferreira Aguiar, presidente da banca, lavrei a presente Ata que será assinada por mim, pelos membros da Comissão Examinadora e pela candidata. Campus de Laranjeiras, 28 de julho de 2021.


Fernando José Ferreira Aguiar Presidente – PROARQ

Assinatura substituída pela declaração de participação remota

1º Examinador Externo ao Programa - (DAU/UFS)
Fernando Antônio Santos de Souza
Assinatura substituída pela declaração de participação remota

2º Examinador Interno – PROARQ
Bruno Sanches Ranzani da Silva


Candidata
Érica Andrade Modesto

Com apreço, dedico este trabalho a Laranjeiras e ao povo laranjeirense, por sua existência repleta de significados, saberes e sentidos.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, por ser minha força e proteção. Ao menino Jesus e à Nossa Senhora, por sempre me acompanharem nessa trajetória.

Aos meus pais, por terem me ensinado desde cedo que a educação é um instrumento potencializador para melhorar as relações humanas, por meio da humildade, paciência, persistência e esperança.

À minha irmã Jéssica, por sempre estar comigo, por acreditar em mim até nos momentos que eu mesma já não acreditava mais e por sempre me incentivar a alcançar os meus objetivos. À minha irmã Mônica, por me incentivar na carreira acadêmica, pelas explicações e pelo empréstimo do material de estudo.

Ao professor Fernando Antônio, por, ainda nas aulas de planejamento urbano e regional, ter despertado em mim a vontade de estudar sobre Laranjeiras e pelas contribuições que permitiram o andamento desse trabalho. O meu muito obrigada!

À Rose Elke, aqui como amiga e também como professora, pela partilha do grupo de pesquisa Itinerários de educação patrimonial em Laranjeiras. Ao grupo, também deixo o meu agradecimento.

À arqueologia, que me possibilitou percepções de mundo mais humanas. A Laranjeiras e ao PROARQ/UFS, por toda estrutura, ensino e preocupação com os discentes. Aos colegas de turma da pós-graduação, meu agradecimento.

Ao meu orientador, professor Fernando Aguiar, pela confiança que depositou em mim e por ter incentivado meus passos na construção deste trabalho. Gratidão!

Ao professor Bruno Sanches, pela grandiosidade das aulas críticas de Arqueologia Teórica, ampliando minha visão de mundo e me ensinando sobre as várias faces de se trabalhar com patrimônio. Eu realmente aprendi muito com você!

À professora Juliana Machado, por toda excelência de ensino, paciência e didática no campo arqueológico e por ter me ensinado de forma generosa sobre os procedimentos da prática arqueológica.

Às amigas que a arqueologia me apresentou, Hannah e Francini, por toda amizade, apoio, carinho e incentivo! E à Beatriz Veloso, pela generosidade em me explicar cada detalhe do campo arqueológico e por dividir comigo momentos únicos!

À minha rede de amigos de longa data: Bia, Pedro, Camila e Tainá.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão de bolsa de estudos, possibilitando a reta final dessa pesquisa.

“Os estudantes, jovens e pesquisadores devem reivindicar a revitalização desses patrimônios, pois não param de surgir pesquisadores para beber da água potável daqui”.

(Seu Zé Rolinha, mestre da cultura popular, em entrevista sobre Laranjeiras, em 2019)

RESUMO

Esta pesquisa perpassa pelas visões de patrimônio e de cidade, buscando compreender como as políticas públicas patrimoniais se mostram presentes em documentos históricos e acadêmicos referentes ao município de Laranjeiras/SE. Tomando como referência um estudo teórico e empírico, a natureza investigativa deste trabalho foi de abordagem qualitativa. Para alcançar o objetivo proposto, o recorte de estudo foi delimitado ao patrimônio material, dedicando suas investigações ao patrimônio edificado do centro histórico da cidade de Laranjeiras e aos seus desdobramentos em políticas públicas patrimoniais. Os dados analisados à luz da análise textual discursiva foram coletados de documentos históricos do Plano Urbanístico de Laranjeiras e código de obras de 1975 e do Plano Diretor Participativo de 2008, assim como do *corpus* extraído de levantamento exploratório no Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Os resultados obtidos apontam avanços teóricos e políticos na compreensão e no reconhecimento das referências culturais do patrimônio edificado de Laranjeiras. No entanto, esses avanços ainda se encontram distantes da divulgação e da apropriação pública, embora, por definição, o patrimônio histórico seja um bem de alcance social. Assim sendo, foram traçadas possíveis diretrizes que podem contribuir e/ou provocar reflexões sobre a reverberação entre a comunidade e as políticas públicas direcionadas ao patrimônio edificado de Laranjeiras/SE.

Palavras-chave: Arqueologia. Arquitetura da Cidade. Laranjeiras/SE. Patrimônio Edificado. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This research unwinds through the vision of heritage and city, seeking to comprehend how public policies on heritage are referred to in historical and academic documentation related to the city of Laranjeiras/SE. Referencing a theoretical and empirical study, the investigative work was a qualitative approach. To achieve the aimed objective, the study was outlined into the field of material heritage, focusing its investigations to the built heritage of the historic centre of Laranjeiras and its representation in heritage public policies. The data collected from the Urban Plan of Laranjeiras (1975) and the Participatory Master Plan (2008) was investigated through textual discourse analysis, as well as the *corpus* extracted from an exploratory survey in the Institutional Repository of the Federal University of Sergipe (UFS). The gathered results point at theoretical and political advances towards the comprehension and acknowledgment of the built heritage cultural references of Laranjeiras. Nevertheless, although heritage is a social asset, such advances are still placed distant from the community and their public appropriation. Therefore, possible guidelines were drawn in order to contribute and/or provoke reflections on the reverberation between the community and the public policies aimed at the built heritage of Laranjeiras/SE.

Keywords: Archaeology. City Architecture. Laranjeiras/SE. Built Heritage. Public Policies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Estado das pesquisas selecionadas no RIUFS que envolvem o patrimônio edificado do centro histórico de Laranjeiras/SE nos últimos cinco anos...**16**

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 01 – Síntese do recorte de estudo delimitado nesta pesquisa	13
Mapa 01 – Localização geográfica da cidade de Laranjeiras	37
Figura 02 – Origem da forma urbana orgânica de Laranjeiras (Numeração 1 da figura: centro direcional paralelo ao Cotinguiba)	38
Figura 03 – Vista aérea do centro de Laranjeiras/SE, evidenciando sua forma urbana orgânica (Numeração 1 da figura: Rio Cotinguiba)	38
Figura 04 – Perímetro delimitado como centro histórico pelo Plano Urbanístico de 1975	43
Mapa 02 – Perímetro tombado do conjunto arquitetônico e paisagístico de Laranjeiras/SE	44
Figura 05 – Conjunto de edificações do Campus da UFS situado em Laranjeiras	46
Figura 06 – Código de Urbanismo e Obras do Plano Urbanístico de 1975 – tema 1: concepção de patrimônio cultural de Laranjeiras	51
Figura 07 – Código de Obras do Plano Urbanístico de 1975 – tema 2: atribuições de uso ao patrimônio edificado.....	55
Figura 08 – Síntese de uso do solo proposto pelo Plano Urbanístico para o setor central	59
Figura 09 – Vista da Praça Samuel de Oliveira em 1976	61
Figura 10 – Lei Complementar nº16/2008 – Plano Diretor Participativo de Laranjeiras – tema 01: concepções do patrimônio cultural de Laranjeiras.....	67
Figura 11 – Lei Complementar nº16/2008 – Plano Diretor Participativo de Laranjeiras – tema 02: atribuições de uso ao patrimônio edificado	74
Figura 12 - Aracaju, São Cristóvão e Laranjeiras dentro do circuito das cidades históricas do Polo da Costa dos Coqueirais (PDITS/SE 2005)	77
Figura 13 – Síntese do uso do solo do perímetro tombado de Laranjeiras em 2013	78
Figura 14 – Trabalho de monografia do curso de Arquitetura e Urbanismo/ UFS: Arquitetura não é para pobre: ensino e prática popular, a experiência do Trapiche, UFS - Laranjeiras/SE ROCHA, 2021 – (Ficha exploratória 01 – FE01)	87
Figura 15 – Trabalho de monografia do curso de Arquitetura e Urbanismo/ UFS: Igreja Nossa Senhora Conceição dos Homens Pardos: indígenas e negros na arquitetura de	

Laranjeiras – Sergipe LIMA, 2020 – (Ficha exploratória 02 – FE02)	90
Figura 16 – Trabalho de monografia do curso de Arquitetura e Urbanismo/ UFS: O Reconhecimento patrimonial em Laranjeiras: uma estratégia lúdica, multiplicadora e participativa PASSOS, 2019 – (Ficha exploratória 04 – FE04)	92
Figura 17 – Trabalho de monografia do curso de Arquitetura e Urbanismo/ UFS: Morar no centro histórico de Laranjeiras (SE): investigação da inter-relação pessoa ambiente MOURA, 2018 – (Ficha exploratória 06 – FE06)	95
Figura 18 – Casas populares no centro histórico de Laranjeiras/SE	97
Figura 19 – Falso histórico na cidade de Cachoeira/BA, suscitado	98
Figura 20 – Trabalho de monografia do curso de Arqueologia/ UFS: A contribuição da arqueologia da arquitetura no restauro: o caso do Quarteirão dos Trapiches/Laranjeiras- SE SEIXAS, 2019 – (Ficha exploratória 03 – FE03)	99
Figura 21 – Trabalho de monografia do curso de Arquitetura e Urbanismo/ UFS: Acessibilidade no Campuslar-UFS: proposta de rota acessível e de adequação do Campus ALMEIDA, 2018 – (Ficha exploratória 05 – FE05)	100

LISTA DE SÍMBOLOS E ABREVIações

ATD – Análise textual discursiva

CAMPUSLAR – Campus de Laranjeiras

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

DCPH – Departamento de Cultura do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual

EMAU – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo

EMSETUR – Empresa Sergipana de Turismo

FE – Ficha Exploratória

GRAU – Grupo de Restauração e Renovação Arquitetônica e Urbana

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

OMS – Organização Mundial de Saúde

PDP – Plano Diretor Participativo

PROARQ – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia

PRODETUR/ NE II – Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste

RIO-92 – Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente

RIUFS – Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe

SE – Sergipe

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UNIT – Universidade Tiradentes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. INTERLOCUÇÕES: PATRIMÔNIO EDIFICADO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO NO ÂMBITO DA ARQUEOLOGIA E DA CIDADE.....	21
2.1. Memória e patrimônio edificado.....	22
2.2. Políticas públicas de preservação no cenário da arqueologia e da cidade.....	31
2.3. Transformações do patrimônio histórico edificado de Laranjeiras/SE.....	36
3. PATRIMÔNIO E CIDADE: ATRIBUIÇÃO DE VALOR NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LARANJEIRAS NOS ANOS 1975 E 2008.....	49
3.1. Atribuições de valor ao patrimônio edificado de Laranjeiras no plano de 1975.....	51
3.2. Atribuição de valor ao patrimônio edificado de Laranjeiras no plano de 2008.....	66
4. INVESTIGANDO DISCURSOS ACADÊMICOS: POLÍTICAS PÚBLICAS, CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS.....	81
4.1. Visões de políticas públicas para Laranjeiras nos estudos acadêmicos contemporâneos.....	85
4.2. Convergências e divergências no patrimônio edificado de Laranjeiras.....	101
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	105
6. REFERÊNCIAS.....	112
APÊNDICE A.....	121
ANEXO A.....	127

1. INTRODUÇÃO

“Minha terna Laranjeiras, terra das lindas palmeiras”

(João Sapateiro)

A temática do patrimônio cultural está diretamente ligada à esfera política, visto que a preservação desse patrimônio é desenvolvida, teoricamente, na interface entre agências governamentais e segmentos específicos e especializados da sociedade. Ela é definida pela Constituição Federal de 1988 como uma responsabilidade concorrente da União, dos Estados e dos Municípios e compartilhada com a sociedade civil.

À vista disso, a ampliação e a transformação do papel do Estado, quanto à noção de política, geram um campo de estudos que necessita de uma visão transdisciplinar e integrada (ROSA e PASSADOR, 2016). Abre-se, assim, espaço para um debate relacionado à identidade cultural, à memória e à política como exercício da cidadania. Esse debate liga-se ainda à necessidade de ressonância (GONÇALVES, 2005) do patrimônio instituído diante dos processos de implementação das políticas públicas patrimoniais.

A proteção do patrimônio cultural se iniciou com os bens de natureza material, consolidados pelo tombamento, e expandiu-se, posteriormente, para a regulamentação do registro do patrimônio cultural de natureza imaterial. Dentro do patrimônio material, está o patrimônio edificado, o qual entra como um expoente do processo de institucionalização da preservação cultural no Brasil, por meio da sua classificação dentro da categoria de patrimônio nacional, na época da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN¹, no Estado Novo (CHUVA, 2012).

No âmbito do patrimônio material, a cidade de Laranjeiras/SE é dotada de um rico conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, tombado no contexto de um centro histórico. Esse conjunto, por sua vez, é fruto do crescente desenvolvimento econômico, artístico e cultural da cidade durante os séculos XVIII e XIX, mas que, a partir das primeiras décadas do século XX, passou por um processo de deterioração do seu patrimônio arquitetônico, sendo diagnosticado por um elevado índice de arruinamento das suas edificações (LEÃO, 2011). Por conseguinte, a partir dos anos

¹ Atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

de 1940, o SPHAN realizou o tombamento de monumentos isolados na cidade para preservar seu acervo arquitetônico, iniciando-se a consolidação das políticas públicas patrimoniais em Laranjeiras.

Assim, o problema do presente estudo centra-se no seguinte questionamento: de que modo as políticas públicas patrimoniais se mostram presentes em documentos históricos e acadêmicos referentes ao município de Laranjeiras/SE? Tal questão, por sua vez, desdobra-se em outras indagações, chamadas aqui de questões norteadoras, a saber: qual o elo discursivo da categoria patrimônio edificado no âmbito da arqueologia e da arquitetura?; como o patrimônio edificado de Laranjeiras/SE é concebido nas políticas públicas patrimoniais?; o discurso acadêmico sobre o patrimônio edificado de Laranjeiras/SE remete às políticas públicas patrimoniais?; quais as emergências para uma política pública patrimonial em Laranjeiras/SE?.

Para responder a essas indagações, o objetivo geral deste trabalho foi delimitado em compreender como o patrimônio histórico edificado de Laranjeiras/SE se mostra presente em documentos históricos e acadêmicos referentes a políticas públicas patrimoniais. Estabeleceu-se, portanto, como objetivos específicos: a) conectar patrimônio histórico edificado e políticas públicas no âmbito da arqueologia e da cidade; b) identificar as atribuições de valor significadas ao patrimônio histórico edificado laranjeirense pelas políticas públicas patrimoniais. c) investigar o que remete a políticas públicas no discurso sobre o patrimônio edificado de Laranjeiras dos trabalhos acadêmicos dos cursos de Arqueologia e Arquitetura da UFS²; d) apontar possibilidades para a formulação de diretrizes para políticas públicas direcionadas ao patrimônio edificado da cidade de Laranjeiras/SE.

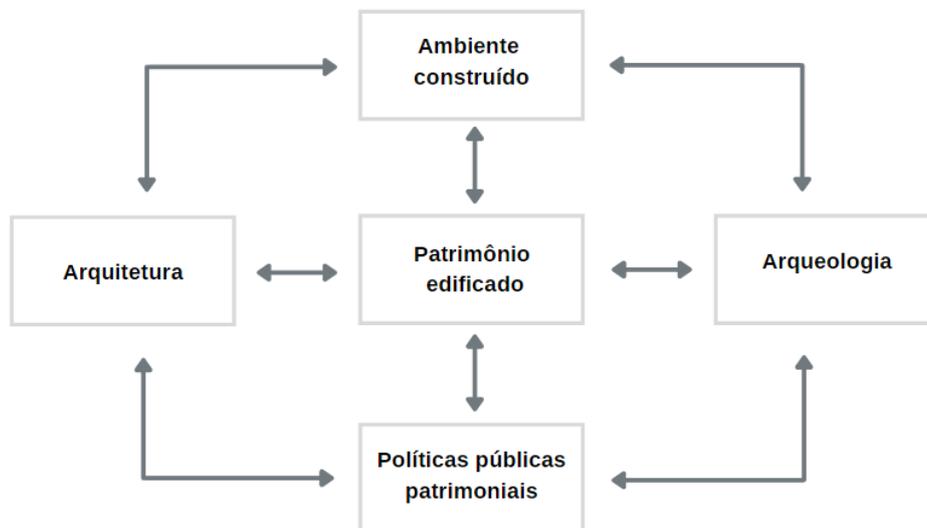
Para tanto, o recorte delimitado nesta pesquisa está dentro do patrimônio material, dedicando suas investigações ao patrimônio edificado do centro histórico da cidade de Laranjeiras e aos seus desdobramentos em políticas públicas patrimoniais (Figura 01). Esse recorte foi escolhido com base nos diagnósticos de deterioração do patrimônio arquitetônico do centro histórico de Laranjeiras – classificados aqui como um problema público – apresentados no Plano Urbanístico de Laranjeiras de 1975 e no Plano Diretor Participativo de Laranjeiras de 2008³. Além disso, destaca-se que esse recorte de estudo, limitado ao centro histórico, justifica-se por este se localizar

² Universidade Federal de Sergipe.

³O Plano Urbanístico de Laranjeiras de 1975 ficou vigente até 2008, quando foi elaborado o Plano Diretor Participativo, atendendo à Lei 10.257/01.

na área urbana do município de Laranjeiras, bem como por esse centro histórico ser bem objeto de tombamento federal. Embora o recorte de estudo esteja direcionado ao patrimônio edificado, pontua-se que este trabalho não desconsidera a cultura imaterial, tendo em vista que entende o patrimônio material e o imaterial como ligados pela memória, pela representação e pelas significações culturais. Considera-se, portanto, o recorte focado no patrimônio material edificado por este se relacionar com a arqueologia e com a arquitetura por meio do ambiente construído, como será explicado no primeiro capítulo deste trabalho.

Figura 01 – Síntese do recorte de estudo delimitado nesta pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Essa conjuntura decorre do fato de que eu, autora da pesquisa, sou egressa do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe (UFS), o qual é ofertado exclusivamente no Campuslar, situado em uma edificação histórica no perímetro tombado do centro histórico da cidade de Laranjeiras/SE. Além disso, foi onde, no decorrer das disciplinas do curso de Arquitetura, recorrentemente surgiram questionamentos e debates sobre a cidade de Laranjeiras, sobre seu patrimônio edificado e sobre qual o retorno proporcionado pela universidade para a população laranjeirense. Ademais, a presente pesquisa faz parte do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PROARQ/UFS), cujas aulas também aconteceram no Campuslar. Ressalta-se, ainda, que o curso de graduação de Arqueologia da UFS também é ofertado exclusivamente no campus da cidade de Laranjeiras, assim, havendo uma maior aproximação entre a cidade e os alunos dos referidos cursos.

Tais motivos, alavancados pela compreensão de que os cursos de Arqueologia e de Arquitetura da UFS poderiam complementar-se, por meio da pesquisa, para embasar reflexões sobre as interfaces teóricas e empíricas do patrimônio edificado da cidade de Laranjeiras/SE, foram fatores impulsionadores desta pesquisa. Desse modo, as minhas inquietações transformaram-se em indagações, a partir da percepção do potencial transdisciplinar da temática patrimonial, pois, à medida que o patrimônio cultural está inserido no cotidiano de uma determinada comunidade, passa a fazer parte do seu entendimento objetivo sobre o mundo, influenciando na significação e na percepção dos bens patrimoniais. Ademais, Soster (2016) afirma que a questão patrimonial caracteriza a expressão dos indivíduos e também da sociedade que os rodeia e os constrói, bem como apresenta que uma das principais virtudes da transdisciplinaridade está no desenvolvimento de conhecimento e teoria integrados entre ciência e sociedade.

Assim, foi feito um levantamento no Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe (RIUFS⁴), para se ter um panorama sobre os questionamentos e sobre as pesquisas acerca do patrimônio material edificado da cidade de Laranjeiras, com foco no centro histórico, já desenvolvidos dentro da UFS pelos cursos de graduação em arquitetura e em arqueologia e de pós-graduação⁵ em arqueologia nos últimos cinco anos (2017-2021), considerando que esse é um prazo coerente para que os dados se mantenham atualizados. A escolha por essa fonte para o levantamento das pesquisas se deu com o propósito de destacar as produções da UFS como fonte capacitada de estudo e de referência bibliográfica de domínio científico, bem como por existir um campus da UFS na cidade de Laranjeiras, permitindo evidenciar a produção científica desse campus referente ao entorno no qual está localizado.

O RIUFS possui o armazenamento dos trabalhos, divididos em cinco categorias. São elas: acervos; eventos - UFS; produção científica; recursos educacionais; teses e dissertações; e trabalhos acadêmicos. Dentre esses, foram considerados, para o referido levantamento, apenas as categorias de “teses e dissertações” e “trabalhos acadêmicos”, por essas pesquisas serem realizadas como produto final dos cursos de graduação e de pós-graduação. Assim, o levantamento foi

⁴ <https://ri.ufs.br/>

⁵ Ressalta-se que ainda não existe na UFS um programa de pós-graduação na área de Arquitetura e Urbanismo.

realizado por meio do mecanismo de busca disponível na página inicial do repositório, utilizando-se a palavra-chave “Laranjeiras/SE”, com a classificação do repositório marcada por ordenar os registros por data de publicação em ordem decrescente e dividido em três filtros de busca ativados.

O primeiro filtro foi para buscar as teses e as dissertações do PROARQ, disponíveis na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) – UFS, conforme o seguinte caminho: Buscar em > Todo o repositório > Teses e Dissertações > Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) - UFS > Ciências Humanas > Programa de Pós-Graduação em Arqueologia – PROARQ. O segundo filtro foi para buscar os trabalhos acadêmicos de graduação do curso de Arqueologia, conforme o caminho: Buscar em > Todo o repositório > Trabalhos acadêmicos > Trabalhos de graduação > Arqueologia. Por fim, o terceiro filtro foi para buscar os trabalhos acadêmicos de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo, seguindo a seguinte direção: Buscar em > Todo o repositório > Trabalhos acadêmicos > Trabalhos de graduação > Arquitetura e Urbanismo.

Após o resultado da busca, foi feita a leitura exploratória do material bibliográfico (GIL, 2002), a partir da leitura da folha de rosto, do resumo, dos índices bibliográficos e da conclusão, com o intuito de verificar se a obra atendia ao recorte delimitado nesta pesquisa. Foram, então, selecionadas as pesquisas que abrangiam, em seu conteúdo, o centro histórico de Laranjeiras e/ou o seu patrimônio material edificado, tanto como estudo de caso, quanto como temática ou como ações que perpassam pela temática patrimonial do centro histórico de Laranjeiras. Essa busca e seleção resultaram em fichas exploratórias – FE –, organizadas por ordem decrescente de publicação do trabalho (apêndice 01) e sintetizadas no quadro 01.

Nos resultados do levantamento, dentro do intervalo dos últimos cinco anos, na categoria de Teses e Dissertações, não foram observadas pesquisas do PROARQ que abordassem Laranjeiras/SE como tema ou como estudo de caso, sendo do ano de 2015 o último registro de pesquisa sobre a referida temática. Assim, os trabalhos do PROARQ não foram selecionados para o quadro mencionado, mas alguns deles foram utilizados como bibliografia, constituindo importante aporte teórico. Quanto à categoria Trabalhos Acadêmicos de Graduação, foram encontradas seis monografias que estavam de acordo com o tema pesquisado e que se encaixavam dentro do intervalo de tempo dos últimos cinco anos. No entanto, no ano de 2017, não foram observadas pesquisas sobre a temática do patrimônio histórico de Laranjeiras.

A temática dessas seis monografias perpassa tanto pelo patrimônio edificado do centro histórico como pelo estudo de caso, a saber: a Igreja Nossa Senhora Conceição dos Homens Pardos (FE02 - apêndice 01); e o Quarteirão dos Trapiches, edificação onde se situa o Campus Laranjeiras da UFS (FE03 e FE05 - apêndice 01); além da própria cidade de Laranjeiras, que é indicada como estudo de caso por seu patrimônio cultural (FE04 - apêndice 01). Também fazem parte da seleção o estudo dos moradores e das moradias do centro histórico de Laranjeiras (FE06 - apêndice 01) e a atuação do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFS, em que se apresentam as ações que foram realizadas no centro histórico de Laranjeiras (FE01 - apêndice 01).

Quadro 01 – Estado das pesquisas selecionadas no RIUFS que envolvem o patrimônio edificado do centro histórico de Laranjeiras/SE nos últimos cinco anos

TÍTULO	DEPARTAMENTO	ANO	TIPO	AUTOR
Arquitetura não é para pobre: ensino e prática popular, a experiência do Trapiche, UFS - Laranjeiras/SE	Arquitetura e Urbanismo/UFS	2021	Monografia	Maisa da Silva Rocha
Igreja Nossa Senhora Conceição dos Homens Pardos: indígenas e negros na arquitetura de Laranjeiras – Sergipe	Arquitetura e Urbanismo/UFS	2020	Monografia	Mayra Rayanne Vieira Gonçalves Lima
A contribuição da arqueologia da arquitetura no restauro: o caso do Quarteirão dos Trapiches/Laranjeiras- SE	Arqueologia/UFS	2019	Monografia	Silvia Santos Seixos
O Reconhecimento patrimonial em Laranjeiras: uma estratégia lúdica, multiplicadora e participativa	Arquitetura e Urbanismo/UFS	2019	Monografia	Déboralys Ferreira Passos
Acessibilidade no Campuslar-UFS: proposta de rota acessível e de adequação do Campus	Arquitetura e Urbanismo/UFS	2018	Monografia	Danillo Cruz de Almeida
Morar no centro histórico de Laranjeiras (SE): investigação da inter-relação pessoa ambiente	Arquitetura e Urbanismo/UFS	2018	Monografia	Jissely da Silva Moura

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos trabalhos cadastrados no Repositório Institucional da UFS, (2021).

Como observado no quadro 01, as pesquisas que envolvem o patrimônio material edificado de Laranjeiras decorrem por questões ambientais, físicas, de memória e de reconhecimento. No entanto, ainda há poucas pesquisas que se concentram na transdisciplinaridade do tripé “patrimônio edificado, políticas públicas patrimoniais e universidade”. Desse modo, somando-se ao fato de que sou discente do PROARQ e de que nesse programa não foram constatadas pesquisas nos últimos cinco anos sobre Laranjeiras, esta dissertação, através de reflexões teóricas, busca uma reaproximação entre as pesquisas do PROARQ e a cidade de Laranjeiras como tema de estudo e também como forma de retribuição a essa cidade.

A presente pesquisa se concentra em um estudo teórico e empírico, cuja natureza investigativa norteadora foi de abordagem qualitativa, escolhida por seu “processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação” (OLIVEIRA, 2007, p. 37). Quanto ao tipo de pesquisa adotado, foi a pesquisa exploratória-descritiva, resultando em levantamento bibliográfico, em análise de documentos e em observação de fatos, com o interesse em descrevê-los, classificá-los e interpretá-los (OLIVEIRA, 2007).

Desse modo, buscou-se responder à questão de pesquisa do objetivo específico “a”, a partir de leitura bibliográfica de livros, artigos científicos e trabalhos acadêmicos, conectando conceitos próprios da arqueologia e da arquitetura da cidade, dentro da abordagem das transformações conceituais de patrimônio histórico edificado e dos avanços das políticas públicas de preservação. Para responder ao objetivo específico “b”, a análise bibliográfica e documental foi feita a partir da consulta aos quatro volumes do Plano Urbanístico de Laranjeiras de 1975, que se encontram no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, disponíveis para consulta local sob agendamento, e da análise do documento legislativo e do relatório técnico do Plano Diretor Participativo de Laranjeiras de 2008, disponíveis para consulta pública no site da Câmara de Vereadores de Laranjeiras/SE.

Para responder ao objetivo específico “c”, foi feita a análise documental dos trabalhos de monografia desenvolvidos no Departamento de Arqueologia e Arquitetura da UFS, selecionados e dispostos no quadro 01. Desse modo, o levantamento sobre o estado das pesquisas referentes ao patrimônio edificado do centro histórico de

Laranjeiras passou a fazer parte do *corpus*⁶ dessa pesquisa. Optou-se por utilizar esses trabalhos como fonte bibliográfica pela possibilidade de conhecer os resultados obtidos a partir de diferentes metodologias aplicadas por eles, abrangendo diferentes ângulos de informações, além de poder evidenciar as produções da UFS como fontes capacitadas de estudo e de referência bibliográfica de domínio científico. Por fim, o objetivo específico “d” foi respondido através dos resultados obtidos nos objetivos anteriores, tendo, assim, caráter conclusivo.

Ressalta-se que, inicialmente, o desenvolvimento deste estudo tinha o intuito de ser direcionado ao contato e ao diálogo direto com as narrativas da comunidade de Laranjeiras. Isso ocorreria através de estudo de campo, analisando as relações de pertencimento entre comunidade e patrimônio edificado de Laranjeiras/SE, guiando-se por pesquisa etnográfica, a partir de narrativas nativas coletadas na própria cidade, por meio de entrevistas a líderes comunitários, de aplicação de questionários e de conversas com a população moradora do centro histórico.

No entanto, devido à pandemia do Coronavírus (COVID-19), declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em março de 2020, foi adotado, no Brasil e em outros países, o regime de distanciamento social, “cujo termo se refere a esforços que visam a diminuir ou interromper a cadeia de transmissão da doença pelo distanciamento físico entre indivíduos que possam estar infectados e os saudáveis” (SILVA *et al*, 2020, p. 2). Por esse motivo, a coleta das narrativas com a população local da cidade de Laranjeiras precisou ser cancelada e o percurso metodológico do trabalho adequado à nova realidade.

Com isso, a análise dos documentos do Plano Urbanístico de Laranjeiras de 1975, do Plano Diretor Participativo de Laranjeiras de 2008 e dos trabalhos acadêmicos de monografia foi realizada à luz da análise textual discursiva (ATD), na qual “não se pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão, reconstruir conhecimentos existentes sobre os temas investigados” (MORAES e GALIAZZI, 2011, p. 11). No processo da ATD, há a ideia de rede, havendo a sistematização de elementos.

⁶ “A análise textual concretiza-se a partir de um conjunto de documentos denominado “*corpus*”. Este representa as informações da pesquisa e para a obtenção de resultados válidos e confiáveis, requer uma seleção e delimitação rigorosa. Seguidamente, não trabalhamos com todo o *corpus*” (MORAES E GALIAZZI, 2011, p.16).

Assim, nesta pesquisa, os planos de 1975 e 2008 e os trabalhos acadêmicos de monografias constituem o *corpus*, do qual, a partir da desmontagem do texto (unitarização), são retiradas as unidades de significado. De posse dessas unidades, foi feita a categorização, a qual se deu por meio de categorias definidas *a priori*, através do método indutivo, da organização de conjuntos de elementos semelhantes para resultar em categorias emergentes, afastando-se das verdades para deixar que o fenômeno se mostre (MORAES e GALIAZZI, 2011).

Esse processo parte do pressuposto de que toda leitura já é uma interpretação, de modo que um texto sempre possibilita a construção de múltiplos significados. Por tal modo, seguiu-se para a construção de metatextos, caracterizando a ressignificação do que se mostrou na categoria emergente, por meio do diálogo entre essas categorias e o aporte teórico (MORAES e GALIAZZI, 2011).

Sendo assim, a construção dissertativa deste trabalho foi estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo possui uma exposição transdisciplinar – no sentido atribuído por Soster (2016) –, do desenvolvimento de conhecimento e teoria integrados entre ciência e sociedade. Transcorre por diferentes autores e perspectivas científicas abrangentes acerca do elo discursivo da categoria patrimônio edificado no âmbito da arqueologia e da arquitetura da cidade, sendo esse elo caracterizado pelo patrimônio edificado que, por sua vez, está sujeito a políticas públicas patrimoniais. Da mesma maneira, entra especificamente nas dinâmicas das transformações do patrimônio edificado do centro histórico de Laranjeiras, resultante das intervenções das políticas patrimoniais.

O segundo capítulo trabalha com as categorias que emergiram dos discursos dos documentos legislativos do Plano Urbanístico de Laranjeiras de 1975 e do Plano Diretor Participativo de Laranjeiras de 2008, a saber: o “Ante-Projeto de Código de Urbanismo e Obras para Laranjeiras”⁷ e a “Lei Complementar nº 16/2008”⁸, respectivamente. Para tal, as unidades de sentido foram extraídas a partir dos temas

⁷ O Plano Urbanístico de Laranjeiras de 1975 é composto por quatro volumes e o Código de Urbanismo e Obras é o documento legislativo resultante do referido Plano. Assim, as categorias de sentido foram retiradas desse Código e os volumes do Plano Urbanístico foram utilizados como aporte teórico para justificar decisões desse código de obras.

⁸ O Plano diretor Participativo de Laranjeiras de 2008 é composto por três volumes de relatório técnico e a Lei Complementar nº 16/2008 é o resultado desses relatórios técnicos. Assim, as categorias de sentido foram retiradas da Lei Complementar nº 16/2008 e os volumes do Plano Diretor Participativo foram utilizados como aporte teórico para justificar decisões dessa lei.

“concepção de patrimônio” e “atribuição de uso”, a fim de compreender as interpretações que versam sobre as atribuições de valor.

O terceiro capítulo extrai categorias emergentes dos trabalhos acadêmicos de monografia do Campus de Laranjeiras, nos últimos cinco anos, que envolvem o patrimônio edificado de Laranjeiras. Os trabalhos analisados são os que foram anteriormente sintetizados no quadro 01 e que estão também apresentados em fichas exploratórias no apêndice A. Compreendendo-se que todo ato humano é político e colocando o indivíduo em uma posição de cidadão e sujeito, as unidades de sentido foram extraídas a partir do tema “políticas públicas”.

Por fim, entendendo que os resultados obtidos nesta dissertação apontam avanços teóricos e políticos na compreensão e no reconhecimento das referências culturais do patrimônio edificado de Laranjeiras, mas que ainda se encontram distantes da apropriação pública, são apontadas possibilidades para a formulação de diretrizes para políticas públicas direcionadas ao patrimônio edificado da cidade de Laranjeiras/SE, com base no que se apresentou nas categorias emergentes das seções dois e três. Em seguida, vêm as referências bibliográficas utilizadas no trabalho, os apêndices e os anexos.

Posto isso, “Entre antigos e novos traços: convergências e divergências acerca do patrimônio edificado laranjeirense à luz das políticas públicas” refere-se, nos antigos traços, às políticas públicas que foram implementadas em Laranjeiras, em especial aos planos de 1975 e de 2008; e os novos traços, aos trabalhos acadêmicos desenvolvidos sobre Laranjeiras, nos últimos cinco anos.

2. INTERLOCUÇÕES: PATRIMÔNIO EDIFICADO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO NO ÂMBITO DA ARQUEOLOGIA E DA CIDADE

*“O teu passado eu bendigo / e adoro o “Bom gosto”
amigo / aonde vou me banhar”.*

(João Sapateiro)

A Arqueologia é a ciência responsável pelo estudo das sociedades humanas através da apropriação do conceito de cultura material. É, portanto, uma ciência social que busca elucidações do comportamento de grupos específicos de seres humanos e que infere ideias sobre o processo de mudança cultural a partir de remanescentes materiais de uso e produção humana, bem como a partir do impacto físico da presença desses grupos no meio ambiente (TRIGGER, 2004).

Essa ciência é absorvida nos processos de restauração de bens culturais arquitetônicos e urbanísticos, resultando no diálogo natural entre a arquitetura e os dados obtidos na pesquisa arqueológica. Esse diálogo constitui uma relação intrínseca entre arquitetura e arqueologia, estabelecida no contexto da paisagem, ao passo que “o acervo atualmente reconhecido como patrimônio cultural é, em grande parte, o resultado do acúmulo, ou da transformação, que o tempo e o homem se encarregam de promover” (COELHO, 2012, p. 166).

Tais transformações são observadas especialmente na lógica da cidade, onde a arquitetura foi definida como técnica construtiva ao longo do tempo e espaço urbanos em constante expansão, desenvolvimento e transformação, atendendo às necessidades das diferentes sociedades. Isso é observado desde a politeia, da Grécia Antiga, em que se constituíam cidades-estados firmadas na organização social e no processo político.

É nessa configuração de avanço social que a arquitetura e o urbanismo, enquanto campo de conhecimento, se estabelecem como fundamentos que se constroem para atender à lógica urbana capitalista, estabelecida como uma criação inseparável da vida civil e da sociedade em que se manifesta, sendo, por natureza, coletiva. Assim, Rossi (2001, p.11) entende a cidade como uma arquitetura; a arquitetura como construção; e a construção como a criação do ambiente em que se vive – destacando-se a cidade pensada e analisada como um artefato, “uma obra de engenharia e de arquitetura mais ou menos grande, mais ou menos complexa, que

crece no tempo” e que exige o reconhecimento histórico das relações dos homens em seu interior.

À vista disso, o ambiente construído urbano torna-se objeto de estudo comum à arqueologia e à arquitetura, sendo caracterizado no presente trabalho pelo patrimônio edificado. Ambiente construído se configura, neste estudo, pela localização, pelo uso e pela ocupação de suas edificações, que ganham significação cultural material ao contribuir para produzir e reproduzir um tipo de organização socioterritorial e que se expressam por relações micro e macro de poder, à medida que o ambiente construído está submetido a regras, a legislações e ao sistema social urbano no qual está inserido.

Portanto, este capítulo dialoga sobre como o patrimônio se relaciona com a memória, ao mesmo tempo em que é uma realidade instituída pelo Estado, elaborada, transmitida e realimentada diretamente pelos atores sociais, em redes de relações sociais (ARANTES, 2006). Do mesmo modo, conceitua-se o patrimônio edificado como um artefato significativo da cultura material, sendo esta conceituação um elo comum entre a arquitetura da cidade e a arqueologia e dos quais resultam políticas públicas de preservação no âmbito da arqueologia e da cidade.

Essas conceituações se fazem importantes porque se constituirão como base teórica para um melhor entendimento sobre as alterações do patrimônio laranjeirense e sobre as análises das próximas seções deste trabalho. Com isso, após a inserção desses conceitos, este capítulo finaliza com um panorama sobre as dinâmicas de transformações do patrimônio edificado da cidade de Laranjeiras/SE, perpassando pela fase de apogeu ao declínio, até se chegar às políticas públicas preservacionistas implantadas na cidade.

2.1. Memória e patrimônio edificado

No processo de preservação arqueológica, de acordo com Lima (2007a), assume-se a condição de que o passado é uma construção do e para o presente, sendo, portanto, uma produção do seu próprio tempo com caráter ideológico e político. Se devidamente construída, fora de perspectivas excludentes, a noção de patrimônio arqueológico como um bem comum pode estimular a coesão social por meio do fortalecimento de identidades e da aceitação do multiculturalismo.

Indo ao encontro desse pensamento, Funari *et al* (2018) ressalta que o direito de conhecer o passado – direitos culturais – permite reconhecer as pluralidades como ferramentas para a construção de identidades, buscando nas histórias silenciadas e esquecidas as conexões que dão sentido para um ser e estar no mundo. Isso contribui para a libertação individual e coletiva, a partir do direito de conhecer a diversidade do passado.

Dessa maneira, “de todo modo, tanto em nível global quanto local, as pessoas não querem mais um passado morto, distante, mas sim conectado a sua realidade cotidiana, e dessa forma trazido de volta à vida” (LIMA, 2007a, p. 7). Esse retorno à vida faz lembrar o sentido semântico de monumento, conferido por Choay (2006), o qual deriva da palavra *monere*, que constitui “advertir”, “lembrar”, rememoração da natureza afetiva dos objetos. Ainda dentro do termo monumento, Riegl (2014) atribui um valor de memória, cuja importância não vem da sua destinação original, mas das atribuições que os sujeitos modernos conferem a ele, em um vínculo sagrado com esses patrimônios.

Etimologicamente, Silva (2017) traz a palavra patrimônio como referente do patrimônio patriarcal patricio – aquilo que faz lembrar o pai –, bem como salienta que a semântica da palavra sofreu alterações ao longo do tempo, mantendo “o caráter de herança, algo que atravessa os períodos e nos faz lembrar daquilo e de quem o tempo já levou” (SILVA, 2017, p. 104). O autor delimita ainda que o conceito de patrimônio, como bem representante de uma memória pública, tem sua origem datada e localizada na França Revolucionária, a partir da transição da Nação como um território real para um território cívico. Portanto, patrimônio seria uma categoria estatal de gestão da memória social e do espaço (SILVA, 2017).

Estando, então, o patrimônio ligado ao Estado por meio da memória transformada em história, faz-se importante dialogar com esses conceitos. Partindo de um ponto filosófico, Rossi (2010, p. 129) utiliza-se da metáfora da flecha, na qual o tempo possui uma direção linear e uma flecha; “trabalha-se somente com eventos singulares, individuais, não repetíveis, cada uma se posicionando num ponto determinado da flecha”. No entanto, continua o autor, pedaços do passado podem implicitamente se reapresentar no presente, resultando na ideia de retorno, cuja proporção ocasiona uma mistura entre a metáfora da flecha e o ciclo de renascimentos ou o retorno do tempo. A memória relaciona-se com o passado e com a sua persistência no futuro como técnica de conservação, enquanto a história dos homens

“é entrelaçada por motivações, propósitos, ações, medos, esperanças, linguagens, leis e costumes, fábulas, ritos, mitos, instituições” (ROSSI, 2010, p. 137).

Desse modo, guiando-se para a história, de acordo com Safe e Pereira Costa (2015), historicidade é um atributo da Escola Inglesa de Morfologia Urbana referente à capacidade de demonstração dos conteúdos históricos, culturais e sociais que permanecem nas paisagens urbanas ao longo do tempo. O autor Le Goff (2013) estabelece, sobre as ciências, que cada uma tem o seu horizonte de verdade, o qual a história deve respeitar, pois, como ciência do tempo, a história é um componente indispensável de toda atividade temporal.

Outrora, sobre memória, Nora (1993) traz uma visão francesa do período em que o país passou a identificar a sua memória material e imaterial enquanto símbolos de uma nação. O autor explicita que a memória não existe mais porque foi transportada pela história, existindo, portanto, locais de memória. Acrescenta, ainda, que memória e história são opostas, sendo a primeira um elo vivido no eterno presente, enraizada no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto, enquanto a segunda é uma representação do passado que só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. Desse modo, é por meio da memória transformada em história que se estabelecem os lugares de memória. Assim, as políticas de preservação do patrimônio criam lugares de memória para gerar uma identidade coletiva (NORA, 1993).

À vista disso, pode-se definir que patrimônio se atrela à memória como uma categoria do Estado para uma valoração social. Nela, o patrimônio histórico se estabelece como um conjunto de bens materiais e imateriais que representa memórias e significado de tempos passados, através de subjetividades individuais e coletivas sujeitas às reivindicações políticas e econômicas do Estado.

Assim, ao compreender que patrimônio histórico é uma organização que faz parte de um corpo social alinhado com seus representantes – na figura do Estado –, entende-se que suas ações devem ser constantemente repensadas, legitimando um olhar amplo, que não só enxerga o todo, mas que também considera a realidade de cada grupo (NARDI, 2011). Isso porque todo cidadão tem direito à memória, significando o direito à preservação, à transmissão e à continuidade das materialidades e imaterialidades, que se constituem como elementos centrais para a identificação do próprio grupo (PAOLI, 1992). Reforça-se que esses são sentidos diretamente ligados à necessidade de ressonância do patrimônio estabelecido por

uma instituição de Estado junto ao seu público, diante dos processos de reconhecimento das suas referências culturais (GONÇALVES, 2005).

Nesse sentido, a implementação de procedimentos de proteção patrimonial são fruto de um processo de negociação complexa e, como destaca Arantes (2006, p. 426-427), “freqüentemente conflituoso, que envolve mediadores culturais, ou seja, agentes de políticas públicas (técnicos e burocratas) e agentes profissionais, políticos e empresariais”. O Estado-nação passa, então, a ser representante do interesse público nos processos de construção de representações simbólicas da nação e da identidade dos grupos que a formam. Isso é corroborado por Gonçalves (2015), que explicita que

do ponto de vista do Estado e de suas políticas, especificamente suas políticas de patrimônio, “identificar” um grupo e seu patrimônio equivale a exercer positivamente sua função enquanto agência do poder. Por esse ângulo, a noção traz em si uma certa ambiguidade: se, por um lado, é a forma pela qual um grupo se afirma publicamente, por outro, é o modo pelo qual o Estado exerce seu controle sobre a sociedade. [...] Nesse sentido, os patrimônios são menos expressões de identidades do que meios de produção de determinadas formas de autoconsciência individual e coletiva. (GONÇALVES, 2015, p. 213).

Dessa forma, as políticas patrimoniais de proteção e salvaguarda do patrimônio ocasionam a apropriação deste, pelos agentes sociais, do valor que é agregado aos bens selecionados pelos institutos jurídicos do tombamento, reincorporando à vida cotidiana esses itens culturais patrimoniais. É esse processo de incorporação da memória social que transforma o patrimônio em histórico, a partir da generalização do pertencimento de todos a uma memória nacional coletiva, mas que pode não se refletir, da mesma maneira, em determinados grupos e/ou individualmente.

Nesse momento, pontua-se que, por tombamento, o “Manual Para Quem Vive em Casas Tombadas”⁹, produzido em 2018, define como sendo uma das formas existentes na legislação brasileira para a proteção dos bens com valor cultural, servindo apenas para bens materiais, resultando, no caso dos imóveis, em limitações ao bem tombado e às áreas ao seu redor quanto à possibilidade de construções e de alterações das características originais (PAIVA e SOUZA, 2018).

Diante do que foi exposto, pode-se dizer que patrimônio e memória estão intrinsecamente ligados em um processo de rede, em que não há uma separação de

⁹ Manual elaborado pelo Núcleo de Pesquisa em Direito do Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), pelo Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de Ouro Preto (MG) e pelo Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG).

categorias, pois um faz parte da essência de significado do outro. A partir do momento em que se fala de patrimônio, fala-se também de memória e de identidade e essas ligações resultam em políticas públicas de preservação, as quais envolvem exercício de controle do Estado. Entretanto, antes de se entrar na categoria de política pública de preservação, para um melhor entendimento sobre a temática patrimonial, em especial ao patrimônio material, faz-se importante entender o patrimônio edificado como um artefato.

Desse modo, foi firmando-se no conceito do arquiteto Aldo Rossi (2001), da cidade como um artefato, que se buscou também compreender o patrimônio histórico edificado como artefato significante da cultura material e como elemento constitutivo da paisagem humana, sendo essa conceituação um elo entre a arquitetura da cidade e a arqueologia.

Dentro do campo arqueológico, essa relação é trabalhada pelo historiador Chiarotti (2005), o qual escreve sobre o significado de tratar uma edificação histórica como um artefato¹⁰ arqueológico, e, portanto, como uma fonte alternativa de informações. Nessa perspectiva, o autor faz a escolha pelo patrimônio histórico edificado devido à conceituação deste como uma “construção arquitetônica que tem sua estrutura preservada pela prática do tombamento ou, em outros termos, por ser uma construção representativa de uma dada coletividade” (CHIAROTTI, 2005, p. 301).

Essa conceituação é confirmada através de Souza (1982 *apud* Chiarotti, 2005), que define patrimônio edificado como um bem cultural construído para uma determinada nação ou civilização. Chiarotti (2005, p.312) considera, assim, o patrimônio histórico edificado como as construções mais exemplares a partir de quando estas se relacionam de forma direta com uma determinada coletividade, “além disso, são os mais visíveis, pois são mais concretos, feitos de pedra e cal”. O patrimônio histórico edificado seria, então, artefatos chamados de estruturas ou arquitetura, criados e objetificados pelo homem.

O edifício por si só é um lugar ausente da interferência humana, entretanto, ver um edifício histórico como um artefato permite a possibilidade de antever seu passado. É perceber os usos que o edifício tem ao longo do tempo e as diferentes

¹⁰ O artefato seria um instrumento criado pelo homem e definido por uma ação ou uso que lhe é destinado, cujo conceito comporta aspectos materiais da solidificação do artefato e aspectos simbólicos do uso (RABARDEL, 1995 *apud* CHIAROTTI, 2005).

maneiras como as pessoas interagem com ele, tornando-o uma fonte de informação e de investigação (CHIAROTTI, 2005).

Essa ocupação do lugar se dá pelas diversas maneiras como as pessoas interagem com ele, diferenciando-se enormemente da ocupação do espaço, pois este tem como característica principal a ausência de humanidade, de um conceito que exprime um lugar ausente da interferência humana, ausente da noção de incorporação ou das outras noções apresentadas. [...] Tal qual o artefato, o edifício histórico passa pelos mesmos processos, levando a um modo operatório ou a um esquema de utilização (CHIAROTTI, 2005, p. 316)

Entender o patrimônio histórico edificado como um artefato implica também trabalhar a arquitetura como discurso material. Zarankin (2001) propõe a arquitetura como um tipo particular de linguagem – comunicação não-verbal – que pode ser lida a partir do seu processo de significação ao longo da história. Partindo-se dos prédios como objetos sociais ativos na formação das pessoas, “a arquitetura denota uma ideologia, e possui a particularidade de transformá-la em “real” (material), para desta forma transmitir seus valores e significados por meio de um discurso material” (ZARANKIN, 2001, p. 41).

O autor utiliza essa comunicação não-verbal da arquitetura dentro de uma perspectiva de heterogeneidade, entendendo a arquitetura como um produto cultural, e, por assim ser, a sua interpretação está condicionada ao contexto social e às narrativas às quais o edifício pertence. Zarankin (2001) vai além, evidenciando a arquitetura como elemento constitutivo da paisagem humana que, quando vista pela ótica arqueológica, especializada em estudar a cultura material, por meio dos seus instrumentos metodológicos, pode ser um caminho de estudo para o mundo social.

Um trabalho nesse sentido de produto cultural, segundo Oliveira (2018), sugere buscar formas de aproximação do ponto de vista dos sujeitos diretamente envolvidos na dinâmica social em que se inserem os bens e práticas culturais, com sentidos e experiências que constituem uma cultura para os sujeitos que com ela se identificam.

Referenciar esses bens culturais implica entendê-los no contexto do seu entorno. Uma obra arquitetônica não nasce isolada; ela é condicionada, desde a sua criação, pela conciliação entre objetivos pessoais, legislações, entorno, cultura social, economia e política. Ver o edifício de forma isolada da sua paisagem e da sua história é desconsiderar o seu significado enquanto agente produtor de transformação urbana social. É como estudar um artefato arqueológico que está fora do seu contexto de origem, pois o material arqueológico é encontrado dentro do sítio em meio a um

contexto que justifica sua presença ali. Se esse material for simplesmente retirado do seu local de origem, sem nenhum registro exato da localização e do conjunto no qual foi encontrado, ele se tornará apenas um artefato fora de contexto, que não será capaz de trazer informações, tornando-se um material órfão.

Assim sendo, como ressalta Costa (2013), a pesquisa arqueológica possui instrumentos metodológicos para o entendimento da sociedade através das construções, do meio ambiente físico, dos edifícios ou das paisagens. Dentro do campo da Arqueologia da Arquitetura, esses instrumentos metodológicos examinam os edifícios e extraem informações, suas modificações construtivas, refletindo em estudos sobre as transformações de atitudes sociais ou culturais.

Ainda como Costa (2013) bem coloca sobre a Arqueologia da Arquitetura, o edifício é visto como um artefato que só pode ser compreendido se for analisado e registrado dentro das suas transformações físicas e do contexto social e de entorno ao qual o edifício pertence. O processo de intervenção arqueológica em um patrimônio histórico edificado deve ser feito com todo o cuidado de evitar falsos históricos e de não negar a história do prédio e do seu entorno. Entender a evolução construtiva do edifício possibilita determinar os procedimentos adequados e necessários dos projetos de intervenção contemporânea ou de restauro na edificação de valor patrimonial.

Dentro dessa perspectiva, entende-se que a evolução construtiva do patrimônio edificado está inserida dentro de um tempo e de um espaço que sofrem alterações, sejam elas naturais, sejam provocadas pelo homem. Assim, os diferenciados campos de estudo na cidade permitem pistas para o entendimento da lógica da cidade e do espaço e tempo urbanos em constante transformação.

Costa (2014) destaca que é possível definir arqueologicamente o potencial de estudo de um determinado espaço urbano a partir da análise do seu potencial arqueológico, mensurado por meio da correlação da quantidade e da qualidade dos dados obtidos e pelas similaridades e diferenças contextuais. São parâmetros estabelecidos e estudados dentro da arqueologia urbana¹¹. No Brasil, Cazzetta (1993

¹¹ Pontua-se aqui que a Arqueologia Urbana é debatida por vários arqueólogos históricos sobre a visão de uma arqueologia na cidade e uma arqueologia da cidade. A arqueologia na cidade é caracterizada por questões e pesquisas arqueológicas em um contexto urbano. A arqueologia da cidade consiste em usar métodos que contribuam para entender os processos específicos de urbanização. A depender da problemática, a arqueologia 'da' cidade se torna parte (sendo subconjunto) da pesquisa 'na' cidade (STASKI,1982).

apud OLIVEIRA, 2005) considera que a arqueologia urbana não deve ser apenas um estudo em espaço urbano, limitando-se a um grupo humano ou a um conjunto monumental particular, mas deve apreender a cidade na sua evolução, nas mudanças de paisagem e na realidade da vida material de seus habitantes.

Sobre os dados históricos escritos, pictóricos e orais, dentro da arqueologia urbana, Costa (2014) menciona que eles auxiliam na reconstrução histórica dos espaços e no diagnóstico da existência de vestígios arqueológicos, com destaque, no planejamento urbano, para os mapas e para as plantas aéreas urbanas.

Portanto, a arqueologia urbana pode ser entendida mais do que somente o estudo da cultura material na e das cidades. Mesmo que a arqueologia da cidade seja realizada somente no espaço urbano e tenha por premissa entender esta paisagem única de pesquisa. Ou que a arqueologia da cidade seja uma investigação do tempo urbano e tenha como principal objeto de estudo a formação e desenvolvimento geral da cidade. O estudo arqueológico sincrônico e diacrônico do urbano deve também procurar entender o urbanismo enquanto fenômeno e, como qualquer arqueologia, fazer uma "hilegrafia" com cada objeto pesquisado, tentando inserir este conhecimento construído nas necessidades e perspectivas contemporâneas e futuras, das cidades em que vivemos (COSTA, 2014, p.63-64).

O Manual de Arqueologia Histórica em Projetos de Restauração (NAJJAR E DUARTE, 2002), produzido pelo IPHAN, traz que a arqueologia está presente em projetos de atividades práticas e de preservação. Esse documento apresenta ainda diretrizes para a avaliação do potencial arqueológico de patrimônio histórico edificado, ressaltando que essa etapa tem como finalidade orientar a elaboração do projeto de intervenção que define o novo uso da edificação e que se insere na elaboração do projeto arquitetônico. Uma colocação importante que o manual oferece é a de que a Arqueologia, nos processos de intervenção de bens edificados, produz conhecimentos que podem confirmar ou refutar dados que tenham sido previamente obtidos através da análise histórica (NAJJAR E DUARTE, 2002).

Quanto à potencialidade arqueológica, Oliveira (2005) já havia discutido sobre as motivações consideradas por Meneses (1984 *apud* OLIVEIRA, 2005) para a preservação do patrimônio arqueológico brasileiro, considerando razões de ordem científica, afetiva e política. A ordem científica foi justificada pelo fato de a ciência da arqueologia fornecer matéria-prima para o conhecimento científico, colaborando, assim, para o conhecimento e para a organização social do ser humano. Já a ordem afetiva, foi fundamentada no vínculo do sentimento de pertencimento como base para

a construção da identidade, enquanto que a ordem política está ligada à cidadania e sustentada por grande importância para as ações de preservação.

Oliveira (2005) relaciona essas questões ao salvamento dos bens arqueológicos, afirmando como problemático o estabelecimento de critérios de significação imutáveis para esses salvamentos. Considera, então, a importância de que todo o sítio deve ser preservado, tendo em vista seu significado potencial para futuras pesquisas. Os critérios de significância funcionam como referenciais para estabelecer a escolha de zonas de interesse para a área da arqueologia, mas podem mudar de acordo com a necessidade dos objetivos da pesquisa ou por questões de prioridades públicas; “é importante lembrar que não existem medidas universais ou absolutas de valoração cultural, pois a importância de um bem está relacionada ao contexto de avaliação e suas características” (OLIVEIRA, 2005, p.31).

Retornando ao arqueólogo Costa (2014), este traz a importância de que o mecanismo de pesquisa das potencialidades arqueológicas de uma cidade é também um instrumento de gestão, no qual podem e devem estar presentes diferentes atores nas várias etapas do processo. Lima *et al* (2010) destaca a importância de se considerar a diversidade cultural e a identidade de um povo diretamente ligada ao patrimônio cultural, no qual devem-se preservar os conjuntos arquitetônicos e os acervos arqueológicos das cidades históricas, mas considerando todos os atores sociais envolvidos com esse patrimônio, centrando o interesse no homem e em sua existência.

Quanto à interpretação de dados arqueológicos, ela se liga à compreensão de como os seres humanos se comportam no presente e de como esse comportamento se reflete na cultura material. Dentro desse contexto social, é apenas por meio do conhecimento humano que a arqueologia pode se relacionar com as outras ciências, construindo uma base mais eficaz para a compreensão da mudança social (TRIGGER, 2004).

Tal compreensão pode vir a servir de guia para o desenvolvimento futuro, auxiliando a população a fundamentar, por meio da informação, as escolhas para a construção de políticas públicas (TRIGGER, 2004). Essas políticas são materializadas por meio da figura do governo, no entanto, é uma área que envolve diversas unidades organizadas a partir das inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade (SOUZA, 2006).

Essas inter-relações constituem os ideais das políticas públicas de preservação, em uma visão holística que torna essas políticas um ponto de interesse comum para pesquisadores de diversas disciplinas das ciências humanas e das ciências sociais e aplicadas. Essa visão contribui para avanços teóricos e empíricos sobre o tema, já que as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades (SOUZA, 2006).

Desse modo, compreender o patrimônio edificado como um artefato implica não só compreender as atribuições de valor estabelecidas a esse patrimônio, mas também analisar o que está por trás dessa valoração social, entendendo a potencialidade do patrimônio histórico edificado como produtor social, cultural, político e como agente transformador do espaço urbano.

2.2. Políticas públicas de preservação no cenário da arqueologia e da cidade

Política pública, de acordo com Souza (2006, p. 26), pode ser resumida como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).” As políticas públicas possuem impactos em um curto prazo de tempo, no entanto, são políticas que se estendem a longo prazo, envolvendo processos subsequentes de implementação, de execução e de avaliação (SOUZA, 2006).

No Art. 216-A da Constituição Federal do Brasil de 1988, incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012, o Sistema Nacional de Cultura “institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade” (BRASIL, 1988). Assim, estima-se que a proteção e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro deva ser realizada a partir de gestões em parceria com a União, com o Estado e com o Município.

Isso, dentro da Constituição Federal, faz parte de um sistema que busca o equilíbrio federativo a partir da repartição de competências fundamentadas na técnica de enumeração dos poderes da União, com poderes indicados para o Município e poderes remanescentes para o Estado. Nesse conjunto, entram as áreas comuns de atuações paralelas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como os setores concorrentes entre União e Estados, em que as competências das políticas

gerais cabem à União e as competências suplementares cabem aos Estados e/ou Municípios (SILVA, 1997 *apud* CALI, 2005).

No Brasil, as políticas públicas de preservação surgem antes dessas premissas da Constituição Federal de 1988, iniciadas pelo projeto modernista de Mário de Andrade, no ano de 1936, carregando uma identidade histórica e etnográfica. Desse modo, é, em 1937, que nasce oficialmente a política de patrimônio no Brasil, estabelecida pelo Decreto-lei nº 25, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, constituindo-o como conjunto dos “bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937).

Lima (2007b) aborda, como episódio marcante desse período, a implantação da criação de uma série de agências culturais brasileiras como medidas efetivas da política destinada à construção da nacionalidade brasileira, sendo o SPHAN uma dessas criações. “Por meio da valorização do patrimônio histórico, do culto ao passado, de uma ideia de “democracia racial” e de mestiçagem idealizada, emergia com novos contornos a nação brasileira” (LIMA, 2007b, p. 18 -19).

A política cultural de patrimônio do SPHAN, através do Decreto-Lei Nº 25/1937¹², passa a promover “o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937, art. 46). Com isso, fica também estabelecido que os interesses comuns fossem sobrepostos aos interesses particulares da propriedade privada, em um viés de neutralidade dos bens patrimoniais (MARCHETTE, 2016).

Nesse momento, contextualiza-se que, no Brasil, o SPHAN surgiu a partir das recomendações da Carta de Atenas de 1933¹³, a qual define princípios modernistas da arquitetura e do urbanismo, em que as recomendações de preservação se preocupavam com monumentos isolados¹⁴, “objetos que possivelmente viriam a representar o passado, com a intenção de que a cidade pudesse ser planejada com

¹² Especifica quatro livros de tomo, dentre eles, o Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (BRASIL, 1937).

¹³ A Carta de Atenas foi o manifesto urbanístico resultante da assembleia do IV CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Esse congresso foi realizado em dez edições (1928 – 1956).

¹⁴ O idealizado era montar uma restauração em que tornasse o objeto um símbolo da humanidade ocidental, a exemplo da referência do Partenon, na cidade de Atenas, na Grécia.

base em argumentos estéticos e higienistas” (SOUSA, SILVA, BATISTA, 2015, p.17-18).

Desse modo, o Estado passa a decidir o que seria ou não preservado na construção de um patrimônio para a formalização da história nacional e para a legitimação do Estado brasileiro, em um projeto de homogeneização da cultura brasileira (NORONHA, 2006). A homogeneização idealizada pelo Estado Novo – governo de Getúlio Vargas – caracteriza o aniquilamento dos ideais de Mário de Andrade sobre a diversidade cultural brasileira, apagando, assim, aspectos culturais relacionados aos indígenas, aos negros, aos imigrantes e às culturas operárias, bem como retardando a inserção da cultura imaterial como bem patrimonial. Desse modo, há a priorização dos padrões colonizadores europeus, com a valorização da paisagem colonial de tradição luso-brasileira, ficando o destaque para os bens móveis e imóveis da elite proprietária (MARCHETTE, 2016).

A política cultural estadonovista, por exemplo, gerou mecanismos para que a memória nacional fosse reconhecida na valorização dos grandes monumentos, com ênfase nas edificações do século XVIII. Esses bens culturais, por conseguinte, não representavam os valores imateriais defendidos no anteprojeto de Mário de Andrade, e eram voltados para a preservação da memória oficial impressa em prédios que haviam abrigado funções públicas, religiosas e militares do período colonial brasileiro (MARCHETTE, 2016, p. 33).

Arqueologicamente, Bueno (2011) destaca que o conteúdo do Decreto-lei nº 25, de 1937, criou uma ligação entre arqueologia, história e arquitetura, sendo responsável, academicamente, por reafirmar a separação entre a arqueologia e a antropologia, cujo distanciamento teórico já vinha ocorrendo desde os anos 1920. Posteriormente, em 26 de julho de 1961, é sancionada a Lei 3.924, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos do Brasil, considerando-os bens patrimoniais da União e, conseqüentemente, sob a guarda e proteção do Poder Público.

Essa lei especifica o que são considerados monumentos arqueológicos ou pré-históricos¹⁵, caracterizando, de forma abrangente, os sítios arqueológicos pela

¹⁵ Nota-se há uma separação pela conjunção “ou” entre os monumentos arqueológicos e os pré-históricos, classificando duas categorias. Isso acontece porque a Arqueologia brasileira nasceu na academia sob os parâmetros franceses como pré-história. Assim, na Europa, tradicionalmente, se definiu a pré-história como o período que antecede a escrita, no entanto, no Brasil, esse conceito tornou-se conflituoso, pois a maior parte das pesquisas brasileiras se dedicavam ao estudo do passado

presença de vestígios de ocupação humana. Estão inclusas jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade; sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento; inscrições rupestres ou locais com sulcos de polimento; sítios com registro de ocupação pelos paleoíndios; e outros vestígios de ocupação humana (BRASIL, 1961).

A lei proíbe, em todo território nacional, o aproveitamento econômico dos bens arqueológicos, bem como considera crime contra o Patrimônio Nacional qualquer ato de destruição ou de mutilação desses bens e das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, antes de serem devidamente pesquisadas. Ressalta-se, ainda, que existe uma salvaguarda ao que a lei especifica como direito comum de propriedade da superfície, que exclui desse direito as jazidas arqueológicas ou pré-históricas e todos os elementos que sejam encontrados nelas (BRASIL, 1961). Atualmente, também o Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002) dispõe que o direito de propriedade do solo não abrange as jazidas e os monumentos arqueológicos (BRASIL, 2002).

A Lei 3.924/1961 foi marcada por um período de abertura democrática, pela consolidação das universidades, pela diversidade política e pelo Projeto Desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek. No entanto, após sancionada, essa lei teve uma pausa sobre as questões jurídicas referentes ao Patrimônio Arqueológico (BUENO, 2011). Não só arqueologicamente, mas de modo geral, a retomada e a renovação das políticas públicas de proteção ao patrimônio nacional acontecem na década de 1980, com a redemocratização.

É a partir dessa década que se intensificam os debates e os movimentos acerca da conceituação de patrimônio, resultando em como a categoria patrimônio está determinada na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), com a inclusão dos bens de natureza material e imaterial, este último pelas formas de expressão, pelos modos de criar fazer e viver, e pelas criações científicas, artísticas e tecnológicas. No que se sucede, no final dos anos 1990, o Ministério da Cultura cria o Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial e, no ano 2000, é instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial pelo Decreto-Lei nº 3.551 (MARCHETTE, 2016). Ficam, então, estabelecidos o Tombamento para os bens móveis e imóveis de natureza material e o Registro para os bens culturais imateriais.

das sociedades indígenas, assim, esse termo “foi hoje elegantemente corrigido por arqueólogos brasileiros com o uso da expressão ‘pré-colonial’ ao invés de ‘pré-histórico’” (BARRETO, 2000, p. 41).

Percebe-se que, embora a Constituição Federal já citasse os bens de natureza imaterial, eles só vieram de fato a serem reconhecidos oficialmente pelo Registro, havendo aí um intervalo de cinquenta anos dos debates do patrimônio material à frente do imaterial, o que se reflete diretamente nos centros históricos tombados. Inclusive, nesse ponto, entra-se nas cidades, em que as medidas de proteção e salvaguarda se apoiam nas estratégias do planejamento urbano para manter o caráter histórico dessas cidades, em meio ao seu desenvolvimento e crescimento.

Isso é ordenado pelo Estatuto da Cidade, instituído em 2001, resultado de uma trajetória marcada por embates, confrontação de interesses e divergências do contexto social de lutas de movimentos pela democratização do país. O Estatuto (Lei 10.257/01), como evidencia Marchette (2016), mantém o bem coletivo acima do bem individual, a partir da função social da propriedade urbana. No que se refere à questão patrimonial, amplia as formas de proteção dos bens culturais, destacando-se, aqui, os incentivos fiscais e financeiros como forma de compensar as restrições impostas pela política preservacionista aos bens tombados, bem como a gestão participativa das cidades, com a participação popular na Administração Pública.

O Estatuto da Cidade desdobra-se na legislação complementar do Plano Diretor, que está na escala no município, estudando, apontando e visando atender às especificidades municipais, visto que o Estatuto da Cidade é um só para todo o Brasil e o Plano Diretor vai adequar as regras do Estatuto à realidade de cada município brasileiro. Ressalta-se que o Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes e há a recomendação de ele ser revisado e atualizado a cada dez anos, para assim se manter em consonância com o crescimento e com o ordenamento dos municípios. Além disso, atualmente se recomenda que esse processo se dê pelo Plano Diretor Participativo, a partir de audiências públicas e de participação popular direta, desde a construção desse plano até a sua instituição como Plano Diretor Participativo.

Ademais, os progressos da legislação intensificam o compromisso dos arquitetos, arqueólogos e demais profissionais com um patrimônio que fala com as pessoas do presente e que é construído diante das questões de identidade, diversidade cultural e memória construída, cujos discursos sustentam a noção de patrimônio que é veiculada por meio da educação (BUENO, 2011).

Não só no ambiente acadêmico, é senso comum a constatação de uma ausência de identificação do povo, da população brasileira com o patrimônio. Isso está diretamente relacionado a uma outra questão que envolve um não reconhecimento na história da nação, no ideário nacional, na memória construída desde os tempos do império. [...] Por mais que ela seja veiculada, transmitida, re-transmitida e afirmada ela não é interiorizada, não é vivenciada, o que se reflete diretamente na relação que este público estabelece com o Patrimônio, a qual passa muitas vezes pelo não reconhecimento ou pela negação e até pela destruição. (BUENO, 2011, p. 66).

Corroborando esse pensamento, Bastos e Bruhns (2011) entendem o Patrimônio Histórico como um retrato do presente, cujo conceito reverbera da nação para a sociedade. Do mesmo modo, compreendem também que a educação patrimonial visa perceber a melhor forma de integrar os conhecimentos gerados pelas pesquisas acadêmicas com as comunidades. Então, diante do século XXI, eles apontam que o patrimônio deve ser visto em toda sua potencialidade de instrumento canalizador de reflexões e de ações para o desenvolvimento das comunidades.

Esses autores acrescentam a importância de o Patrimônio Cultural ser instrumento turístico apenas após ter passado pela Educação Patrimonial e pela Inclusão Social, pois deve-se garantir a esse patrimônio os atributos da apropriação pública, já que, por definição, são bens de alcance social. Entender a forma como o patrimônio se constituiu, bem como compreender as diferentes atribuições de significado durante os anos, conecta-o com o presente, estabelecendo uma relação com o povo, seja de negação, seja de apropriação (BASTOS E BRUHNS, 2011).

Essa questão legislativa é importante porque marca os avanços das discussões sobre a ampliação do conceito de patrimônio cultural brasileiro, superando a ideia da homogeneia nacional. Isso também representa o crescimento na demanda pela democratização dos patrimônios culturais brasileiros, tal como conceituado na Constituição Federal, a partir das políticas públicas preservacionistas.

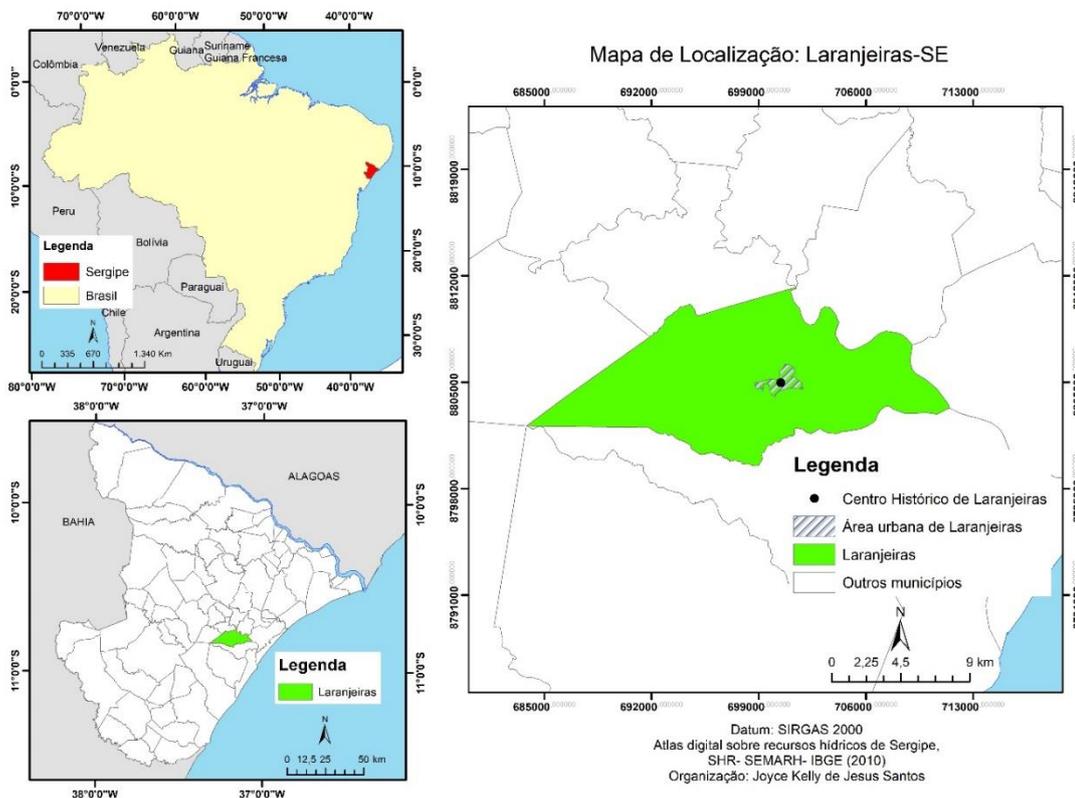
2.3. Transformações do patrimônio histórico edificado de Laranjeiras/SE

A cidade de Laranjeiras fica localizada na região Leste do estado de Sergipe (Mapa 01), possuindo uma área de unidade territorial de 162,273 km², segundo os dados de 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. De acordo com o último censo demográfico (IBGE), realizado em 2010, o município de Laranjeiras possuía 26.902 habitantes. Recentemente, no ano de 2020, dados do

mesmo instituto apontam para Laranjeiras uma população estimada de 30.080 pessoas.

Como observado no Mapa 01, da extensão territorial total de Laranjeiras, apenas uma pequena parcela central constitui a área urbana da cidade. Dentro dessa área urbana, é onde se localiza o centro histórico de Laranjeiras, caracterizado por um rico conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, que é bem objeto de tombamento federal. Esse centro histórico possui poucas edificações tombadas isoladamente, e seu tombamento se constitui pela unidade da sua paisagem urbana, conceituada, desde a década de 1970, como a reprodução de uma estrutura urbana típica do Ciclo do Açúcar (AZEVEDO, 1975a).

Mapa 01 – Localização geográfica da cidade de Laranjeiras

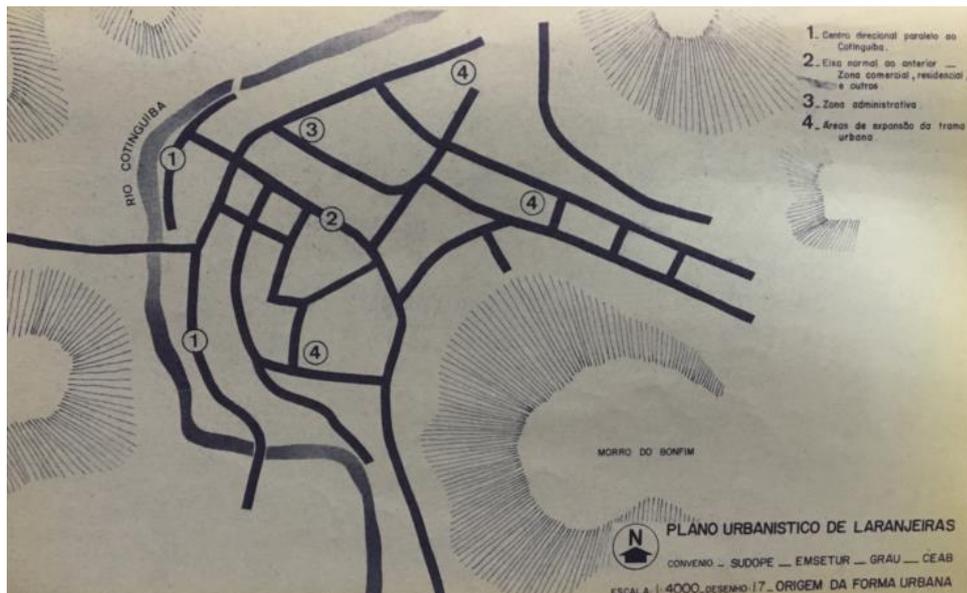


Fonte: Elaborado por Joyce Santos, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019.

O início da ocupação urbana da cidade de Laranjeiras é datado do final do século XVI, após a colonização portuguesa, originada ao longo do Vale do Cotinguiba, especificamente nas margens do rio e entre os morros. Sua evolução urbana foi de grande importância na consolidação da Província de Sergipe Del Rey (atual estado de Sergipe) por conta da posição geográfica privilegiada e da fertilidade do solo

massapé, propício para a plantação da cana-de-açúcar. Por volta de 1606, foi construído um pequeno porto fluvial, tornando-se a base para o início de uma ocupação efetiva do solo e do estabelecimento de grupos residenciais (AZEVEDO, 1975a; COSTA, 2013; FEITOSA, 2012), resultando na expansão urbana originária de uma morfologia orgânica (Figura 02), que se constitui até os dias atuais (Figura 03).

Figura 02 – Origem da forma urbana orgânica de Laranjeiras (Numeração 1 da figura: centro direcional paralelo ao Cotinguiba)



Fonte: Fotografia tirada do mapa do Plano Urbanístico de Laranjeiras (AZEVEDO, 1975a).

Figura 03 – Vista aérea do centro de Laranjeiras/SE, evidenciando sua forma urbana orgânica (Numeração 1 da figura: Rio Cotinguiba)



Fonte: Prefeitura Municipal de Laranjeiras, 2005.

A figura 02, em comparação à figura 03, permite perceber a concentração da malha urbana de Laranjeiras nas margens e nas proximidades do rio Cotinguiba, bem como entre os morros naturais da cidade. A povoação foi alavancada pelo porto e pelos grandes engenhos de cana-de-açúcar, em um crescente destaque econômico, dos séculos XVI ao XVIII. Já no século XIX, a povoação de Laranjeiras se consolidou como centro econômico, social e de grande desenvolvimento cultural e intelectual, em que a cidade foi considerada a “Athenas de Sergipe”, por ser uma espécie de centro cultural do estado e por manter a posição de cidade onde as letras e as artes se desenvolviam, o que se justifica por quinze publicações entre jornais e periódicos (AZEVEDO, 1975b).

Segundo seu passado histórico, o século XIX foi o apogeu de Laranjeiras, considerado como o século de ouro da cidade, pois já contava com casas térreas, sobrados, trapiches, pontes, igreja matriz e cemitério, conforme descrito em memorial justificativo de projeto para a construção da Cadeia de Laranjeiras, no ano de 1847 (AZEVEDO, 1975a). Por conseguinte, em 1848, como apresenta Feitosa (2012, p. 107), “Laranjeiras tem seu mais valioso reconhecimento político: o Distrito então é elevado à categoria de cidade”. Esse fato foi sucedido por um grande dinamismo arquitetônico e econômico, atendendo às residências fixas ou de apoio aos grandes comerciantes do açúcar, que construíram seus sobrados próximo aos trapiches e às casas comerciais. Desse modo, Laranjeiras tornou-se, no passado, a cidade mais importante da província de Sergipe (AZEVEDO, 1975a; FEITOSA, 2012).

Sendo assim, nessa época, por notável estrutura econômica, política, geográfica e intelectual, a cidade de Laranjeiras chegou a ser cotada para se tornar a nova sede de Sergipe Del Rey. No entanto, o presidente da província optou por transferir a sede – que era a cidade de São Cristóvão – para a recém-criada povoação de Aracaju. “Não se tem convicção dos motivos da preferência por Aracaju: os historiadores apenas apontam que a mudança não fora feita numa lógica razoável, haja vista o excelente momento pelo qual passava Laranjeiras” (FEITOSA, 2012, p.128).

Ao que se sucede, no final do século XIX e início do século XX, Laranjeiras sofreu perdas comerciais para a sede Aracaju, que, por ser banhada pelo mar, permitia o tráfego de maiores embarcações. Ademais, a abolição da escravatura fez decair a economia local de Laranjeiras, na qual os pequenos engenhos tornaram-se fornecedores de cana-de-açúcar ou foram gradativamente anexados à usina

Pinheiro¹⁶, pertencente a grupos econômicos mais consolidados (AZEVEDO 1975b). Assim, o patrimônio edificado de Laranjeiras e sua estrutura urbana açucareira já não eram mais erguidos pela classe dominante dos latifundiários e, ao longo do século XX, a cidade já passava por um processo de deterioração do seu patrimônio arquitetônico colonial.

Com esses fatores, houve, por todo o século XX, uma grande migração de intelectuais, políticos, comerciantes e moradores jovens, de vinte a vinte e nove anos, em busca de melhores condições de vida, já que Laranjeiras apresentava um mercado de trabalho pouco vasto, o que resultou em uma redução de quase metade dos seus habitantes. Em vista disso, com a migração da classe econômica alta para a capital, permaneceu em Laranjeiras a população economicamente de classe média e baixa, sendo o grupo populacional laranjeirense classificado, por Azevedo (1975b, p. 8), “como uma pequena aglomeração quase adormecida”.

As transformações descritas acima foram processos que ocasionaram no patrimônio arquitetônico de Laranjeiras do século XX um silenciamento e uma representação de uma dinâmica urbana elitista que já não reverberava mais com a comunidade que permaneceu vivendo em Laranjeiras. Os trapiches e grandes casarios passaram à condição de monumentos, assumindo locais de memória (NORA, 1993).

Nessa mesma época do século XX, há a intensificação da conservação dos monumentos para o fortalecimento de uma política de homogeneização da cultura brasileira e do Decreto-lei n. 25/1937 para a promoção do tombamento. Desse modo, na década de 1940, conforme a legislação vigente no Brasil e para a preservação do seu acervo arquitetônico, Laranjeiras passou a ter reconhecimento nacional através do tombamento de monumentos isolados da cidade. Foram tombados engenhos e igrejas, com destaque para a Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus, que foi a única igreja no centro da cidade que recebeu tombamento nessa época.

Azevedo (1975c) destaca que, apesar de esses monumentos terem sido tombados, até o ano de 1975, só a igreja de Comandaroba havia passado por restauração. As demais igrejas estavam mal cuidadas e os outros monumentos (que não eram de cunho religioso) estavam sem tombamento ou sem qualquer proteção legal, em estado de arruinamento da sua estrutura histórica.

¹⁶ Existente na cidade de Laranjeiras até os dias atuais.

Houve, nesses tombamentos, a atribuição de valor e a legitimação desses bens como patrimônio, no entanto, isso ocorreu dentro de uma visão seletiva de monumentos religiosos e/ou de importância econômica para os anos passados de apogeu da cidade. Nesse momento, o contexto urbano ficou aquém, assim como a relação das pessoas com esses novos bens patrimoniais.

Prosseguindo sobre o patrimônio arquitetônico de Laranjeiras, a cidade foi elevada à categoria de “Cidade Monumento” pelo Decreto Governamental nº 2.048, de 12 de março de 1971, passando a ter proteção de Tombamento Estadual da Cidade (BRASIL, 2005). O ato de tombamento de conjuntos urbanos, como ressalta Silva (2012), evidencia uma nova orientação nas políticas de salvaguarda de sítios históricos, permitindo manter a unidade arquitetônica de uma série de bens patrimoniais.

O citado decreto governamental faz parte das ações resultantes do Encontro de Governadores para a Preservação do Patrimônio Cultural¹⁷, o qual consolidou uma aliança entre turismo e patrimônio como impulsionadores do desenvolvimento econômico brasileiro, ao mesmo tempo em que promoveu a memória nacional hegemônica colonial, além de preservar essa memória com recursos decorrentes de atividades turísticas (MARCHETTE, 2016).

Após o tombamento estadual de Laranjeiras, a cidade foi incluída no Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste¹⁸. Diante da sua trajetória histórica e pela constatação, na época, do Vale do Cotinguiba ainda como uma das regiões mais ricas do Estado de Sergipe – com solo fértil, jazidas de calcário e acervo arquitetônico com potencial turístico ainda não explorado –, os Ministros do Planejamento e da Educação e Cultura destinaram recursos para a realização de Planos Urbanísticos para as cidades de Laranjeiras e de São Cristóvão, sendo as únicas cidades da região Nordeste que receberam recursos do programa para a criação de seus planos diretores, com foco especial na preservação de suas edificações e do espaço urbano (AZEVEDO, 1975a).

Esse recurso financeiro foi repassado para a Superintendência de Obras Públicas do Estado de Sergipe e para a Empresa Sergipana de Turismo – EMSETUR,

¹⁷ Realizado em parceria do IPHAN com o Ministério da Educação e Cultura. Aconteceu em 1970 e em 1971, nas cidades de Brasília e Salvador, respectivamente.

¹⁸ O Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste faz parte do Programa de Cidades Históricas – PHC, que foi implementado a partir de 1973, pelo Ministério do Planejamento (CORREA, 2016).

as quais firmaram um convênio com a Universidade Federal da Bahia para a execução dos planos urbanísticos. Isso explica o viés turístico que se percebe nas diretrizes propostas pelo Plano Urbanístico de Laranjeiras de 1975¹⁹, já que o diálogo das ações com o turismo cultural se constitui como premissa do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste.

Na justificativa do plano, firma-se que, na época, o Nordeste estava crescendo como um destino procurado pelos turistas. Assim, para a efetivação do plano, juntamente com o diagnóstico do histórico da ocupação de Laranjeiras, com os seus aspectos socioeconômicos e com a análise da sua estrutura urbana, foram realizadas entrevistas com os moradores locais da cidade, a fim de conhecer os problemas, as aspirações e as proposições dos seus habitantes, com o intuito de se conseguir um planejamento que integrasse os moradores.

Como resultado, nas entrevistas coletadas sobre a problemática de Laranjeiras, um total de 100% dos entrevistados afirmou que a cidade passou por mudança socioeconômica e que não evoluiu, estando, na época, com um alto nível de desemprego. Apesar da queda comercial e populacional que a cidade sofreu a partir do século XIX, o setor mais significativo na Laranjeiras de 1975 era a atividade comercial, porém caracterizada por pequenos estabelecimentos com um número reduzido de empregados. Logo, não era uma atividade que estava dando conta de absorver a mão-de-obra (AZEVEDO, 1975b).

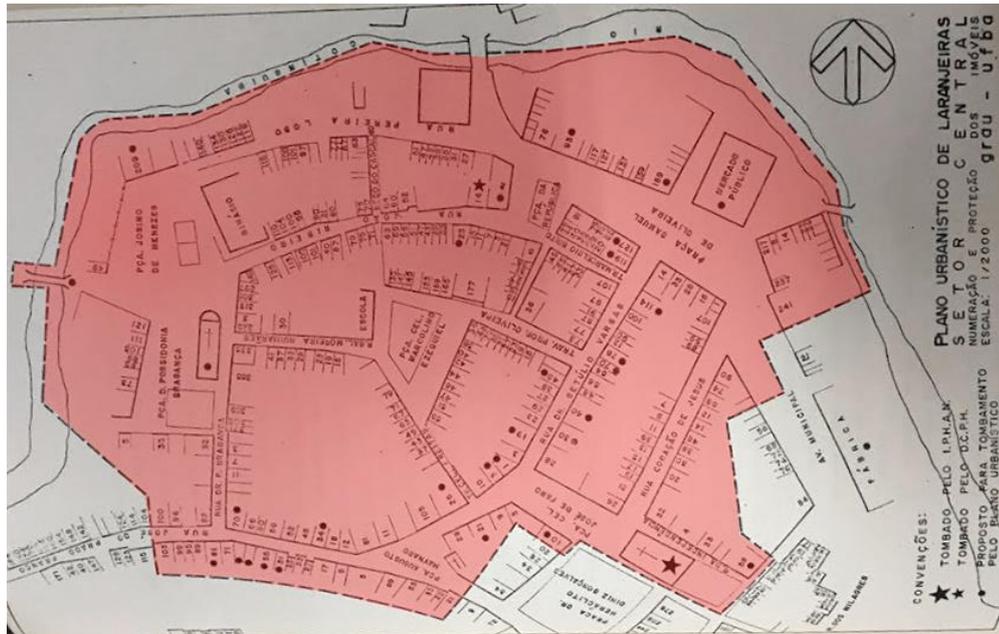
Foram, então, apontadas nas entrevistas, pelos próprios moradores, soluções a serem tomadas pelo Plano Urbanístico. Dentre elas, estão a criação de novos empregos; a abertura de indústrias; o melhoramento na infraestrutura da cidade; as providências em relação a enchentes; e diversos – baixa do custo de vida e ajuda das autoridades aos menos favorecidos (AZEVEDO, 1975b). Assim, o plano decidiu que os níveis de desemprego e as condições da cidade poderiam melhorar por meio da indústria do turismo.

Nota-se que nas respostas dos moradores não havia menção a esse setor turístico, no entanto, pela natureza do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, foi adotado um viés de gestão patrimonial que integrasse as dimensões do turismo, sendo o acervo arquitetônico e as manifestações

¹⁹ Executado pelo Grupo de Restauração e Renovação Arquitetônica e Urbana (GRAU) da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia – UFBA, coordenado e editado pelo professor da UFBA e arquiteto Paulo Ormino David de Azevedo.

de cultura popular os principais elementos de interesse turístico da cidade. Convém também ressaltar que a primeira tentativa de delimitação do Centro Histórico de Laranjeiras foi feita pelo Plano Urbanístico de 1975, verificado na figura 04 (AZEVEDO, 1975c).

Figura 04 – Perímetro delimitado como centro histórico pelo Plano Urbanístico de 1975

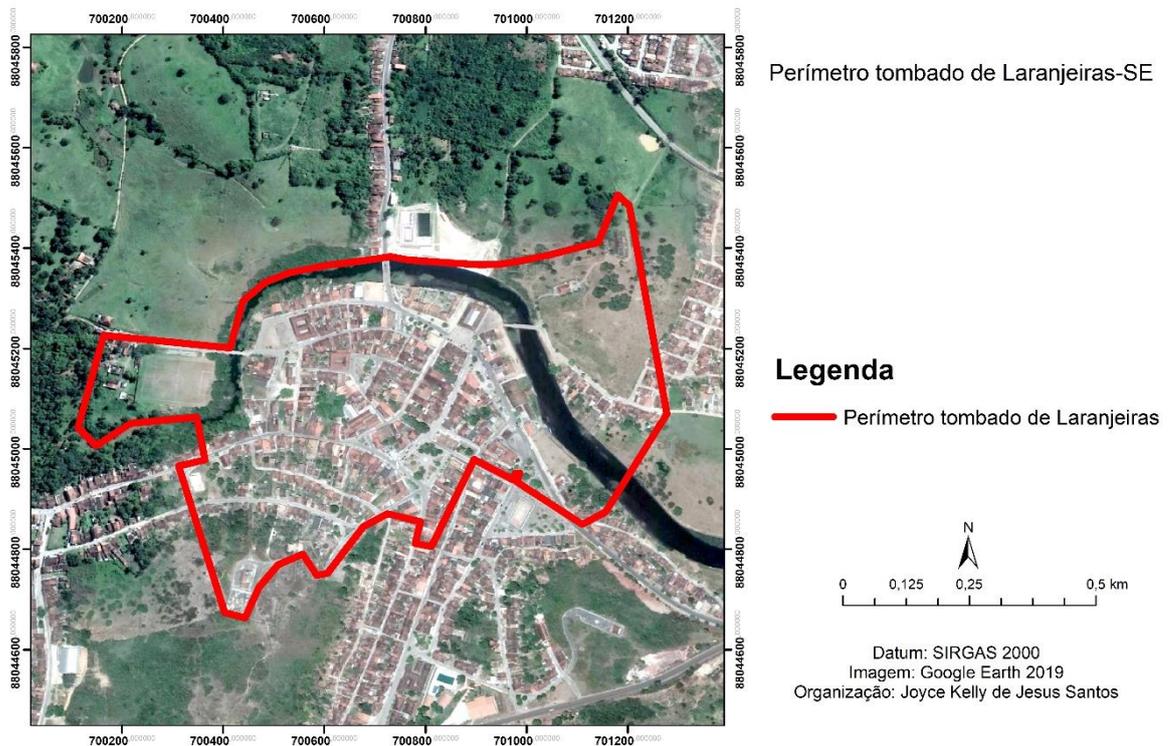


Fonte: Plano Urbanístico de Laranjeiras (AZEVEDO, 1975a), destacado em vermelho pela autora.

A partir disso, é realizada uma listagem dos edifícios que merecem restauração integral, assim como o Plano Urbanístico de Laranjeiras define diretrizes para diversificação da agricultura; criação de núcleo industrial; criação do anel rodoviário, envolvendo a zona urbana de Laranjeiras para proteger o centro histórico do recalque e das vibrações produzidas pelo rolamento dos veículos sobre as fundações dos edifícios; criação do terminal rodoviário; melhorias no saneamento básico, iluminação, telefonia, educação e saúde; remanejamento e criação de áreas verdes e de lazer.

Posteriormente ao Programa de Cidades Históricas, somente no ano de 1996, o conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade é tombado pelo IPHAN (Mapa 02), com aproximadamente quinhentas edificações (BRASIL, 2005). Assim, o perímetro tombado passa a ter todos os seus imóveis protegidos por legislação, tornando-se bem objeto de tombamento federal. A partir, então, do tombamento federal, Laranjeiras passa a ser oficialmente denominada como Cidade Histórica, entrando na lista de sítios históricos urbanos nacionais (FEITOSA, 2012).

Mapa 02 – Perímetro tombado do conjunto arquitetônico e paisagístico de Laranjeiras/SE



Fonte: Elaborado por Joyce Santos, com imagem de satélite do Google Earth, 2019.

A figura 04, em comparação ao mapa 02, permite perceber que a poligonal de tombamento engloba todo o centro histórico delimitado no ano de 1975, preservando as edificações do eixo paralelo ao rio, acrescido de regiões circundantes, originadas pela expansão urbana da cidade.

Em 2004, esse perímetro tombado de Laranjeiras foi considerado apto para as ações preservacionistas do programa Monumenta²⁰, com o diagnóstico de decadência para o estado geral de conservação do sítio e de seus imóveis. Apesar disso, ainda se notavam ares de um antigo esplendor, pois o seu conjunto arquitetônico representava o estilo de vida de uma época passada e onde se tinha conservado o “seu traçado original, calcado nos padrões do colonizador português, hoje em estado de conservação precário motivado pelos desgastes naturais do tempo e à ação do agente humano” (BRASIL, 2005, p. 395). Em contrapartida, considera o elevado grau de vitalidade de manifestações culturais de Laranjeiras, a partir de suas tradições associadas a motivos religiosos, folclore e terreiros afro-brasileiros. “São esses

²⁰ O programa Monumenta atuou com o financiamento para a recuperação de imóveis privados, contou com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – e o apoio da Unesco. Em 2006, o Monumenta foi incorporado ao IPHAN.

aspectos culturais que, somados à arquitetura, conferem à cidade um cunho característico, transformando-a numa relíquia onde o presente se faz do passado” (BRASIL, 2005, p. 397).

Já sobre os moradores da cidade de Laranjeiras, o referido programa citou que “a comunidade local é consciente da importância cultural da Cidade, mas não existe uma mobilização para atuação na área, talvez desestimulada pela falta de recursos financeiros”. Do mesmo modo, acrescenta que “o setor privado ainda não se sensibilizou para investir nos projetos de preservação fora de sua propriedade” (BRASIL, 2005, p. 397). Em vista disso, como explicitam Nery e Baeta (2012), em Laranjeiras, a área de restaurações do programa se concentrou no núcleo central, com o intuito de reverter o avançado estado de arruinamento em que se encontrava o patrimônio arquitetônico de Laranjeiras, decidindo-se que

devido ao avançado estado de arruinamento que se encontrava alguns desses edifícios, era fatal o aspecto de abandono do espaço urbano. Em busca de reverter essa situação, a Unidade Executora de Projeto (UEP) – braço do Monumenta na cidade (cuja especialista em patrimônio era a arquiteta Juliana Nery), o Instituto de Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (IPHAN) e o grupo de professores e alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Tiradentes (UNIT – Aracaju) que desenvolveu as propostas de intervenção, optaram – dentro das várias ações definidas pela oficina de planejamento (com envolvimento da comunidade local) que precedeu a implantação do Programa – por concentrar os recursos do Monumenta no conjunto da Praça Samuel de Oliveira devido à excepcionalidade do espaço e à urgência de sua recuperação, bem como pelas características históricas, morfológicas e estéticas de Laranjeiras (NERY E BAETA, 2012, p.3).

Desse modo, a vertente do Monumenta, em Laranjeiras, guiou-se na escolha de edifícios que conseguissem abrigar o programa de necessidades de uma universidade, constituindo-se, assim, o Campus Laranjeiras da UFS (Figura 05). Com isso, consta-se que o projeto da implantação do campus tinha o intuito de criar uma dinâmica urbana que integrasse a revitalização das edificações com o uso da população, já que “a estratégia do Projeto Laranjeiras foi pensar a intervenção como um foco radiador de novas práticas, fazendo com que a população pudesse trazer vida ao espaço da cidade através da sua utilização” (NERY e BAETA, 2012, p. 3).

Apesar dessa premissa, durante a execução das obras de restauração, aconteceram muitas modificações no projeto arquitetônico e de restauro – sem consulta prévia e sem comunicação com os arquitetos autores do projeto –, resultando em uma edificação socialmente fechada em torno de si mesma, com pouca

permeabilidade visual e escassa conectividade direta com a população local (NERY e BAETA, 2012). Além disso, essas alterações fogem do restauro crítico, perspectiva que havia sido adotada no projeto original de restauração do conjunto.

Figura 05 – Conjunto de edificações do Campus da UFS situado em Laranjeiras



Fonte: Autora, 2019.

O Campus de Laranjeiras da UFS se constitui como um importante espaço para o dinamismo urbano e social da cidade. No entanto, esse potencial seria muito mais explorado e eficaz se tivessem sido seguidas as ideias originais do projeto, mantendo uma aproximação visual entre exterior e interior. Ademais, acrescenta-se que esse campus pode ter, junto à comunidade, um papel grande de contribuição nas reflexões sobre o patrimônio laranjeirense, a partir da democratização do conhecimento, das ações de intervenção, dos artigos acadêmicos, entre outros; de modo que atenuem a lacuna atualmente existente na relação da universidade com a comunidade.

Prosseguindo nas políticas públicas, em 2008 foi elaborado o Plano Diretor Participativo – PDP – de Laranjeiras, em substituição ao Plano Urbanístico de Laranjeiras de 1975 e em atendimento à Lei Nº 10.257/01 – Estatuto da Cidade, através da qual o plano diretor é obrigatório para cidades que tenham mais de vinte

mil habitantes, que sejam integrantes de regiões metropolitanas e de aglomerações urbanas e que tenham área de especial interesse turístico, sendo a cidade de Laranjeiras classificada nesses três itens.

O Plano foi desenvolvido dentro do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste²¹ – PRODETUR/ NE II –, realizado junto ao poder público municipal e à empresa privada Technum Consultoria. Destaca-se que há uma diferença entre Plano Diretor e Plano Diretor Participativo, pois o primeiro é elaborado de forma exclusivamente técnica, sem a possibilidade da participação da população do município. Já o Plano Diretor Participativo, é elaborado com consultas públicas à comunidade local. Ressalta-se, também, que no PDP de Laranjeiras consta, em um artigo, que esse Plano deve ser revisado a cada cinco anos. No entanto, até o momento atual, ainda não aconteceu nenhuma revisão do Plano Diretor Participativo de Laranjeiras de 2008. Do mesmo modo, é citado no PDP que devem acontecer audiências públicas durante o seu processo de criação, entretanto, não constam informações se, após a conclusão, houve apresentação final do PDP para a comunidade.

Sobre o histórico de Laranjeiras, o plano diretor traz informações resumidas do Plano Urbanístico de 1974 e acrescenta a situação do município em 2008. Constam informações de que, na década de 1970, a população de Laranjeiras tendia ao declínio, mas que, pouco mais de trinta anos depois, houve um aumento de cerca de 13.000 para 26.972 habitantes, evidenciando a permanência dos moradores na cidade. Uma situação que é colocada no PDP de Laranjeiras de 2008 (p. 20) é a de que “o rio Cotinguiba está assoreado e totalmente poluído pelo lançamento tanto de resíduos industriais como de esgoto sanitário sem tratamento, exigindo medidas urgentes de recuperação”.

É interessante observar que, no plano de 1975, embora constem informações sobre o estreitamento do rio e sobre os problemas relacionados a enchentes, não constam informações sobre poluição. Desse modo, com o passar dos anos, Laranjeiras entrou também no quesito de elevado grau de degradação ambiental, tanto que o PDP ressalta que a cidade necessita de regulação e de ações preventivas e educativas.

21 Esse programa foi implementado pelo poder público federal, em parceria entre o Ministério dos Esportes e Turismo e os poderes públicos estaduais, para a ampliação da infraestrutura turística do nordeste brasileiro.

Por fim, fazendo um apanhado geral do que foi apresentado até o momento, as transformações do patrimônio edificado de Laranjeiras transitam entre as fases de apogeu, declínio e preservação. O apogeu refere-se ao momento de ascensão econômica que, em uma relação macro de poder, confere a Laranjeiras um *status* desenvolvimentista. Assim, à medida que essa cidade se torna economicamente importante para o Estado, cresce também em importância política e, por sua vez, em investimento na educação, nas artes e na cultura.

Fatores desenvolvimentistas ocasionam não só a permanência dos moradores na cidade, como também atração populacional, tanto que Laranjeiras tem registros de estrangeiros de procedência alemã, na segunda metade do século XIX, em atividades de casas comerciais de importação e exportação (ENNES, 2011). No entanto, com a criação da capital aracajuana, há uma virada na vertente desenvolvimentista da cidade e, com a queda da economia, decaem também o *status* e os investimentos para Laranjeiras. O declínio da cidade torna-se econômico, político e populacional, com as sucessivas migrações, no entanto, permanece a herança cultural.

Herança essa de um conjunto arquitetônico calcado nos padrões da colonização portuguesa e da sociedade açucareira, reproduzindo um tipo de organização socioterritorial expressa por relações de micro e macro poder que evidenciam aquela arquitetura como representante da memória nacional, na ideia de homogeneidade imposta pelo Estado. E é em cima dessa memória que se baseiam as ações preservacionistas implementadas em Laranjeiras. É preservar a memória da época do apogeu da cidade; e, se essa época trazia desenvolvimento econômico para o estado, essa preservação é vista também como um resgate desse desenvolvimento econômico.

3. PATRIMÔNIO E CIDADE: ATRIBUIÇÃO DE VALOR NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LARANJEIRAS NOS ANOS 1975 E 2008

*“Adoro a rua Direita / Porque quanto mais se ajeita /
Fica bem mais sinuosa”.*

(João Sapateiro)

Seguindo as interlocuções do capítulo anterior, que trouxe um panorama das políticas públicas com foco no patrimônio edificado de Laranjeiras, este capítulo trata do que não está evidente, mas se mostra presente nos documentos legislativos do Plano Urbanístico de Laranjeiras de 1975 e do Plano Diretor Participativo de Laranjeiras de 2008. São eles o “Ante-Projeto de Código de Urbanismo e Obras para Laranjeiras” e a “Lei Complementar nº 16/2008”, respectivamente.

Embora haja outras políticas públicas de cunho preservacionista implementadas na cidade (apresentadas anteriormente), este trabalho limitou-se apenas aos dois planos citados, por ambos possuírem uma mesma natureza – o caráter de orientar a ocupação do solo urbano diante de interesses coletivos – e por um plano surgir em substituição do outro. Com isso, pontua-se também que, diferentemente do Monumenta, que realizou intervenções construtivas de restauração, o Plano Urbanístico de 1970 e o Plano Diretor Participativo de 2008 trabalham no campo das diretrizes urbanísticas e de projeto de restauração, sem entrar na incumbência de concretizar materialmente as restaurações sugeridas.

Assim, para compreender os significados que se mostram no Código de Urbanismo e Obras/1975 e na Lei Complementar nº 16/2008, tomou-se como pressuposto a compreensão de Tourinho e Farias (2020, p. 40), de que tratar de percepções em épocas distintas, mas em documentos com mesma finalidade, “possibilita a leitura da dimensão urbana do patrimônio cultural, em razão da estreita relação entre patrimônio e território, na escala da cidade”. Entende-se que essa afirmação se estende para patrimônio edificado, visto que patrimônio cultural – em sua concepção atual – engloba patrimônio material e imaterial, estando o patrimônio edificado inserido dentro da categoria de patrimônio material.

A partir desse pensamento, aliado ao fato de que toda leitura é uma interpretação (MORAES e GALIAZZI, 2011), foram extraídas as unidades de sentido em cada texto, a partir dos temas “concepção de patrimônio” (Figuras 6 e 10) e

“atribuição de uso” (Figuras 7 e 11). As categorias que emergiram dos discursos dos documentos pesquisados constituem bases de análise para a identificação das concepções que eles têm acerca do patrimônio edificado de Laranjeiras e posteriores interpretações emergentes que versam sobre as atribuições de valor.

Nesse ponto, ressalta-se a conceituação de Pedro (2014, p.491), em que atribuição de valor é sinônimo de valorar – ato feito por um sujeito –, cujo “valor advém de um objeto que possui um determinado conjunto de qualidades que não foram indiferentes ao sujeito que as apreciou”, estando a experiência do valor em um campo fenomenológico.

Na escala do ambiente construído, dar significado à cultura material é atribuir valor às construções, ao entorno, ao contexto. Compreender que uma edificação é um patrimônio histórico é atribuição de valor; são as compreensões e significados dados que constituem o que se chama de valor. Os patrimônios tornam-se culturais pelo valor atribuído a eles, seja valor de memória, social, cultural, arqueológico, artístico; seja ele material, imaterial, intangível, dentre outros. O tombamento conferido ao patrimônio material e o registro conferido ao patrimônio imaterial são mecanismos legais de fiscalização, de proteção e de reconhecimentos jurídicos do valor atribuído a esses bens.

Tanto o código de obras quanto o Plano Diretor são mecanismos legais que exercem fiscalização e controle do espaço edificado, do seu entorno e do desenvolvimento urbano da cidade. São escritos, portanto, como forma de lei e estabelecem diretrizes. Sendo assim, eles possuem a mesma natureza: ordenar o desenvolvimento de Laranjeiras. No entanto, isso não quer dizer que há uma homogeneidade na concepção do que é patrimônio. Isso está relacionado às formas de percepção de patrimônio na época em que cada plano foi escrito, no que diz respeito às legislações vigentes na época e às prioridades de governos e programas, dentre outros fatores que influenciam o meio.

Além disso, essas legislações são feitas por pessoas que, por sua vez, mesmo seguindo regras, estão sujeitas às interpretações e às formas de perceber o mundo que cada um tinha antes de adentrar no universo intelectual de patrimônio. Do mesmo modo, as interpretações das análises expostas neste trabalho estão sujeitas às experiências de perceber o mundo que eu, sujeito pesquisador, possuo. Cada leitura é uma interpretação e permite a construção de variados significados (MORAES e GALIAZZI, 2011, p. 41). O que está posto no texto é o que vai ser estudado e

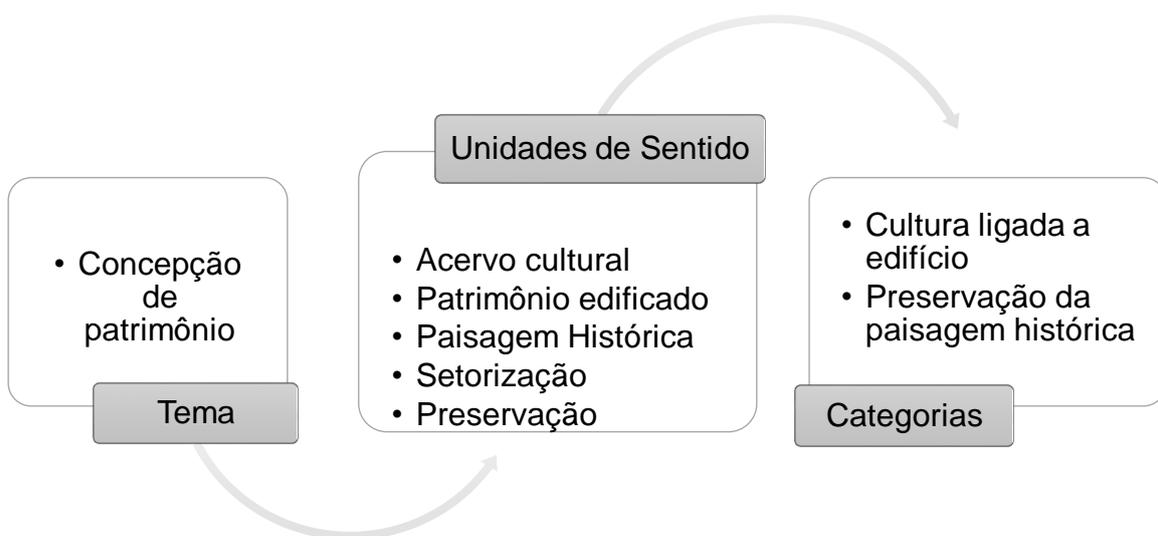
desconstruído para se chegar à “emergência de formas novas e criativas de entender os fenômenos investigados”.

3.1. Atribuições de valor ao patrimônio edificado de Laranjeiras no plano de 1975

O Plano Urbanístico de Laranjeiras de 1975 é dividido em quatro volumes, sendo eles o volume 1: “A região e sua ocupação”; o volume 2: “Aspectos sócio econômicos”; o volume 3: “Análise da estrutura urbana”; o volume 4: “Proposições”, estando o Código de Urbanismo e Obras anexo ao volume 4, nas páginas 54 até a 96. Dentre eles, as categorias emergentes à luz da análise textual discursiva são referentes ao documento do código de obras, sendo os volumes dos planos utilizados como bibliografia.

Desse modo, para compreender os significados desse código, partiu-se da compreensão de que patrimônio se liga à memória como uma categoria do Estado com a finalidade de uma valoração social, estando, por consequência, sujeito aos interesses desse Estado. Assim, inicia-se com o que emergiu da concepção de patrimônio extraídas do Código de Urbanismo e Obras de 1975 (Figura 06).

Figura 06 – Código de Urbanismo e Obras do Plano Urbanístico de 1975 – tema 1: concepção de patrimônio cultural de Laranjeiras.



As unidades de sentido sobre concepção de patrimônio identificadas no Código de Urbanismo e Obras de 1975 convergem para o significado de que este compreende patrimônio como matéria edificada e como produtor de uma paisagem histórica. Como evidencia Marchette (2016, p. 30), desde a década de 1930, houve um privilégio dado aos bens materiais e, somente na passagem do século XX para o século XXI, é que ocorre a “valorização dos bens de natureza imaterial no ordenamento jurídico brasileiro voltado para salvaguarda do patrimônio histórico e cultural”. Essa convergência para patrimônio como matéria edificada pode ser verificada na seguinte passagem do código de obras.

Art. 3 - Constitui o **acervo cultural** de Laranjeiras seu Centro Histórico compreendendo **edifícios, áreas verdes e bens móveis e ainda sítios e edifícios isolados**, tombados ou não pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ou pelo Departamento de Cultura do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (DCPH) cuja **preservação** importa assegurar pelo seu **caráter histórico, artístico ou científico de importância nacional ou regional** (AZEVEDO, 1975d, p. 54-55, grifo nosso).

A afirmação presente nesse trecho exterioriza um valor cultural diretamente ligado à importância que o bem tem frente a um valor histórico, artístico ou científico. É a caracterização do bem coletivo acima do bem individual, estando essa coletividade definida pela ideia de homogeneidade da cultura nacional, e, portanto, regional, impostas pelo Estado e amparadas pela legislação Decreto-Lei Nº 25/1937, nas heranças do Estado Novo. Desse modo, foi na década de 1970 que Laranjeiras tornou-se “Cidade Monumento”, com o tombamento estadual das construções urbanas de caráter civil, institucional residencial e religioso dos séculos XVII, XVIII, XIX, XX²².

O próprio nome “Cidade Monumento” revela uma ligação à monumentalidade: um efeito de rememoração vinculado à atribuição de uma natureza afetiva aos objetos, responsável por tocar emocionalmente as memórias vivas das pessoas (CHOAY, 2006). O tratamento aos monumentos seguiu, até a década de 1980, a prevalência de ver o bem isoladamente, esquivando-se dos seus valores sociais e afetivos (TOURINHO e FARIAS, 2020). Entretanto, o código de obras se apropria desse termo e acrescenta que a monumentalidade dos edifícios não deve ser vista de forma

²² “Decreto nº 2.048, de 12 de março de 1971 - Inscrição no Livro de Tombo nº 01- Geral - fls. 03 e 04”. Fonte: Lista de Monumentos Tombados pelo governo do Estado de Sergipe. Funcap Sergipe, 2016, p.14.

isolada, mas inserida dentro do seu entorno. Essa convergência pode ser verificada na seguinte passagem do código de obras:

[...] Parágrafo único - **A noção de monumento compreende não só a criação arquitetônica isolada, como também o ambiente no qual ela se insere;** e sua **conservação** deve ser sempre favorecida pelo **poder público pela atribuição de uma função útil à sociedade.**

Art. 4 - A conservação, valorização e restauração do acervo cultural de Laranjeiras deve obedecer às normas da **Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios (Veneza 1964)**, do IPHAN, que será ouvido todas as vezes que o monumento for tombado, e do órgão estadual responsável pela preservação dos bens culturais, além das estabelecidas neste código (AZEVEDO, 1975d, p. 55, grifo nosso).

Desse modo, além de levar em consideração o entorno do monumento, que podemos chamar de paisagem histórica, o trecho atribui que tais monumentos tenham valor de função social²³. Pontua-se que nessa época ainda não existia a Constituição Federal de 1988²⁴, cujas premissas são de função social, mas, como evidenciado no trecho acima, a questão patrimonial estava em um contexto do documento internacional da Carta de Veneza de 1964, priorizando a “valorização de lugares considerados significativos para as comunidades e de conjuntos urbanos não monumentais, ou seja, locais de moradia da população comum” (MARCHETTE, 2016, p.140). Desse modo, a partir do momento em que se passa a ver o monumento dentro de uma organização socioterritorial, percebe-se o significado de que este deve ser útil à sociedade. Essa concepção pode também ser associada ao que Soster (2016) traz sobre a virtude transdisciplinar do patrimônio, caracterizada pelo acréscimo da participação da sociedade nas teorias científicas.

Ressalta-se que a escolha por seguir essas vertentes tem muito a ver com o perfil dos executores do Plano Urbanístico e do Código de Obras, sendo o Grupo de Restauração e Renovação Arquitetônica e Urbana – GRAU –, coordenado pelo arquiteto Paulo Ormino David de Azevedo²⁵ que, no ano de 1970, já possuía especializações e doutorado na área de Conservação e Restauo de Monumentos e

²³ Nos anos 30, a partir da carta de Atenas de 1933, as funções sociais da cidade eram definidas como habitação, trabalho, circulação e recreação. Mais contemporaneamente, as funções sociais da cidade são estudadas por Garcias e Bernardi (2008), sendo identificadas em três grupos: funções urbanísticas, de cidadania e gestão.

²⁴ A Constituição Federal de 1988 é a vigente nos dias atuais, englobando o objetivo de função social somado ao desenvolvimento urbano e à garantia do bem-estar social dos habitantes (BRASIL, 1988).

²⁵ Nascido em Salvador (1937), formou-se em Arquitetura pela Universidade Federal da Bahia (1959) e fez diversas especializações e o doutorado em faculdades estrangeiras, tendo terminado o doutorado em 1970. Fonte: <http://www.pauloormindo.com.br/perfil.asp>.

Sítios, cursados em universidades italianas. Isso evidencia como o GRAU estava atualizado quanto ao campo do conhecimento da restauração desenvolvida na Itália, não apenas berço do Renascimento, mas também berço do restauro crítico, com teorias que são referência internacional até os dias atuais. Esses atributos ajudam a compreender a qualidade do material produzido pelo plano urbanístico e seus ideais de restauração e desenvolvimento urbano à frente do quadro geral brasileiro.

Da intencionalidade da preservação da paisagem histórica se constitui a setorização da cidade de Laranjeiras pelo código de obras, diretamente ligadas a graus de preservação, tanto que os nomes dos setores podem ser substituídos pela categoria da preservação. Há uma preocupação com o patrimônio edificado como ambiente construído (setor central) e com o entorno como ambientação (setor intermediário), sendo este último responsável por manter as características do patrimônio edificado do centro histórico e por ser uma introdução no ambiente histórico, ao passo que são rodeados pela paisagem urbana histórica (setor periférico), assegurando a visibilidade e o emolduramento do centro histórico.

Art. 10 - Para os fins deste Código, a Zona Urbana de Laranjeiras está dividida nos seguintes setores:

I – Setor Central ou de **Preservação Integral** (SC);

II – Setor Intermediário ou de **Preservação Ambiental** (SI);

III – Setor periférico ou de **Preservação da Visibilidade e Paisagem** (SP).

Art. 11 – Considera-se Centro Histórico a área que compreende os dois primeiros setores, ou seja, SC e SI. [...]

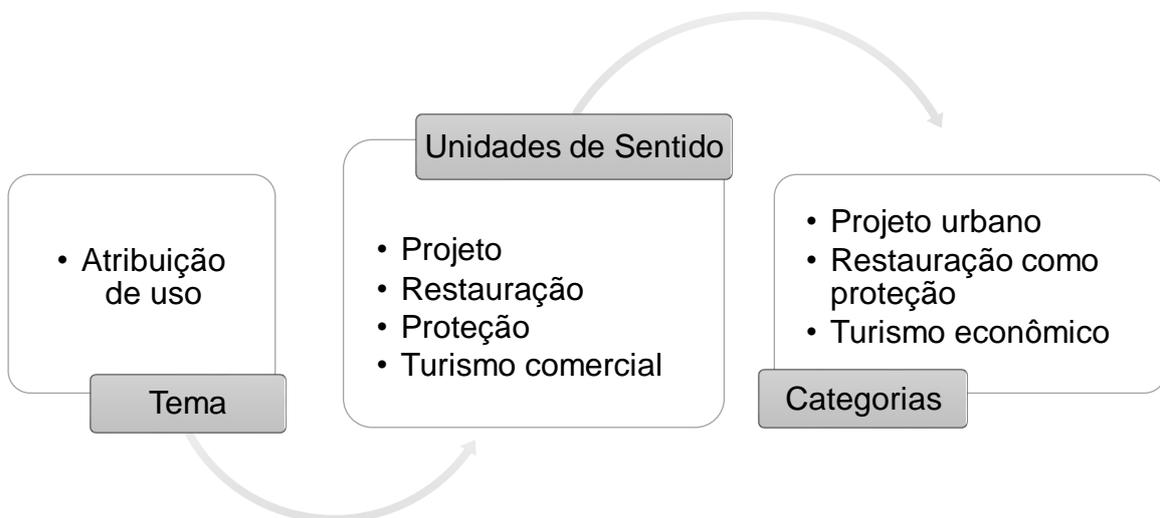
Art. 15 – Setor periférico ou de Preservação da Visibilidade e Paisagem (SP) corresponde às áreas que envolvem o Centro Histórico e cuja ocupação está sujeita à normas destinadas a ordenar a sua utilização e assegurar a visibilidade e **emolduramento paisagístico** do mesmo (AZEVEDO, 1975d, p. 58-59, grifo nosso).

Quanto à paisagem histórica das cidades, estas estão inseridas em um contexto de urbanização, em que o crescimento urbano constante exige a necessidade de se trabalhar a cidade e seus monumentos em equilíbrio entre o desenvolvimento e a salvaguarda do passado (CAZZETTA, 1996 *apud* OLIVEIRA, 2005). São ações que devem ser consideradas e devem estar presentes nos planos urbanísticos das cidades para garantir a preservação de bens culturais e a garantia às comunidades da significação de histórias e espaços importantes. O equilíbrio entre desenvolvimento e cidades históricas é a aceitação do seu passado como elemento significativo da cultura material, constituinte do que a cidade se tornou nos dias atuais.

Ademais, como visto no último trecho citado, para ordenar e estabelecer esse tipo de setorização, são necessárias normas para o controle e para o tipo de uso das edificações, bem como para o ordenamento comercial. Essas normas podem ser chamadas de atribuições de uso, de modo que atribuições individuais vão organizar e reger o desenvolvimento urbano. Esses fatores constituem a lógica urbana da criação do ambiente construído, que, segundo Rossi (2001), exige o reconhecimento histórico das ações humanas.

As atribuições de uso do patrimônio edificado do centro histórico de Laranjeiras estão conectadas à concepção de patrimônio inferida pelo Código de Urbanismo e Obras para Laranjeiras de 1975. Embora o Plano Urbanístico tenha tido um forte viés turístico, teve a importante premissa de valor de função social, indicando usos aos edifícios do centro histórico, de modo a mesclar entre moradia, comércio, lazer, educação, cultura e centro administrativo. Assim, as unidades de sentido de atribuição de uso ao patrimônio edificado de Laranjeiras (Figura 07) permeiam abordagens que parecem narrar os procedimentos realizados e sugeridos pelo Plano Urbanístico.

Figura 07 – Código de Obras do Plano Urbanístico de 1975 – tema 2: atribuições de uso ao patrimônio edificado.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

As categorias emergentes, por sua vez, se estruturam no tripé "projeto, restauração e turismo". Isso dialoga com o conceito de engenharia cultural, de Choay

(2006, p. 211), no qual os monumentos e o patrimônio histórico passam pela metamorfose de valor de uso para valor econômico, tornando-se produtos culturais, “fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos”. Nesse ponto, ressalta-se que a cidade de Laranjeiras foi, na década de 1970, contemplada com o título de “Museu a céu aberto” pelo Ministro da Educação da época (DANTAS, 2015). Esse título corrobora com Jacques (2003) quanto à museificação das cidades ou de centros históricos como estratégia de uma revitalização urbana que favoreça a inserção no mercado das cidades turísticas, classificado pela autora como culturalização.

Quanto à parte turística de Laranjeiras, é citado pelo Plano Urbanístico de 1975 que a cidade não apresentava nenhuma atividade no setor turístico devido à “a) inexistência de qualquer infra-estrutura turística; b) falta de divulgação da cidade”. Por tais motivos, “o visitante que atingir a cidade por um dos seus acessos precários não poderá permanecer na mesma por uma ou duas horas” (AZEVEDO, 1975d, p. 7 - 8), de modo que “uma cidade ou se mantém economicamente viva ou sua destruição é inevitável”. (AZEVEDO, 1975a, p. III).

Dessa maneira, os projetos estabelecidos no plano e regidos pelo código de obras guiam a proteção não somente das edificações históricas, mas também da paisagem urbana da cidade, à medida que há a preocupação com o entorno dos bens históricos e de ordenamento do desenvolvimento da cidade, de modo a manter as suas características históricas. Há, portanto, uma preocupação em melhorar a infraestrutura turística da cidade, ao mesmo tempo em que se preserva seu traçado orgânico histórico, suas ruas de pedra, sua paisagem histórica colonial.

São projetos urbanos e de restaurações alinhados com as normas estabelecidas para a setorização da cidade e as normas internacionais de restauração²⁶. Esses projetos têm como finalidade promover a proteção dos seus bens patrimoniais, resultando em um reerguimento da cidade que estaria pronta para receber a indústria do turismo.

São aspectos que Jacques (2003, p.36) chama pelo termo de "indústria patrimonial", quando os sítios urbanos, nomeadamente históricos, passam a se valorizar através de uma ligação direta com a indústria do turismo cultural; “a indústria

²⁶ Seguindo as orientações do Código de Obras e Urbanismo para Laranjeiras de 1975; e a Carta de Veneza, de 1964, a qual apresenta a ideia de restauro como conservação, acompanhada de estudo arqueológico e histórico.

do patrimônio estaria, sobretudo, relacionada à proliferação dos locais de memória ou identitários, dos monumentos locais e, principalmente, de novos museus”. Esses são processos que, segundo Blank e Parfitt (2015), vêm da abordagem culturalista dos anos 1960, transformada a partir da globalização – no sentido da metamorfose apresentado por Choay (2006) – em culturalismo de mercado.

Dentro do caso específico de Laranjeiras, o freio no desenvolvimento urbano que acometia a cidade não se concentrava apenas na infraestrutura turística. Ao contrário, o problema vinha desde a infraestrutura de saneamento, visto que, das informações coletadas durante a elaboração do Plano Urbanístico de 1975, consta que o sistema de abastecimento de energia elétrica²⁷ e o de água²⁸ ainda não contemplavam a totalidade dos domicílios que eram ocupados na zona urbana da cidade, bem como havia falta de serviço de esgoto e de coleta do lixo doméstico.

Assim, resolver a infraestrutura turística, portanto, implicava diretamente a resolução da infraestrutura de saneamento. De tal modo, cabe destacar que, diante das prioridades de uma cidade cuja infraestrutura ainda é precária, as preocupações dos moradores locais da época eram outras, que iam além das edificações históricas e do potencial turístico.

A restauração do centro histórico de Laranjeiras foi, então, entendida como recuperação arquitetônica-urbanística por razões culturais e econômicas, já que o custo de recuperação do patrimônio imobiliário ocioso possuía um custo inferior ao preço de construções novas de mesma área. “Vista desse modo, a restauração e melhoria habitacional do Centro Histórico é uma operação não só econômica e socialmente viável como mais rentável que a construção de novas habitações” (AZEVEDO, 1975c, p. 66).

Essa justificativa, no entanto, não engloba a totalidade de significado que essa decisão tem, pois, se fosse optado por construir ao invés de restaurar, não se teria mais a “cidade monumento” nem “o museu a céu aberto” dignos de visita turística. As construções sem restauração, sem conservação e sem uso iriam neutralizar o caráter de centro histórico e dar lugar a uma outra lógica urbana.

Nas palavras do arquiteto Cyro Lyra (2006, p.57), “casa vazia, ruína anuncia”. Os edifícios surgem vocacionados para uso e pelo uso sobrevivem ao desgaste do tempo, exercendo a sua natureza necessariamente funcional.

²⁷ Implantado em Laranjeiras em 1957.

²⁸ Fornecido para Laranjeiras apenas em 1973.

A obra arquitetônica, por ser uma obra de arte eminentemente utilitária, necessita ser continuamente usada para sobreviver. As ruínas, em sua maioria, são testemunhos de edifícios que ficaram ociosos. A readaptação é uma das soluções para preservar a obra de arquitetura de valor cultural, mas ela deve atender à vocação específica da tipologia arquitetônica a que pertence o monumento (LYRA, 2006, p. 53).

Essa alteração na edificação quase sempre exige mudanças físicas no ambiente, que podem envolver apenas as divisões internas, com elementos que podem ser reversíveis, ou alterações na própria estrutura. No patrimônio histórico edificado, é comum a mudança de usos, especialmente quando o centro histórico – local onde geralmente se concentram a maioria das edificações históricas – passa a ser também o centro comercial da cidade. Sobrados e casas históricas tornam-se museus, repartições públicas, restaurantes, lojas, supermercados, agências bancárias, entre outros.

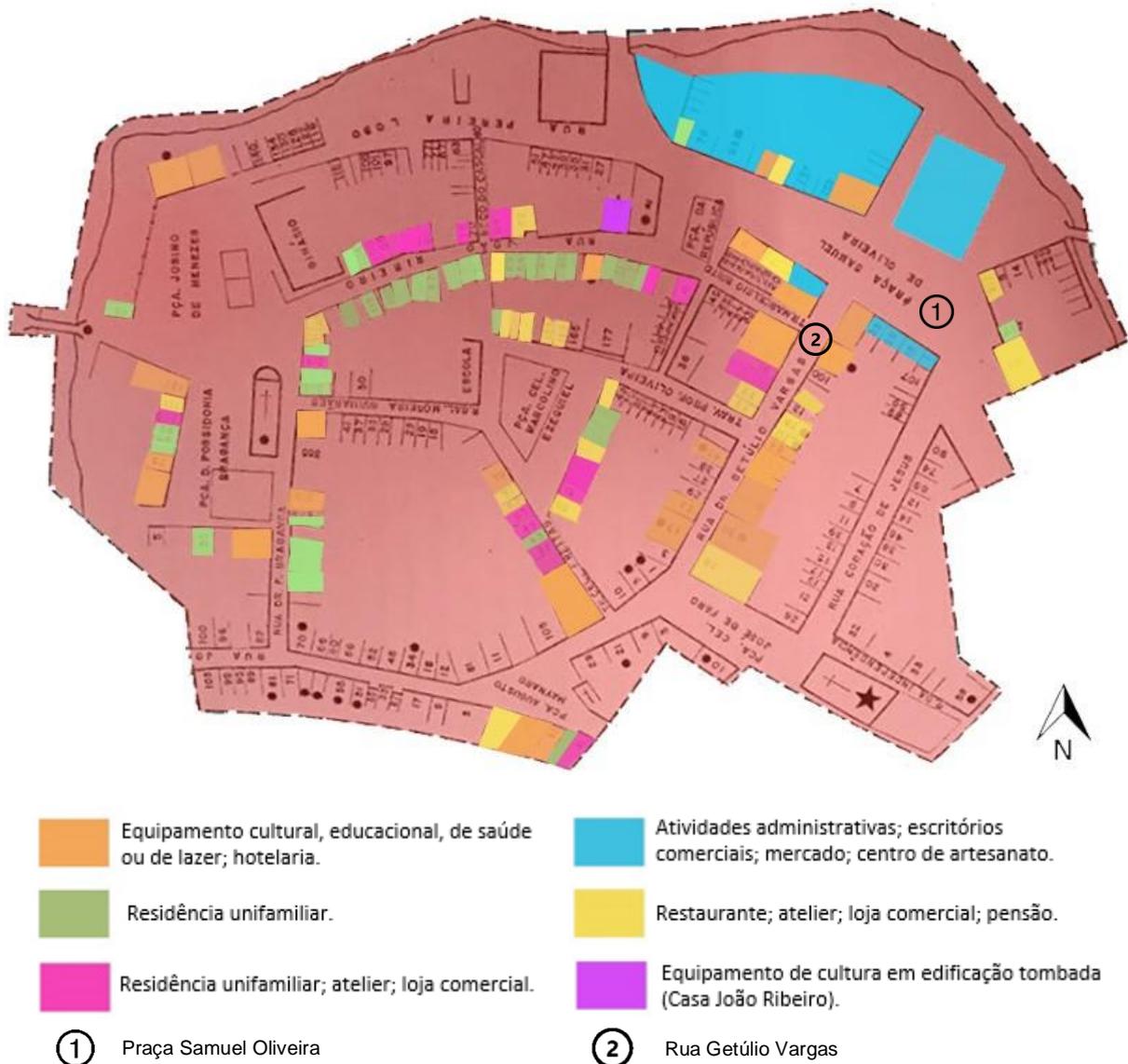
A necessidade dessas alterações é acentuada quando as cidades históricas se tornam turísticas, acrescentando-se pousadas e ramos de hotelaria. Por outro lado, nas cidades históricas com menos habitantes e/ou menos condições econômicas, é comum ver os grandes casarios abandonados, em estado de degradação. Nesses casos, não é a mudança da necessidade de uso que dá uma nova configuração à edificação histórica, mas sim a falta da utilização e a necessidade de uso que transformam tais edificações em ruínas.

Foi entregue pelo Plano Urbanístico de 1975 o projeto de restauro de algumas edificações da cidade e ficou estabelecido que as intervenções nos edifícios de interesse cultural fossem reguladas pelo Código de Urbanismo e Obras de Laranjeiras, realizado pelo referido plano. Desse modo, para fornecer subsídios para essa ordenação, o código de obras traz, em seu capítulo V (AZEVEDO, 1975d, p. 87), normas especiais para edificações de habitação coletiva, hotéis, pousadas, restaurantes, casas de lanche, lojas comerciais e escritórios.

Sobre as indicações de uso do patrimônio edificado laranjeirense, o Plano Urbanístico de 1975 realizou o Cadastro Suplementar de Edifícios de Interesse Cultural para orientar a ação do poder público na restauração e na valoração dos imóveis. Esse cadastro foi feito por meio de fichas cadastrais que atribuíam usos às edificações do centro histórico, dentro do perímetro de tombamento estabelecido nesse mesmo plano.

Diante disso, para entender a organização lógica de como essas atribuições de uso foram distribuídas no perímetro tombado de Laranjeiras, sintetizamos, no mapa do centro histórico de 1975 (Figura 08), as informações contidas nas fichas cadastrais disponíveis. Esse cadastro dos edifícios se constitui como um inventário do patrimônio histórico de Laranjeiras na década de 1975, que ratifica a concepção de patrimônio presente no plano urbanístico de acervo cultural representado, essencialmente, pelo edifício, não havendo levantamentos, do mesmo porte desse inventário, para a cultura imaterial laranjeirense.

Figura 08 – Síntese de uso do solo proposto pelo Plano Urbanístico para o setor central



Fonte: Elaborado pela autora, com base no perímetro recortado do Plano Urbanístico de Laranjeiras, 1975, com o acréscimo das informações sobre o uso do solo extraídas das fichas do Cadastro Suplementar de Edifícios de Interesse Cultural, correspondendo a sugestão de uso ao local de cada edificação. Essas fichas foram disponibilizadas pela professora Miriam Cazzetta, para fins de pesquisa.

A partir da união das indicações das atribuições de uso, em uma única imagem, do perímetro tombado da época, é possível extrair informações que não estavam perceptíveis na leitura individual das fichas. Ressalta-se que, nos grupos da legenda da imagem, optou-se por manter o mesmo agrupamento das categorias que tinham sido utilizadas nas fichas, justificando-se a repetição dos itens “residência unifamiliar”, “atelier” e “loja comercial”, bem como estão separadas as categorias “pensão” e “hotelaria”, pois aos hotéis foram reservadas edificações de maior porte e em ruas de mais destaque na cidade.

Ao observar a figura 08, nota-se uma boa distribuição, por todo o perímetro, das atividades comerciais, dos equipamentos culturais e do comércio de lojas, locados estrategicamente aos arredores de praças, para atrair o turismo, com as residências unifamiliares em ruas próximas a essas praças. O comércio distribuído pelo centro permite uma maior atratividade do turismo econômico, em que há, inclusive, a possibilidade de habitações de uso misto, ou seja, ser residencial e comercial, o que favorece a manutenção desses pequenos comércios. Além disso, permite que o turista visite todo o centro histórico, constituído pelas igrejas e edificações históricas, tendo o agenciamento de lojas e de restaurantes ao redor²⁹.

As atividades administrativas de escritórios comerciais, mercado e centros de produção de artesanato concentraram-se na Praça Samuel de Oliveira e na Rua Getúlio Vargas (indicadas na figura 08 pelos números 1 e 2, respectivamente). Sendo assim, observa-se que nessa praça há alguns pontos de destaque que podem ter favorecido a escolha dela para abrigar as funções administrativas e de artes: é uma das primeiras paisagens que se observa ao chegar no centro histórico de Laranjeiras (Figura 09); é onde se originou a expansão urbana da cidade; é o local do obelisco marco de origem de Laranjeiras; continha o tradicional mercado da feira; abrigava a feira municipal de Laranjeiras³⁰; continha edifícios coloniais tradicionais, como antigos trapiches e sobrados; continha armazéns e mercearias em funcionamento e em bom estado de conservação.

²⁹ O anexo B mostra um folheto produzido pela Prefeitura Municipal de Laranjeiras em 2014, que apresenta um mapa turístico da cidade. Esse mapa se faz importante para ajudar o leitor a entender visualmente a proximidade dessas edificações consideradas de interesse turístico dentro do centro histórico tombado de Laranjeiras e também para observar o caráter de uso dessas edificações atualmente.

³⁰ Hoje em dia, a feira municipal de Laranjeiras continua nessa mesma praça.

O fato de o obelisco (figura 09) estar situado no local escolhido para as edificações de destaque da cidade apresenta uma simbologia de não apenas reconhecer os valores materiais, mas também de uma representação por esses monumentos. Essa representação está não apenas na escala local, mas também no modelo de homogeneização da cultura – resultante da preservação de áreas históricas de forte importância cultural local –, seguindo as “normas de intervenção internacionais, que não são adaptadas de acordo com as singularidades locais” (JACQUES, 2003, p. 33).

Figura 09 – Vista da Praça Samuel de Oliveira em 1976



Fonte: Evanilson Calazans (1976 *apud* PASSOS, 2019)

Percebe-se uma vontade e uma estratégia do plano de dar uso às edificações do centro histórico e de promover a utilização coletiva dos espaços. Para isso, o código de obras estabelece as normas de conservação desse acervo cultural, impedindo a demolição ou a modificação de bens culturais e naturais, bem como as construções novas que alterassem a volumetria e as cores do acervo, sendo os proprietários das edificações históricas impedidos de se oporem às obras de restaurações fornecidas pelos órgãos públicos. Caso o próprio morador fosse o benfeitor da restauração, seria gratificado com a redução do imposto predial.

Contudo, o próprio plano urbanístico traz o dado, com base em entrevistas produzidas por ele, de que 87% dos entrevistados³¹ viviam com renda financeira

³¹ Foram entrevistadas pelo Plano Urbanístico de Laranjeiras de 1975 um total de 220 famílias.

menor que um salário mínimo da época, acrescentando, inclusive, o fato de que os velhos casarões da época, situados em praças e ruas mais favorecidas, “apesar das fachadas, conservadas e convidando a um interior da família abastada, abrigavam entretanto, famílias de classe média e mesmo algumas com renda mensal irrisória” (AZEVEDO, 1975b, p. 23).

Então, se a renda da população da época era tão baixa, percebe-se que essa mesma população não teria condições financeiras para restaurar seu próprio imóvel, principalmente obedecendo às regras do Código de Urbanismo e Obras para o licenciamento das obras de restauração, como apresentado na seguinte passagem:

Art. 7 - Os **proprietários** [...] são **responsáveis**, para todos os **efeitos legais**, pela boa conservação e uso de tais bens e não poderão se opor a inspeção dos técnicos autorizados e a realização das obras de restauração julgadas necessárias, **devendo inclusive desocupá-los, temporariamente, caso os trabalhos exijam.**

[...] Art. 65 - **Só poderão realizar projetos, ou obras de restauração, arquitetos especializados com comprovada experiência, em restauração e previamente cadastrado no DCPH** (AZEVEDO, 1975d, p. 56 e 81, grifo nosso).

Diante disso, um ponto a destacar é o de que nos anos de 1975 ainda não havia em Sergipe a oferta do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo³². Assim, para a pessoa estudar esse curso, precisaria ir para outro estado, exigindo mais condições financeiras, em uma época que já era difícil o acesso ao nível superior. Com isso, para a restauração das edificações laranjeirenses a custo particular do proprietário, precisaria vir um arquiteto de outro estado, que fosse experiente em restauração e licenciado pelo Departamento de Cultura do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual de Sergipe, ou, ainda, um profissional de arquitetura que estudara em outro estado, mas que residisse em Sergipe e possuísse os requisitos exigidos.

Desse modo, considerando os dados de 2015, da “Pesquisa CAU/BR Datafolha”³³, apenas 7,10% da população do Nordeste utilizaram serviços de arquitetos e urbanistas e/ou engenheiro nas obras de reforma ou construção, tendo como principais motivos a questão financeira e o desconhecimento dos serviços

³² Em Sergipe, a Universidade Tiradentes, instituição de ensino privado, ofertou os primeiros cursos de graduação em 1972, mas o curso de Arquitetura e Urbanismo passou a ser ofertado a partir da década de 1990; A Universidade Federal de Sergipe, instituição de ensino público, foi criada no ano de 1968, porém o curso de Arquitetura e Urbanismo teve sua primeira turma ofertada apenas em 2007, com a criação do campus na cidade de Laranjeiras, pelas restaurações do programa Monumenta.

³³ Pesquisa elaborada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil por meio do Instituto DataFolha. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/como-o-brasileiro-constroi/>

desses profissionais. Assim, se, ainda nos dias atuais, existe um acesso escasso a arquitetos e ao entendimento do seu campo de trabalho, em 1975, essa era uma questão ainda mais acentuada, visto que naquela época não existiam cursos de arquitetura no estado de Sergipe, nem a difusão instantânea de informações por meio de aparelhos eletrônicos; soma-se isso ao fato dos baixos recursos financeiros da população laranjeirense na época citada.

Isso se relaciona também ao artigo 7 do código de obras, citado acima, que estabelece a responsabilização legal dos proprietários e a desocupação temporária do imóvel para a realização dos trabalhos de restauração. Questiona-se se houve um trabalho de educação patrimonial com a comunidade de Laranjeiras, pois medidas como deixar temporariamente a casa podem ser mais impactantes para os moradores de edificações históricas. O Plano Urbanístico de Laranjeiras tem registros das entrevistas feitas com a comunidade para saber sobre os aspectos socioeconômicos da cidade e para traçar as proposições do plano. No entanto, não há registros sobre ter havido ou não um contato posterior com a comunidade para apresentar e explicar o código de obras e os levantamentos do Plano Urbanístico de 1975.

Não seria ainda uma ação com o nome de educação patrimonial, pois apenas posteriormente esse termo veio a ser introduzido no Brasil³⁴, mas há registros de que, na década de 1970, foi efetivada a aproximação entre processo educacional e preservação patrimonial (MARCHETTE, 2016). Nisso, destaca-se que o uso do termo processo educacional evidencia a educação em aspectos teóricos e práticos, que devem ser feitos em conjunto em um processo de troca, ou seja, de ensino e de aprendizado mútuo. Se a participação da população laranjeirense da época foi apenas de ceder informações para as entrevistas, mas ela não foi integrada e/ou não se sentiu integrante do processo, essa comunidade não se sentiu representada pelo Plano Urbanístico de Laranjeiras.

Entende-se que o documento resultante do Plano Urbanístico de 1975 é uma legislação, pois se trata de um Código de Urbanismo e Obras, mas é esse mesmo documento que estabelece que a conservação de um bem pelo poder público deve ter uma atribuição de função útil à sociedade. Com isso, se não há repercussão comunitária, a função de utilidade social fica comprometida. Pode-se dizer que o

³⁴ “A proposta metodológica da Educação Patrimonial em termos conceituais foi introduzida no Brasil a partir do 1º Seminário realizado em Petrópolis, no Rio de Janeiro, no ano de 1983, balizado por um trabalho educacional desenvolvido na Inglaterra” (TEIXEIRA, 2008, p.203).

patrimônio que estava anteriormente silenciado pelo arruinamento ganha notoriedade pelas normas de preservação, ao passo que a comunidade é silenciada por não fazer parte efetiva da função social do plano. Assim, a comunidade passa a ser coadjuvante da protagonista “cidade monumento”.

Com isso, alguns fatores podem ter contribuído para a ausência de um trabalho de educação patrimonial e consequente ausência de repercussão comunitária. Dentre eles, a já citada baixa popularização, na cidade de Laranjeiras, do campo de conhecimento da arquitetura e urbanismo e, por consequência, de patrimônio cultural³⁵. Somado a isso, o fato de que a equipe do plano urbanístico tinha um prazo de tempo específico para realizar uma grande quantidade de atividades: coletar, mapear e registrar dados de diferentes esferas da cidade, criar um plano urbanístico estratégico para alavancar a cidade, elaborar mapas cartográficos e plantas da cidade e entregar um Código de Obras que fosse condizente entre a realidade da cidade e as normas de preservação vigentes no país e conciliadas com os ideais de restauração internacionais e, notadamente, atendendo às exigências dos financiadores (Superintendência de Obras Públicas do Estado de Sergipe e a EMSETUR). Algumas dessas questões podem ser corroboradas a seguir.

Devido a limitação de recursos e prazo, as análises se concentraram especialmente sobre o meio urbano. Durante o desenvolvimento dos estudos foram feitos dois seminários de avaliação. O primeiro na Universidade Federal da Bahia, em 26 de outubro de 1974, e o segundo em Laranjeiras, em 6 de março do presente ano, dos quais participaram representantes da Delegacia Regional da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, da SUDOPE, da EMSETUR, da Prefeitura Municipal de Laranjeiras, além de Professores e alunos da Universidade Federal da Bahia (AZEVEDO, 1975a, p. IV).

No trecho, evidencia-se que o Plano Urbanístico atende ao decreto de março de 1971, que tornou Laranjeiras cidade monumento, pois este incube à Secretaria de Educação e Cultura delimitar a área histórica de Laranjeiras e adotar um plano urbanístico “adequado tanto à preservação do acervo arquitetônico e natural da cidade, quanto ao seu desenvolvimento e valorização” (SERGIPE, 1971). Do mesmo

³⁵ Esse é um ponto que pode não ter sido percebido pela equipe do GRAU/ UFBA pelo fato de que na capital baiana o curso de Arquitetura já existia desde 1877, quando foi fundado junto com a Academia de Belas Artes. Assim, é possível que “patrimônio cultural” já fosse um tema um pouco mais difundido e usual no dia a dia das pessoas, mesmo das que não faziam parte das instituições acadêmicas.

modo, a EMSETUR, pertencente ao Governo do Estado de Sergipe, surge em dezembro, também do ano de 1971, e é quem financia o Plano Urbanístico de 1975.

Ainda sobre a restauração das edificações de Laranjeiras, a redação do Plano Urbanístico se mostra mais flexível do que como está posto no Código de Urbanismo e Obras, dando condições para a sua exequibilidade, à medida que diz que a restauração e a valoração do acervo cultural devem ser realizadas pela prefeitura Municipal de Laranjeiras com apoio financeiro do governo estadual e federal. Propõe também que pousadas e restaurantes instalados em edifícios históricos sejam beneficiados com isenção fiscal e chega até a fazer o projeto de uma pousada em um antigo sobrado e o projeto de estudo de restauração das fachadas da rua Getúlio Vargas³⁶ (AZEVEDO, 1975d).

No entanto, esse projeto não foi executado nem o Código de Obras cita especificamente o apoio fiscal às edificações de caráter turístico de hotelaria e alimentação. De forma mais abrangente, como dito anteriormente, é citada apenas a redução do imposto predial para aqueles que, por conta própria, restaurassem sua edificação histórica.

Para finalizar essa abordagem sobre o Código de Urbanismo e Obras de 1975, percebe-se a concepção de patrimônio como bem edificado e de suas atribuições de uso ligadas ao desenvolvimento urbano, cujo valor está no potencial de alavancar a economia da cidade através do turismo econômico. O que se observa, diante disso, é que se desconsidera a necessidade de reverberação entre patrimônio e comunidade, para que essa possa ser a guardiã do patrimônio cultural Laranjeirense.

Embora não apareça na redação do referido Código, é evidente que o Plano Urbanístico de Laranjeiras estava ciente de que, além da aprovação da legislação do código de obras e do reavivamento econômico, era preciso também haver a divulgação nacional da cidade e de seus atrativos. Assim, mesmo não citando muito o patrimônio imaterial de Laranjeiras, o plano apresenta o descaimento sofrido pelas manifestações de cultura erudita da época em que a cidade era considerada a “Atenas Sergipana”, bem como observa que as manifestações religiosas e a festa secular do Lambe Sujo resistiram à passagem do tempo, porém destaca que estas também podem desaparecer se não forem amparadas pelo poder público (AZEVEDO, 1975d).

³⁶ Atualmente é uma rua para pedestres, popularmente chamada de Calçadão e dedicada a atividades comerciais.

É nesse momento que o plano urbanístico perpassa o patrimônio material e entra no ponto das culturas populares como identidade social e como estratégia para a divulgação nacional de Laranjeiras. Isso deveria ocorrer por meio de um festival anual, a realizar-se em janeiro, para contemplar a festa de São Benedito, rica em apresentações de grupos folclóricos, cujo apoio para o acontecimento deveria partir da EMSETUR e da Universidade Federal de Sergipe (AZEVEDO, 1975d).

A proposta da criação de um festival folclórico em Laranjeiras teve sua origem desde 1972, no “Plano de Restauração, Preservação e Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural de Laranjeiras”, que foi elaborado logo após a denominação da cidade como “Museu a céu aberto” (DANTAS, 2015). Esse festival é o Encontro Cultural de Laranjeiras – ECL –, que teve sua primeira edição em 1976 e, desde então, ocorre anualmente até o tempo atual, com 45 edições completas. Atualmente, é promovido por meio da parceria entre a Prefeitura Municipal de Laranjeiras, a Secretaria de Estado da Cultura e a Universidade Federal de Sergipe.

3.2. Atribuição de valor ao patrimônio edificado de Laranjeiras no plano de 2008

O Plano Diretor Participativo do Município de Laranjeiras de 2008 é composto pela Lei Complementar nº 16/2008 e por relatórios técnicos³⁷. Dentre eles, as categorias emergentes à luz da análise textual discursiva, apresentadas adiante, são referentes ao documento da lei complementar, sendo os relatórios técnicos utilizados como bibliografia³⁸. Desse modo, para compreender os significados dessa lei, foram mantidos os mesmos temas de análise utilizados para o Código de Obras de 1975, são eles: “concepção de patrimônio” e “atribuição de uso”. Manteve-se também o pressuposto de que patrimônio se liga à memória como uma categoria do Estado, a partir de uma valoração social, estando, por consequência, sujeito aos interesses desse Estado.

A Lei Complementar nº 16/2008 foi elaborada três décadas após o Código de Urbanismo e Obras de 1975, em um contexto brasileiro de avanços advindos da

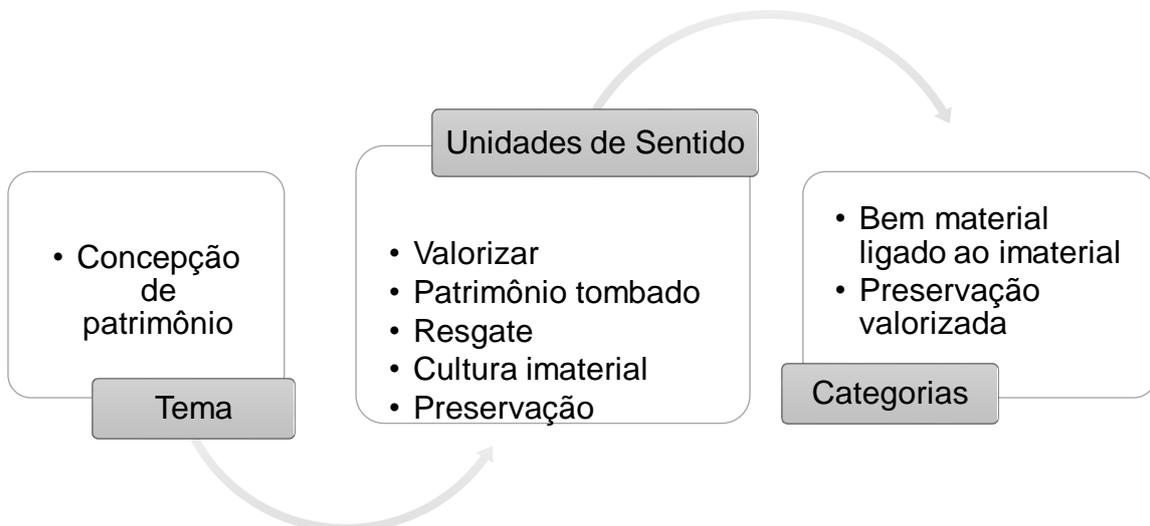
³⁷ Segundo “Relatório Final - Volume II Relatório Técnico”, os documentos que resultaram no Plano Diretor Participativo do Município de Laranjeiras totalizam três volumes, sendo eles: Volume I – Anteprojeto de Leis, Volume II – Relatório Técnico e Volume III - Relatório De Participação Comunitária.

³⁸ Neste trabalho não foi possível o Volume III entrar na bibliografia, pois este não se encontra disponível para consulta pública no site da Câmara Municipal de Laranjeiras, no qual só estão disponíveis os volumes I e II.

redemocratização do país e da criação de legislações urbanísticas. Desde 1988, as políticas patrimoniais direcionadas a Laranjeiras já apontavam sinais de que estavam ultrapassando o padrão colonial elitista como bem representante da cultura, ao passo em que há o tombamento estadual do Terreiro Filhos de Obá³⁹, como representante da cultura afro-brasileira em Sergipe, por seu legado do “culto nagô”, evidenciando a cultura imaterial que havia sido acrescida na Constituição Federal de 1988. Em 1990, a Gruta da Pedra Furada⁴⁰ passou por tombamento estadual, como monumento de interesse paisagístico, histórico e cultural; e, em 1996, Laranjeiras torna-se bem objeto de tombamento federal.

Diante desses avanços, diferentemente do que ocorreu no Código de 1975, as unidades de sentido presentes na Lei Complementar nº 16/2008 (Figura 10) permearam abordagens em que o bem material está ligado ao imaterial, evidenciando a “não separação em prateleiras distintas do patrimônio tradicional instituído pelos instrumentos e conceitos de 1937, com a criação do IPHAN, e das manifestações de cultura popular” (Marchette, 2016, p. 61).

Figura 10 – Lei Complementar nº 16/2008 – Plano Diretor Participativo de Laranjeiras – tema 01: concepções do patrimônio cultural de Laranjeiras.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

³⁹ “Monumento de interesse religioso, histórico e antropológico. Decreto nº 10.010, de 04 de novembro de 1988. Inscrição no Livro de Tombo nº 01- Geral - fl. 13”. Fonte: Lista de Monumentos Tombados pelo governo do Estado de Sergipe. Funcap Sergipe, 2016, p.14.

⁴⁰ Decreto nº 11.645, de 09 de julho de 1990. Inscrição no Livro de Tombo nº 01- Geral - fl. 15. Fonte: Lista de Monumentos Tombados pelo governo do Estado de Sergipe. Funcap Sergipe, 2016, p.14.

Com isso, se percebe também o reconhecimento da necessidade da valorização desses patrimônios como instrumento de preservação. De tal modo, a ligação entre patrimônio material e imaterial corrobora para a união intrínseca entre cultura material e imaterial. Com isso, se quer dizer que um bem só se torna patrimônio a partir do momento que passa pelos instrumentos legais do tombamento ou registro, mas que, antes disso, ele é um bem cultural; é o exercício da cultura de uma comunidade.

Assim, um edifício não é um bem desprovido de interação social, não é um bem isolado. Um edifício é construído a partir da interpretação de quem o fez e da sua finalidade, bem como é interpretado diariamente por seus usuários e transeuntes, despertando significados diferentes para sujeitos diferentes. Essa inter-relação sujeito ambiente expõe a necessidade de se considerar a efetiva participação das comunidades locais na preservação dos bens patrimoniais.

Diante disso, entendendo a construção como o ambiente em que se vive – sujeito a relações humanas que modificam a paisagem urbana ao longo do tempo, mas que diariamente é modificado em termos de construção de significado pelas visões de mundo do sujeito –, entende-se também a premissa do inciso primeiro do artigo 216 da Constituição Federal/1988, em que a proteção do patrimônio cultural brasileiro deve ser promovida pelo poder público em colaboração com a comunidade.

A historiadora Marchette (2016, p. 90) afirma que o referido artigo da Constituição estabelece o consenso de que “o patrimônio cultural somente será cuidado e protegido se atuar como instrumento de conhecimento histórico e reconhecimento social para os diversos grupos sociais que formam a nação”. Isso pode ser relacionado à função social presente na Lei do Plano Diretor Participativo – PDP de Laranjeiras, que objetiva

[...] promover **o desenvolvimento municipal sustentável fazendo cumprir a função social da propriedade e dos serviços públicos, sendo um pacto social legitimado pela população como um todo**, por meio do qual são estabelecidos limites, condições e diretrizes para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do município em geral e da cidade, em especial (LARANJEIRAS, 2008a, s/p, grifo nosso).

Percebe-se, no trecho acima, que a função social do plano continua diretamente ligada à população, no que ele chama de “pacto social”, mas, diferentemente do Código de Obras anteriormente analisado, a Lei do PDP não tem

uma redação focada no patrimônio material edificado da cidade, e sim para o seu desenvolvimento. Insere-se a ideia do desenvolvimento social, econômico e ambiental, alinhando-se aos grupos de função social definidos por Garcias e Bernardi (2008): funções urbanísticas – habitação, trabalho, lazer, mobilidade; funções de cidadania – educação, saúde, segurança e proteção; funções de gestão – prestação de serviços, planejamento, preservação do Patrimônio Cultural e Natural e Sustentabilidade Urbana.

Essa movimentação no modo de ver uma mesma cidade histórica é resultado da abrangência não só das legislações urbanísticas, mas também das cartas da Unesco sobre recomendações de proteção do patrimônio natural; da crise ecológica apresentada desde a Carta de Machu Picchu; da conferência Rio-92, sobre o desenvolvimento sustentável do país; dentre outras recomendações sobre as emergências ambientais do planeta que entraram nas listas de recomendações para os novos planos diretores, exigindo deles uma visão integrada entre todas essas vertentes.

A função social nos planos diretores se relaciona à potencialidade do Estatuto da Cidade de ampliar o sentido coletivo da propriedade urbana, de forma a garantir estratégias, como o direito de preempção, e incentivos fiscais e financeiros como aliados às tradicionais estratégias de tombamento e desapropriação (MARCHETTE, 2016). Além dessas funções, os planos diretores participativos, como já explicado anteriormente, aportados pelo Estatuto da Cidade, exigem a participação da comunidade no seu processo. Então, teoricamente, é nesse diferencial que o Plano Diretor Participativo de Laranjeiras se encaixa, o qual, segundo consta no próprio relatório técnico, “ênfaticamente na metodologia de trabalho o processo participativo, buscando a efetivação de acordos com a sociedade civil e com o Poder Público, nos diversos segmentos do Executivo e Legislativo” (LARANJEIRAS, 2008b, p. 08).

A premissa do pacto do social juntamente com o histórico da cidade de Laranjeiras resultam em um PDP que já toma por base a consolidação do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade, até porque a cidade já havia se consolidado como bem objeto de tombamento federal. Isso pode ser observado no seguinte trecho do Plano Diretor Participativo:

Art. 84. A **Conservação do Patrimônio Histórico e Cultural**, construído em Laranjeiras tem por objetivo **valorizar e destacar** o ambiente urbano **sem**

limitar os espaços para a sociedade. (LARANJEIRAS, 2008a, s/p, grifo nosso).

Então, diferentemente do Plano de 1975, que ainda precisou identificar e catalogar o patrimônio edificado de Laranjeiras, o PDP já encontra esse patrimônio sob proteção de políticas públicas de preservação e entende que é preciso valorizar esse patrimônio. A escolha pela valorização pode ser resultado da interpretação de uma possível comparação entre o estado das edificações da cidade em 2008 e em 1975, pois, sobre o panorama do patrimônio edificado de Laranjeiras, o PDP não evidencia mudanças significativas desde a última análise do Plano Urbanístico, bem como apresenta que a grande maioria das diretrizes e normas estabelecidas pelo Plano Urbanístico de 1974 não foram implantadas.

Como ponto positivo, foi colocado o fato de o centro histórico ter um perímetro definido. No entanto, o PDP expõe que os casarios do conjunto histórico estão ainda, em sua maioria, em um elevado grau de arruinamento, o que demonstra a necessidade de medidas de incentivo à preservação, à manutenção e ao restauro e também da criação de um Plano de Preservação e Conservação.

Destaca-se que, nessa época, esse arruinamento já era atenuado pelas obras de restauração do Programa Monumenta e, em 2007, contava com o funcionamento da Universidade Federal de Sergipe. Então, nesse intervalo de tempo, de 2007 a 2009, as referidas obras já estavam em andamento, bem como o anteprojeto do campus universitário havia sido iniciado, ainda no papel, desde 2003⁴¹ (NERY E BAETA, 2012). Consta que o prédio da biblioteca da UFS de Laranjeiras foi inaugurado em 2008⁴² (SERGIPE, 2008) e em 2009 foi inaugurada a sede do Campus de Laranjeiras, como observado no trecho a seguir.

Instalado a partir do protocolo de cooperação firmado em 2006 entre a Universidade Federal de Sergipe, a Prefeitura de Laranjeiras, o Governo do

⁴¹ Nery e Baeta (2012, p. 29) contam que, “após a entrega do anteprojeto, amplamente revisado, ainda no ano de 2003, os arquitetos responsáveis pela sua idealização e desenvolvimento nunca mais seriam consultados sobre absolutamente nada referente a alterações, detalhamento ou realização da obra”, resultando no discurso sobre as alterações de projeto na edificação do Campus de Laranjeiras, apresentado no capítulo 02 deste trabalho.

⁴² Inaugurada em 22 de fevereiro de 2008. Na notícia sobre a inauguração da biblioteca da UFS de Laranjeiras, no site do Governo de Sergipe, é informado que as obras do Campus Laranjeiras terão início, sendo estimada a entrega em um prazo de 270 dias (SERGIPE, 2008), ou seja, menos de 01 ano para a execução de uma obra de restauração de grande porte. Esse curto prazo pode também ser associado às incongruências entre projeto e execução que foram observadas nos edifícios do Campus Laranjeiras e que são apresentadas e criticadas em diversos artigos científicos e trabalhos acadêmicos de graduação e pós-graduação.

Estado e o Governo Federal, através do Programa Monumenta, vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o campus teve sua **aula inaugural** ministrada pela professora Beatriz Góis Dantas no dia 28 de **março de 2007**. **Em um primeiro momento, funcionou no Centro de Atenção Integral à Criança (Caic) até que, em 12 de junho de 2009, foi inaugurada a sede permanente** pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passando a funcionar no **conjunto arquitetônico Quarteirão dos Trapiches** (UFS, 2017, s/p, grifo nosso).

No entanto, o relatório técnico do PDP de Laranjeiras deixa aquém as ações do Monumenta na cidade, de modo que o programa só é citado uma vez pelo relatório, no tópico sobre oportunidades, a saber: “subsídios técnicos e financeiros do Projeto Monumenta/IPHAN para ações de restauro de monumentos” (LARANJEIRAS, 2008b, p. 30). Sobre a presença da Universidade Federal de Sergipe, também é pouco comentada no referido plano, destacando-se o trecho: “firmam-se acordos de parceria com entidades educacionais na região e no Estado para diversificação da oferta de ensino superior aos cidadãos de Laranjeiras” (LARANJEIRAS, 2008b, p. 36), entretanto, a instituição é devidamente vista como parceira para a capacitação profissional para o turismo.

Além dessas observações, nota-se, também, que as fotografias de Laranjeiras, apresentadas ao fim do relatório, evidenciam, em sua maioria, as edificações apenas em estado avançado de degradação, não citando sobre as ações de restauração previstas e encaminhadas. O PDP é datado de 2008, porém as fotografias não possuem data, apenas legenda. Isso leva à suposição de que a análise do referido plano sobre a cidade de Laranjeiras pode ter acontecido antes do início dessas obras de restauração e que não foram atualizadas para a publicação do relatório técnico; ou, ainda, que pode ter sido uma opção do plano não mostrar e/ou citar essas obras.

Desse modo, como o estado geral das edificações de Laranjeiras é diagnosticado em arruinamento, as diretrizes de conservação do patrimônio transitam pela valorização do patrimônio tombado fortalecida pelo resgate da cultura imaterial. É a constatação da necessidade do processo de ressonância entre o bem patrimonial a ser preservado e a comunidade, mas não apenas de um bem ser preservado porque se está sujeito a regras, mas ao ponto de a vivência daquela comunidade confundir-se com a presença, com a história e com a memória dos bens patrimoniais. É o emergir do patrimônio de um contexto histórico cultural; de uma transformação da paisagem urbana; da resistência popular; do folclore; dos costumes. É a transcendência do bem edificado como matéria de um processo cultural que age sobre

ele. É a transcendência do entendimento do objetivo do mundo do sujeito, influenciando seu *modus vivendi*. É a inter-relação sujeito-ambiente.

É o efeito da atribuição de valor no campo da fenomenologia, do valor que um objeto possui por não ter sido despercebido por quem o contemplou, de tal modo que “o patrimônio cultural faz parte da vida das pessoas de uma maneira tão profunda, que algumas vezes elas não conseguem nem mesmo dizer o quanto ele é importante e por quê. Mas, caso o perdessem, elas sentiriam sua falta” (IPHAN, 2013 *apud* MARCHETTE, 2016, P. 90). A categoria de ressonância é tradicionalmente atribuída por Gonçalves (2005) em uma ligação à materialidade e à subjetividade, a uma não separação entre bens e seus proprietários; são as variadas representações que parecem confundir-se com as mais diversas formas de autoconsciência cultural.

A literatura etnográfica está repleta de exemplos de culturas nas quais os **bens materiais não são classificados como objetos separados dos seus proprietários**. Esses bens, por sua vez, nem sempre possuem atributos estritamente utilitários. Em muitos casos, servem evidentemente a propósitos práticos, mas possuem, ao mesmo tempo, **significados mágico-religiosos e sociais, constituindo-se em verdadeiras entidades, dotadas de espírito, personalidade, vontade**, etc. Não são desse modo meros objetos. Se por um lado são classificados como partes inseparáveis de totalidades cósmicas e sociais, por outro lado **afirmam-se como extensões morais e simbólicas de seus proprietários**, são extensões destes, sejam indivíduos ou coletividades, estabelecendo mediações cruciais entre eles e o universo cósmico, natural e social. (GONÇALVES, 2005, p.19, grifo nosso).

No Plano Diretor Participativo de Laranjeiras/2008, evidencia-se uma consciência de que a comunidade local não participou da institucionalização do que ser preservado pelas ações de tombamento e, por isso, somado ao entendimento de cultura material intrinsecamente ligada à cultura imaterial, as ações propostas pelo plano diretor participativo se apropriaram da cultura popular, que é pulsante em Laranjeiras. Isso se torna um diagnóstico bem similar ao do Plano Urbanístico de 1975: se, por um lado, o patrimônio material encontra-se em arruinamento, por outro, a cultura popular encontra espaço como identidade social.

Desse modo, é intencionada pelo PDP a articulação do município com os níveis estadual e federal de governo para estabelecer parcerias com outros municípios sergipanos e arrecadação de recursos para a recuperação ambiental e do centro histórico. Do mesmo modo, busca-se o fortalecimento da autoestima do cidadão de Laranjeiras, a partir do resgate da cultura local pelo incentivo às manifestações culturais, folclóricas e religiosas, culinária e a inclusão da cultura local nos projetos

pedagógicos das escolas, de modo a resultar na internalização de valores e práticas relativos à preservação dos grupos folclóricos e das manifestações culturais locais (LARANJEIRAS, 2008b).

O PDP demonstra grandes avanços em relação ao Plano de 1975 no que diz respeito ao incentivo às culturas populares dentro do campo da política educacional, cultural e desportiva. Demonstra-se um conhecimento sobre a importância da inserção da história cultural laranjeirense desde a educação básica, bem como das ações que já existiam na cidade e sua importância em mantê-las, como é o caso da oficina escola. Isso está demonstrado a seguir.

Art. 18 Constituem diretrizes da Política Educacional, Cultural e Desportiva de Laranjeiras:

[...] III. Abertura de oportunidades de **acesso dos cidadãos do município** à educação profissional para **suprir as necessidades do mercado local do turismo**, da indústria, e das demais atividades econômicas vocacionadas no município, de forma a promover a geração de emprego e renda.

[...] VII. **Priorização do incentivo financeiro e apoio aos grupos folclóricos** locais, em detrimento dos grupos folclóricos de outras localidades;

VIII. **Promoção da instalação de uma estrutura física que abrigue os grupos folclóricos nas atividades de ensaios e apresentações;**

IX. **Incentivo à realização de apresentações sistemáticas ao longo do ano** com a elaboração e implementação de um calendário de eventos;

X. Promoção de **campanhas de educação patrimonial/cultural** visando a internalização de **valores e práticas relativos à preservação do patrimônio tombado e incremento da identidade cultural na população local;**

XI. **Capacitação da mão-de-obra local** para atuar nas **obras de manutenção e restauro das edificações tombadas**, em parceria com a Oficina-escola do IPHAN;

XIII. **Inclusão da cultura local nos projetos pedagógicos das escolas**, abrangendo todos os grupos sociais e as diferentes faixas etárias, com ênfase para os alunos da Educação Básica - ensino fundamental e médio, visando a **internalização de valores e práticas relativos à preservação dos grupos folclóricos e das manifestações culturais locais** (LARANJEIRAS, 2008a, s/p, grifo nosso).

São ações que estão em conformidade com a conceituação da educação patrimonial, como “um processo de aprendizagem que se realiza mediante a utilização dos bens culturais, de natureza material e imaterial como recursos educacionais” (Marchette, 2016, p.89). Essas ações propostas dialogam com a gestão democrática como diretriz, já que o envolvimento e o empoderamento dos grupos formadores da sociedade brasileira podem ressignificar o patrimônio cultural institucionalizado para um patrimônio de todos (ROSA, PASSADOR, 2016).

Dentre as ações que tiveram um maior incentivo durante esse período, está a Oficina Escola de Laranjeiras⁴³, que, até os dias atuais oferta o “Curso de Formação de Mão-de-obra especializado em conservação e restauro de bens imóveis”, destinado a jovens em situação de vulnerabilidade social, que recebem uma bolsa de remuneração da prefeitura laranjeirense. Assim, também, os incentivos à cultura imaterial concentram-se mais dentro do tradicional Encontro Cultural de Laranjeiras, que passou a envolver de forma mais significativa os movimentos sociais (DANTAS, 2015), reforçados pelo governador da época, Marcelo Déda, que tinha a vertente de tornar Sergipe um polo turístico.

Esse fator acaba por elucidar a atribuição de uso turístico que perdurou na passagem do tempo e também se observa no PDP de 2008, quase que em um ciclo de retorno ao Plano Urbanístico de 1975. Dentro desse contexto, as atribuições de uso do patrimônio edificado emergidas da Lei Complementar nº 16/2008 demonstram, desde as unidades de sentido, um caráter de medidas técnicas que se desdobram em categorias que visam à manutenção do patrimônio edificado de Laranjeiras, sendo este visto na concepção de cultura material ligada à imaterial (Figura 11).

Figura 11 – Lei Complementar nº 16/2008 – Plano Diretor Participativo de Laranjeiras – tema 02: atribuições de uso ao patrimônio edificado



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

⁴³ Instituída em 1998 por convênio entre o IPHAN e a Prefeitura Municipal de Laranjeiras.

O caráter técnico que se percebe nas unidades de sentido diz respeito não somente ao caráter do documento analisado, que é de legislação, mas também à empresa que executou esse plano diretor. Isso já havia sido alertado por Santos (2015), quando aponta que o Plano Diretor Participativo de Laranjeiras foi elaborado por uma empresa situada em Brasília, dificultando, assim, que houvesse uma leitura dos reais anseios e dos problemas enfrentados pela população laranjeirense. Isso leva a resultados de planos genéricos, que atendem às especificidades gerais do Estatuto da Cidade e das leis urbanísticas e de preservação do meio ambiente, mas apresentam falhas no que diz respeito às demandas do município.

Isso é um caso que deve ser ainda mais observado quando se trata de planos diretores participativos, pois, mais do que cumprir uma exigência, o ideal desse tipo de plano diretor é que a população possa efetivamente ter voz e resulte em uma gestão democrática. O PDP de Laranjeiras, no geral, apresenta diretrizes para se tornar um instrumento de gestão democrática, baseado em normas e em critérios para o desenvolvimento econômico do município e para o crescimento e preservação das áreas urbanas. Isso pode ser visto no capítulo “conservação do patrimônio”, em que se destaca o objetivo de valorizar e destacar o ambiente urbano de forma harmônica com a sociedade e necessidade de seus usos, destacando-se as seguintes diretrizes:

- e. **Democratizar o processo de decisão de tombamento ou declaração de interesse cultural**, através de parecer prévio do conselho municipal de desenvolvimento.
- f. Estabelecer critérios de **negociação das entidades públicas com os proprietários particulares de bens imóveis passíveis de preservação**, mediante **incentivo à restauração de edificações** a partir de **contrapartidas legais ou isenção fiscal** (LARANJEIRAS, 2008, s/p, grifo nosso).

Essas estratégias jurídicas participam de um processo que, segundo Marchette (2016, p. 69), “proporcionam intervenções no patrimônio cultural diariamente, transformando a paisagem urbana em uma dinâmica de mercado, muitas vezes” (MARCHETTE, 2016, p.69). É o que se pleiteia no plano de 2008, com uma forte argumentação, no relatório técnico – volume II, da necessidade do turismo na cidade, aliando-se à estratégia turística do Estado de Sergipe e ao fato de a cidade de Laranjeiras estar inserida no Pólo Costa dos Coqueirais do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/II NE, sendo parcialmente financiado pelo Ministério do Turismo. Assim, essa estratégia estava centrada em um

ideal de “regionalização, buscando a adoção de um modelo de gestão de política pública descentralizada” (LARANJEIRAS, 2008b, p. 86).

O relatório técnico do PDP apresenta que falta infraestrutura de apoio ao turismo laranjeirense, como hotéis e restaurantes, mas que o município oferece “potencialidades para exploração do turismo cultural, tendo em vista que Laranjeiras é tombada como cidade monumento e é considerada a cidade do país que possui maior concentração de grupos folclóricos da América Latina” (LARANJEIRAS, 2008b, p. 22). Evidencia-se que essa colocação é muito similar às diretrizes do Plano Urbanístico de 1975 e que, de mesmo modo, o PDP de 2008 traz novamente para a cidade esse viés turístico de gestão que não reverberou na comunidade desde 1975.

Essas informações reforçam a ideia apresentada por Santos (2015), de que o referido Plano Diretor Participativo não considerou as individualidades de Laranjeiras. Além disso, nos relatórios consta que houve a participação popular através de consultas públicas e que, nas oficinas realizadas, foi verificado que os laranjeirenses viam o turismo como forma de desenvolvimento e de geração de renda para as comunidades.

No entanto, com a ausência da divulgação do Volume III - Relatório de Participação Comunitária no site da Câmara Municipal de Laranjeiras⁴⁴, não foi possível observar se a própria população da cidade que citou o turismo ou se as oficinas já levaram esse tema pronto, com alternativas de respostas que poderiam induzir os participantes da pesquisa. Santos (2015, p. 114), em entrevistas com a comunidade de laranjeiras, revela que “das pessoas perguntadas acerca da participação em audiências públicas para tratar do assunto, nenhuma se lembrava de ter participado, algumas nunca nem tinham ouvido falar em plano diretor”.

Essas evidências demonstram que realmente Laranjeiras não foi vista nas suas particularidades, pois estava envolvida dentro do projeto turístico do Polo Costa dos Coqueirais. Isso levanta a questão de que os resultados apresentados sobre a idealização turística dos moradores laranjeirenses podem não ter partido só deles, mas de ações em conjunto com outras cidades integrantes desse polo. A Figura 12 foi retirada do relatório técnico II do PDP de Laranjeiras, demonstrando Laranjeiras dentro do circuito regional de turismo anteriormente estruturado pelo Polo Costa dos Coqueirais, estando como “Centro de Apoio ao Turismo”.

⁴⁴ <https://camaradelaranjeiras.se.gov.br/>

Figura 12 – Aracaju, São Cristóvão e Laranjeiras dentro do circuito das cidades históricas do Polo da Costa dos Coqueirais (PDITS/SE 2005)

Aracaju e Área Central			
Aracaju, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Santo Amaro das Brotas, e São Cristóvão.	Turismo Convencional Turismo de Eventos e Negócios Turismo Cultural	Turismo de Aventura Turismo Esportivo Turismo Náutico Turismo Ecológico	Ambientes urbanos diferenciados; Hotéis com instalações e serviços de qualidade; Hotéis de cadeia, pousadas, resorts de alto padrão; Marinas/ atracadouros para atividades de lazer e entretenimento; Espaço eventos/ multiuso; Restaurantes, teatros, sala de espetáculos, centros de artesanato e outros equipamentos turísticos; Equipamentos Urbanos; Serviços de alimentação e bebidas; Visitação estruturada para produtos turísticos diversos; Edificações históricas recuperadas, revitalizadas, e uso sustentável.

Fonte: Volume II – Relatório Técnico, pertencente ao Plano Diretor Participativo de Laranjeiras de 2008

Pelas observações acima, vale ressaltar que o próprio PDP, em seu diagnóstico, já havia dito que o turismo praticado em Laranjeiras não gerava impacto significativo na economia local e que havia um despreparo da população para assumir a autoria do desenvolvimento do turismo na cidade. Então, isso leva a refletir como seria essa participação de forma indireta da população na atividade turística que o plano nomeou como oportunidade de desenvolvimento. Do mesmo modo, quando o plano diretor entra no quesito de “Cenário Futuro/de Referência para Laranjeiras”, no item de dimensão social, é intencionada a melhora do poder aquisitivo da população pela geração de empregos e incentivo ao turismo e à agricultura familiar.

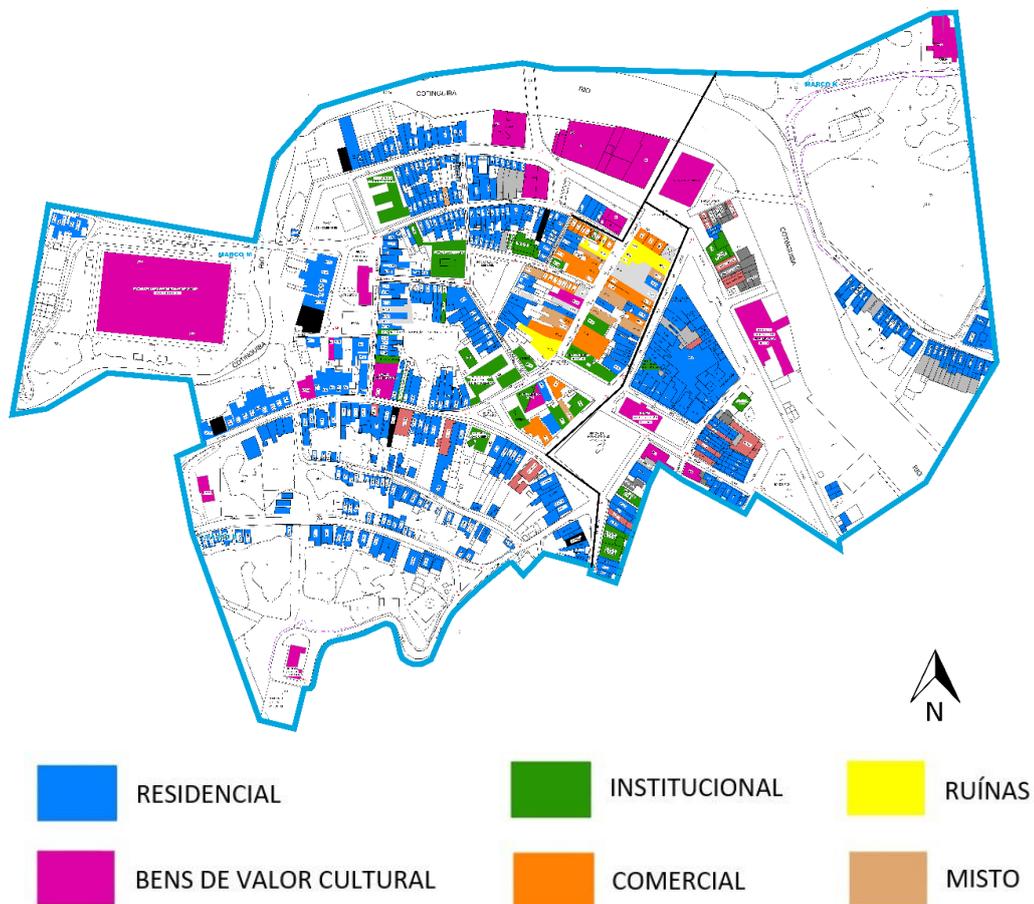
Consolida-se como atividade econômica no município o **turismo sustentável**, a absorção da mão de obra local pelas indústrias instaladas no município e a **agricultura diversificada** a partir dos esforços e investimentos necessários, da qualificação profissional e consideradas as respectivas cadeias produtivas. Expande-se, ordenadamente, o **turismo sustentável e Laranjeiras consolida-se como pólo de turismo cultural, com prioridade para a preservação dos bens tombados e para o incentivo às manifestações populares e produção artística e artesanal local**. Com a consolidação das atividades econômicas, promove-se a melhoria e fortalecimento do comércio local, para atender tanto à demanda do turismo como da população local, que, com melhor renda, passa a ter maior poder de consumo. Implanta-se o turismo sustentável dos atrativos culturais de Laranjeiras, promovendo o uso sustentável e a preservação do conjunto tombado (LARANJEIRAS, 2008b, p.36, grifo nosso).

Desse modo, percebe-se que o PDP de Laranjeiras vê, especialmente na indústria do turismo, uma solução de gestão eficiente para movimentar economicamente a cidade, com a participação dos moradores locais nas consequências da implantação dessa indústria turística, mas não como efetivos participantes do processo. No entanto, uma pequena parcela dessas ações foi realmente posta em prática e o turismo continuou sem se alavancar em Laranjeiras.

A realidade que se tem é a de um cenário de turistas que estão com suporte e hospedagem de agências de turismo na capital de Sergipe e que vão esporadicamente a Laranjeiras visitar as igrejas, o centro de artesanato e observar o centro histórico, em um curto espaço de tempo, e com contato mínimo com a comunidade local. É desconsiderar a comunidade em sua historicidade e colocá-la apenas a serviço da metamorfose da “engenharia cultural” (Choay, 2006).

Sobre a utilização das edificações do perímetro tombado, a figura 13 sintetiza o uso do solo, no ano de 2013, cinco anos após a implantação do PDP de Laranjeiras. Observa-se que o uso predominante é o residencial, não atendendo às expectativas do comércio turístico e hotelarias idealizados. O comércio, assim como sugerido desde o plano urbanístico de 1975, concentrou-se e permaneceu na Rua Getúlio Vargas e na Praça Samuel de Oliveira, que conta com o acréscimo do Campus da UFS e mais algumas edificações restauradas em projetos governamentais.

Figura 13 – Síntese do uso do solo do perímetro tombado de Laranjeiras em 2013



Fonte: Elaborado pelo EMAU – Escritório Modelo da Universidade Federal de Sergipe, 2013.

Assim, pelo evidenciado nos planos de 1975 e 2008, percebe-se a presença de um determinado padrão que é apresentado por Barros (2004 *apud* BRUSADIN, 2012), no qual, em muitos casos, quando o patrimônio cultural é transformado em turismo, a metodologia aplicada é a de que o morador local é informado sobre o seu patrimônio, ao invés de participar do processo de identificação patrimonial, sem definir o que preservar e o motivo disso. São ações que impedem o equilíbrio entre desenvolvimento e cidades históricas. Ademais, é direito do cidadão rememorar, é um efeito vinculado à atribuição de uma natureza afetiva, responsável por estimular emocionalmente as memórias vivas das pessoas.

Ao comparar as visões dos dois planos, percebe-se que, apesar de terem sido elaborados em momentos distintos, há uma semelhança na leitura apresentada tanto das problemáticas da cidade, quanto da solução para a dinamização econômica. No entanto, ao contrário do Plano Urbanístico de 1975, o Plano Diretor Participativo de 2008 mostra-se indiferente à comunidade local, pois não fala sobre essa comunidade com discurso de preocupação, mas sim visando a um mecanismo de lucro. O polo turístico regional, no qual se pleiteou a inserção de Laranjeiras, mostra-se ainda mais agressivo para pequenas comunidades do que as tradicionais críticas aos seguimentos dos documentos internacionais como culturalização.

O fato de o turismo não ter alavancado com os planos dos anos de 1975 e 2008 não quer dizer que essa vertente não seja possível em Laranjeiras, mas, como destaca Abadia (2014), ainda é preciso que a cidade se fortaleça em termos de estrutura, equidade social e segurança, para tornar-se primeiro uma cidade melhor para seus moradores, antes de estender-se às atividades turísticas (até mesmo aquelas de base comunitária). Desse modo, fica claro que existem questões de políticas públicas que são mais urgentes do que a implementação das políticas de turismo, como é o caso da segurança pública.

Considera-se, portanto, que, historicamente, as ações preservacionistas do patrimônio cultural foram implantadas em Laranjeiras em uma perspectiva vertical, ou seja, primeiro houve a institucionalização do patrimônio para depois ser passado para a população. Tais ações trouxeram contribuições muito importantes para a preservação do patrimônio cultural da cidade, no entanto, compreende-se a não apropriação dos moradores ao patrimônio edificado da cidade da maneira tal como os planos de 1975 e 2008 idealizaram, o que é corroborado pelas problemáticas que se repetem, até os dias atuais, em relação à degradação desse patrimônio material.

Laranjeiras é mais que uma cidade monumento. Para ir além da pedra e cal, é necessário buscar compreender os processos de reconhecimento das referências culturais e entender o que reverbera entre a comunidade e a cidade. Um patrimônio edificado sem vínculo de representatividade por seus usuários, ainda que seja institucionalizado, é apenas pedra e cal, é patrimônio apenas para a legislação.

A educação patrimonial, como instrumento de orientação, organização e avaliação dos processos de proteção aos bens culturais, se mostra como um instrumento de ressignificação e democratização das políticas públicas patrimoniais fortalecedora das referências culturais. É um recurso potencializador das medidas de proteção e salvaguarda, devendo estar junto desde o início na identificação do patrimônio, considerando suas múltiplas narrativas. Pela educação patrimonial e inclusão social, é possível a tentativa de garantir ao patrimônio os atributos da apropriação pública, já que, por definição, são bens de alcance social.

Como observado nos dois planos, 1975 e 2008, a comunidade de Laranjeiras foi consultada, porém permaneceu como prioridade um viés turístico que não se relacionou com sua comunidade em ambos os planos. É preciso, além de consultar, permitir que a comunidade local seja atuante no seu patrimônio e nas suas decisões – dentro dos limites das legislações. Em uma perspectiva mais atual, o IPHAN recomenda o envolvimento, a participação e a colaboração da comunidade que vivencia o cotidiano da própria cidade.

4. INVESTIGANDO DISCURSOS ACADÊMICOS: POLÍTICAS PÚBLICAS, CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

*“E adoro o Barro Vermelho / Que fez do rio um espelho
Onde vive a se mirar”.*

(João Sapateiro)

Tendo em vista os conceitos já apresentados neste trabalho sobre patrimônio e sua relação intrínseca entre cultura material e imaterial, bem como sobre as evoluções observadas nas políticas públicas de preservação nacionais e nas atribuições de valor ao patrimônio edificado de Laranjeiras, este capítulo parte de dois pontos: considera que todo ato humano é político e posiciona o indivíduo como cidadão e sujeito que influencia e é influenciado pelas relações microfísicas, no nível do micro e macro poder.

A institucionalização dos bens patrimoniais sem consulta prévia às comunidades locais constitui um apoderamento da premissa da proteção dos bens patrimoniais em colaboração com a comunidade – prevista na Constituição Federal/1988 –, a qual se torna, no nível macro, um instrumento de exercício de controle do patrimônio edificado e de como a sociedade deve agir diante daquele bem patrimonial. E a sociedade, por sua vez, na escala micro, reproduz esse controle pela obediência política.

No entanto, conforme Foucault (1997), para todo exercício de poder há uma resistência, a qual pode ser identificada pelos discursos ocultos que se dobram e desdobram em redes de luta e disputa. À face do exposto, observando a trajetória do patrimônio edificado de Laranjeiras, diante da não reverberação comunitária da institucionalização do seu patrimônio (especialmente no que diz respeito ao patrimônio material edificado), percebe-se uma resistência popular enquanto elemento de identidade social – o que se confirma nos relatos dos Planos de 1975 e 2008, nos quais a cultura popular é vista como um elemento pulsante em Laranjeiras, constituindo um cenário oposto aos diagnósticos de degradação do patrimônio edificado.

A resistência popular atua como elemento de identidade social à medida que se coloca contra as ações de institucionalização do patrimônio ou agem de forma apática perante elas, por não sentirem que aquele bem patrimonial o representa ou

que acrescenta valor em sua vida cotidiana. Ressalta-se aqui que institucionalização é diferente de patrimonialização, pois a primeira refere-se aos instrumentos legais que regem e organizam um determinado bem cultural; enquanto que a segunda tem a ver com a atribuição de valor, uso e/ou significado conferidos a um bem.

Em Laranjeiras, a resistência popular à institucionalização do patrimônio está presente não apenas no Plano Urbanístico e no Plano Diretor analisados. Ela é percebida também no processo de instalação da Universidade Federal de Sergipe. Nery e Baeta (2012) criticam não somente o resultado do processo de restauração das edificações que compõem o campus universitário, mas também o fato de ter ocorrido troca dos cursos de licenciatura para a implantação de cursos bacharelados, como elucidado na passagem a seguir.

O programa arquitetônico de intervenção indicaria o abrigo de um curso de nível superior de licenciatura regido pela Universidade Tiradentes (UNIT), **demanda apontada como necessidade local e como possível ponte entre as propostas do Monumenta e a comunidade de Laranjeiras – cuja resistência a ações dessa natureza era notória.** [...] No decorrer do processo, [...] a UNIT acabaria perdendo o interesse pela possibilidade de utilizar as estruturas recuperadas para a implantação do curso de licenciatura. Neste sentido, a UEP apresentaria o projeto à Universidade Federal de Sergipe que, após negociações, aceitaria dar uso e funcionamento ao complexo. [...] Mas, num primeiro momento, **ao invés de aproximação, os cinco cursos implantados no lugar do curso de licenciatura gerariam ainda maior distância da comunidade local por terem trazido uma demanda e um público completamente alheios à população da cidade** (NERY e BAETA, p.13 e 34, grifo nosso).

Relembra-se que foi o Escritório Modelo da Universidade Tiradentes (UNIT) – instituição privada – que preparou todo o anteprojeto da restauração do Quarteirão dos Trapiches para tornar-se um campus universitário. Contudo, os autores apenas citam que a UNIT perdeu o interesse em utilizar o campus que ela mesma estava pleiteando. Isso levanta algumas especulações sobre quais motivos levaram a isso. É possível que o panorama geral de baixa renda da população laranjeirense não tenha sido mais atrativo para uma instituição de ensino privado com cursos presenciais, pois, no relatório técnico do Plano Diretor de Laranjeiras de 2008, consta-se o registro de haver um polo da UNIT de ensino à distância.

Além disso, segundo o trecho citado, a necessidade dos cursos de licenciatura foi sinalizada em uma demanda pesquisada pela própria UNIT. Então, caso essa demanda fosse pesquisada por outra instituição, poderia chegar a ter resultados diferentes. Com isso, se quer dizer que não há garantias de que os cursos de

licenciatura inicialmente pleiteados teriam um resultado positivo na cidade, pois a própria pesquisa menciona que a população possuía resistência a ações desse tipo, do mesmo modo que não cita que outras ações a comunidade local sinalizou ter interesse.

Desse modo, para a implantação da UFS, esta considerou o déficit de cursos no estado de Sergipe e, aparentemente tentou unir a cidade de Laranjeiras e o campus universitário a partir dos seus títulos: “Campus das Artes” para quem já foi a “Athenas Sergipana”. Ao que se sucede, os cinco cursos mencionados na citação e implementados em Laranjeiras são: Arquitetura e Urbanismo (diurno integral - bacharelado); Arqueologia (vespertino - bacharelado); Museologia (matutino - bacharelado); Teatro (noturno – licenciatura) e Dança (noturno – licenciatura). Posteriormente, no ano de 2014, por questões de segurança pública, os cursos noturnos de Teatro e Dança foram retirados da cidade de Laranjeiras e transferidos para o campus sede da universidade, na cidade de São Cristóvão/SE⁴⁵. Ou seja, foram removidos do campus exatamente os cursos de licenciatura, categoria esta que era a que teria melhor desenvolvimento na cidade, segundo a referida pesquisa apresentada no artigo de Nery e Baeta (2012).

Quanto à parte do trecho da citação que sinaliza uma rejeição da comunidade local ao público da UFS, por este ser totalmente alheio à população da cidade, destaca-se que rejeições desse tipo já tinham sido sinalizadas desde o Plano Urbanístico de 1975, no qual, em nenhum momento, a comunidade cita interesse em uma população turística. Além disso, a proposta inicial para a restauração do Quarteirão dos Trapiches era a seguinte:

mais do que um mero atrativo turístico, a estratégia do Projeto Laranjeiras foi pensar a **intervenção como um foco radiador de novas práticas**, fazendo com que **a população pudesse trazer vida ao espaço da cidade através da sua utilização**. A intenção era **incorporar ao cotidiano** cidadão atividades capazes **de revitalizar a dinâmica urbana e modificar a condição de cidade dormitório de Aracaju** – na qual a sede municipal se encontrava. Por isso, **a preservação do patrimônio histórico contemplava imóveis** que, além de terem um significado muito grande para a **memória regional, traziam de volta a possibilidade de serem vivenciados e utilizados** numa **proposta aberta e permeável**; que **convidasse os cidadãos laranjeirenses, de municípios vizinhos e de outras localidades**, a também experimentar esta interação urbana (NERY e BAETA, p.3 e 4, grifo nosso)

⁴⁵ Abadia (2014) debate que muitas foram as questões que envolveram a segurança e casos de violência que culminaram na retirada dos cursos noturnos da UFS, destacando uma situação de graves problemas sociais na época, não apenas em Laranjeiras, mas também em outras regiões do Brasil.

Então, percebe-se um ponto conflituoso, pois se a proposta começa sendo citada que é “mais do que um mero atrativo turístico”, é porque alguma intenção turística ela já tem. Isso é corroborado pelo fato de que a proposta final de intervenção queria atrair a população local, mas também de municípios vizinhos – o que não deixa de se configurar como uma população alheia à cidade. Ademais, cita o projeto do campus como um acolhedor da população local, mas para termos de vivência; não chega a citar que seria um promotor de empregos. Desse modo, a ideia de modificar a dinâmica urbana, a ponto de Laranjeiras não ser mais uma cidade-dormitório, já se mostrava comprometida.

Com isso, pontua-se que existem fatos sociais e de ideologia na cidade de Laranjeiras que ainda são alheios aos pesquisadores; são desconhecidos aos não laranjeirenses; aos não moradores do centro histórico. E, por assim ser, qualquer intervenção que seja idealizada por alguém externo à comunidade vai cair no campo que Marcel Mauss chamou de “arbitrário cultural”⁴⁶ (MAUSS, 1979 *apud* Gonçalves, 2005).

Sobre os impactos do Campus de Laranjeiras, ressalta-se que a universidade traz dinamismo urbano e econômico para a cidade à medida que abriga cursos integrais com discentes utilizando o comércio da cidade e, em alguns poucos casos, residindo também em Laranjeiras. No entanto, esse dinamismo fica restrito a comércios e imediações da Universidade, constituindo um campus que realmente se apresenta como um local majoritariamente de estudantes que não são naturais de Laranjeiras, gerando um cenário paralelo ao cotidiano da cidade.

Além disso, os cursos de teatro e dança, por serem noturnos, traziam engajamento para a Praça Samuel Oliveira, com intervenções e apresentações interativas com a população local. Com isso, destaca-se que a retirada desses cursos do campus aumentou a lacuna entre a relação da universidade com a comunidade. Isso é corroborado por Abadia (2014)⁴⁷, quando ela cita que, na época de sua implantação, a universidade foi recebida com mais entusiasmo pelos intelectuais do

⁴⁶ “Todo fenômeno social possui efetivamente um atributo essencial: seja ele um símbolo, uma palavra, um instrumento, uma instituição, seja ele a língua ou a ciência mais bem feita, seja ele o instrumento que melhor se adapte aos melhores e mais numerosos fins, seja ele o mais racional possível, o mais humano, ainda assim ele é arbitrário” (Mauss, 1979, p. 192-193 *apud* Gonçalves, 2005, p. 29).

⁴⁷ Trabalho de dissertação de mestrado desenvolvido dentro do PROARQ/UFS. Esse estudo não se encaixou no intervalo de tempo definido para o *corpus* dos trabalhos a serem analisados à luz da análise textual discursiva, no entanto, foi utilizado como aporte teórico.

que pela população laranjeirense, que não enxergava na universidade nenhuma função prática para a cidade.

Do mesmo modo, em entrevista realizada à comunidade local de Laranjeiras em 2014, a autora evidencia como resultados que o Campus de Laranjeiras não era visto como um fator de benefício para a cidade e para os moradores, embora representasse um sinal de esperança. Ou seja, decorridos oito anos da implantação do campus universitário da UFS em Laranjeiras, este continuou sem reverberação com a comunidade local, constituindo um problema público. Atualmente, sete anos após a pesquisa de Abadia (2014)⁴⁸, a percepção empírica é a de que não houve mudanças significativas nesse quadro⁴⁹. Esses são fenômenos que também se constituem como pontos emergenciais de políticas públicas.

Assim, diante da necessidade de as políticas públicas de preservação tornarem-se instrumentos sociais a partir da democratização dos processos patrimonialização e por entender a universidade como instrumento potencializador para a ressignificação das relações de poder que permeiam essas abordagens, este capítulo investiga o que remete a políticas públicas no discurso sobre o patrimônio edificado de Laranjeiras dos trabalhos acadêmicos dos cursos de Arqueologia e Arquitetura da UFS, com o intuito de proporcionar a democratização do conhecimento científico e, especialmente, proporcionar um retorno à comunidade local.

4.1. Visões de políticas públicas para Laranjeiras nos estudos acadêmicos contemporâneos

O *corpus* deste capítulo é constituído dos trabalhos de monografia desenvolvidos no Departamento de Arqueologia e Arquitetura da UFS, sintetizados nas fichas exploratórias do apêndice A. Como explicado na introdução, os trabalhos selecionados são resultados do levantamento feito no Repositório Institucional da UFS sobre o estado das pesquisas que envolvem o patrimônio edificado do centro histórico de Laranjeiras/SE nos últimos cinco anos (2017-2021). Esse intervalo de tempo foi

⁴⁸ Realizada em agosto de 2014.

⁴⁹ Ressalta-se que desde o início da pandemia do Covid-19, as aulas presenciais de todos os Campi da UFS foram suspensas e mudadas para a modalidade de aulas remotas. Assim, o Campus de Laranjeiras está fechado desde março de 2020. Seria interessante, em pesquisas futuras, observar se nesse período de fechamento do campus houve alguma alteração na percepção da população sobre a presença e/ou relevância do campus na cidade.

escolhido por se considerar um prazo coerente para que os dados e os resultados desses trabalhos se mantenham atualizados, especialmente porque estão sendo analisados pelo que dizem respeito a políticas públicas, que é um campo que precisa estar em constante atualização.

As fichas exploratórias estão organizadas por ordem decrescente, entretanto, aqui no texto, por se tratar de apenas um tema, a análise seguiu por ordem de conteúdo que melhor se conectava com o trabalho anterior, criando, assim, uma sequência textual lógica. Da mesma forma do capítulo anterior, o *corpus* deste capítulo foi estudado à luz da análise textual discursiva (MORAES e GALIAZZI, 2011).

Desse modo, considerando que o conjunto arquitetônico e paisagístico de Laranjeiras já se consolidou como bem objeto de tombamento federal e considerando o fato de que todo ato humano é político (MARCHETTE, p.36), foram extraídas as unidades de sentido em cada texto a partir do tema “políticas públicas”. Optou-se por não restringir o tema para política pública patrimonial porque assim se perderia a oportunidade de usar como referencial as políticas públicas de outras áreas de abrangência, já que questões patrimoniais caracterizam expressões da sociedade, no desenvolvimento de conhecimento integrados entre ciência e sociedade (Soster, 2016). Com isso, as categorias que emergiram⁵⁰ dos discursos dos trabalhos pesquisados foram relacionadas com o aporte teórico, objetivando a constituição de bases para entender quais as emergências direcionadas à política pública patrimonial em Laranjeiras/SE.

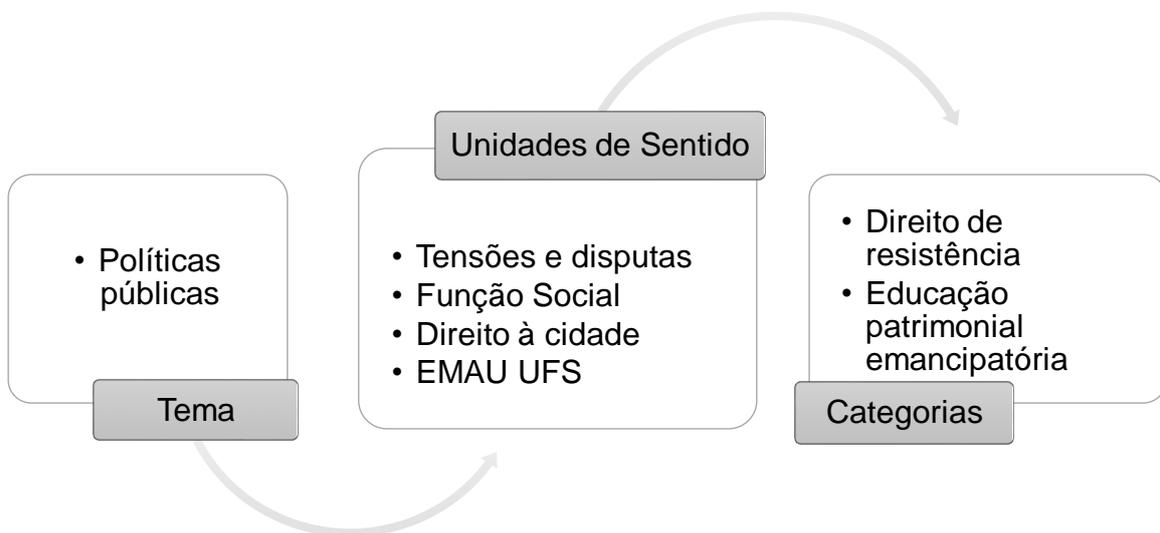
A análise se iniciou pelo trabalho de monografia do curso de Arquitetura e Urbanismo, intitulado “**Arquitetura não é para pobre: ensino e prática popular, a experiência do Trapiche, UFS - Laranjeiras/SE**”, produzido em 2021. Nesse trabalho, pode-se considerar que as categorias emergentes, no que concerne às relações com as políticas públicas patrimoniais, convergem para a relação de dependência entre o direito à resistência e à educação patrimonial (figura 14). Retomamos aqui o ponto de que resistir é um ato político e um entendimento coletivo do reconhecimento do direito à memória, ao passado, à preservação, ao esquecimento; mas também é o reconhecimento do direito à resistência contra aquilo

⁵⁰ Reforça-se que o tema de análise “política pública” foi definido *a priori*, mas as categorias de sentido surgiram *a posteriori*. Quando se iniciou a leitura dos trabalhos com foco no tema escolhido, ainda não se sabia quais seriam as categorias que emergiriam. Assim, as categorias e as considerações aqui abarcadas foram feitas de acordo com o modo como o fenômeno se mostrou, a partir da interpretação e da visão de mundo da pesquisadora.

que não representa, àquilo que agride e que desconsidera a memória coletiva e as comunidades.

É, em Laranjeiras, a resistência da comunidade local à forma como que seu patrimônio foi institucionalizado. Um ponto a se destacar é que, no geral, os conflitos acerca do patrimônio edificado não são sobre ele em si, como matéria edificada, mas sobre a significação dessa matéria como produto cultural.

Figura 14 – Trabalho de monografia do curso de Arquitetura e Urbanismo/ UFS: Arquitetura não é para pobre: ensino e prática popular, a experiência do Trapiche, UFS - Laranjeiras/SE
ROCHA, 2021 – (Ficha exploratória 01 – FE01)



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Então, são conflitos mais direcionados às regras que devem ser seguidas para a manutenção desse bem patrimonial, como no caso das pequenas comunidades, em que a restauração se torna um custo acima da média financeira da população. Além disso, a significação é o que confere o valor de função social ao bem patrimonial, como elucidado pelo “Manual Para Quem Vive em Casas Tombadas”.

Toda propriedade deve cumprir uma função social. No caso dos imóveis com relevante valor cultural, a sua função social envolve conservar e proteger os elementos culturais (históricos ou estéticos) que justificam o tombamento. Portanto, o simples fato do imóvel ser tombado ou protegido em razão do seu valor cultural, não gera nenhum direito de indenização em favor do proprietário. **Evidente que as despesas para a conservação de um imóvel tombado podem ser maiores que no caso de imóvel comum, todavia, esse “ônus” deve ser suportado pelo proprietário como parte**

do exercício do direito de propriedade já que não existe um direito de se apropriar de um bem que não exerça a sua função social. (PAIVA e SOUZA, 2018, p. 106, grifo nosso).

Trazendo essa explicação para a realidade de Laranjeiras, o primeiro ponto a se destacar é o de que existem poucos bens tombados isoladamente na cidade, pois o seu tombamento é de todo um conjunto paisagístico. Assim, há uma mesma regra de preservação para ser seguida por igrejas, museus, sobrados, mas também pela pequena casa residencial da antiga “Rua da Poeira”. Se se pensar apenas em termos de escala, parece até algo mais simples, pois a pequena residência não vai ter os elementos estéticos ornamentais que exigem técnicas refinadas de restauração. No entanto, para as pessoas de classe baixa, essas restrições geram ônus maiores que o gasto com a edificação, como, por exemplo, a impossibilidade de abrir uma garagem; de construir um pavimento superior para um filho morar; ou de abrir um pequeno comércio na sua casa para ajudar na manutenção das despesas diárias.

Essas problemáticas não estão sendo levantadas com a intenção de deslegitimar as políticas de tombamento. Ao contrário, ao validar a importância que o tombamento tem para a garantia da preservação de um bem patrimonial é que se percebeu a necessidade de considerar as especificidades de cada cidade nos processos de patrimonialização. Volta-se também à questão de que o tombamento e a desapropriação não são as únicas formas de gestão e de preservação do patrimônio.

O Estatuto da Cidade e o plano diretor são aliados nos processos de leitura e de regulamentação das especificidades de cada cidade. No entanto, o Plano Diretor Participativo de Laranjeiras mostra-se genérico em relação ao patrimônio edificado de Laranjeiras. Todas essas questões levam ao ponto da educação patrimonial, como um processo mútuo de ensino e aprendizagem. A historiadora Marchette (2016) acrescenta que

educação patrimonial é também o **conhecimento de todos esses mecanismos jurídicos dos quais se pode lançar mão em defesa do patrimônio cultural**, o que equivale a almejar e lograr **qualidade de vida no presente em convivência com vestígios do passado**. É um pacto social em defesa da vida (MARCHETTE, 2016, p. 70, grifo nosso).

Os trabalhos realizados pelo Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFS (EMAU/UFS) evidenciam o importante papel da universidade nas práticas de

educação patrimonial. Isso fica evidente, no trabalho analisado, quando Rocha (2021) destaca a tríade “ensino-pesquisa-extensão” como base do EMAU – tradicionalmente conhecida como os três pilares do ensino universitário –, bem como quando vai ao encontro do processo de aprendizado mútuo da educação patrimonial, ao citar que o EMAU/UFS

é também por excelência uma via de mão dupla, uma vez **que o aprendizado não se dá apenas em sala de aula mas em conjunto com a prática, onde a troca de saberes se dá na partilha entre EMAU e seus parceiros**. Uma vez que não se limita à tecnicidade, **as soluções são tiradas junto à comunidade a qual pretende desenvolver alguma atividade, dando a mesma o protagonismo para a tomada de decisões** além de fomentar também o debate político sobre a cidade, findando assim estimular a autonomia necessária para a transformação efetiva de sua realidade (ROCHA, 2021, p. 40, grifo nosso).

Pelo trecho, é possível caracterizar que as atividades do EMAU se configuram no estilo da educação patrimonial como processo emancipatório, que enxerga a comunidade como protagonista e detentora de saber, por meio de oficinas que visam à emancipação do sujeito através do conhecimento adquirido. Essas ações do EMAU em Laranjeiras possuíam um caráter de capacitar a comunidade, a exemplo das oficinas de habitabilidade, pintura e aplicação de revestimentos em habitações do perímetro histórico tombado, “adaptando-se ao modo de vida de seus moradores e respeitando a história que esses objetos arquitetônicos representam à cidade e ao estado de Sergipe” (ROCHA, 2021, p.40),

Desse modo, considerar as especificidades locais antes dos processos de institucionalização do patrimônio é algo que se faz necessário devido à diversidade cultural brasileira. Isso se mostra nas categorias emergentes (Figura 15) do trabalho intitulado “**Igreja Nossa Senhora Conceição dos Homens Pardos: indígenas e negros na arquitetura de Laranjeiras**”, produzido em 2020, no qual as categorias convergem para a diversidade cultural, a partir do multiculturalismo como resultado dos costumes herdados, os quais, dentro de um contexto sociopolítico, passam por processos silenciosos de invisibilização.

Como já posto anteriormente, o nascimento oficial da política pública de patrimônio no Brasil é pautado em uma identidade brasileira imposta como homogênea, que desconsidera as diferenças étnicas, culturais e os conflitos sociais. Assim, desde o Decreto-Lei N.º 25 de 1973, essas questões ainda foram, por muito tempo, invisibilizadas por meio da “supressão das diferenças étnicas e culturais e a

ocultação dos conflitos sociais e político existentes naquela época” (MARCHETTE, 2016) e só começam a ganhar espaço após os debates de 1980 sobre reivindicações da cultura imaterial, decorridos de um desejo de democratização do patrimônio visível, que tornou-se mais próximo a partir do ano de 2000, com a inserção de novos atores no que se foi socialmente construído como cultura nacional (PAOLI, 2012).

Figura 15 – Trabalho de monografia do curso de Arquitetura e Urbanismo/ UFS: Igreja Nossa Senhora Conceição dos Homens Pardos: indígenas e negros na arquitetura de Laranjeiras – Sergipe LIMA, 2020 – (Ficha exploratória 02 – FE02)



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Desconsiderar a diversidade cultural resulta na invisibilidade histórica e social dos negros e indígenas que edificaram Laranjeiras, mas assistiram à ascensão de uma sociedade tradicional pautada nos ideais do ciclo do açúcar, colocando em evidência apenas a cultura europeia (Lima, 2020). A relação de esplendor e decadência de Laranjeiras não diz respeito somente ao patrimônio edificado laranjeirense, pois uma cidade com o *status* de centro econômico açucareiro dos séculos XVIII e XIX certamente foi erguida por homens escravizados, os quais geralmente são ignorados nas narrativas históricas de Laranjeiras ou são citados em um discurso naturalizado, como é o caso do Plano Urbanístico de 1975, que apenas diz que após a abolição da escravatura os pequenos engenhos decaíram e se incorporaram às grandes usinas açucareiras. É o processo de aniquilação simbólica (ALDERMAN e CAMPBELL, 2008), no qual os grupos marginalizados foram ignorados

ou deturpados culturalmente, tornando-se invisíveis dentro das recontagens da história.

Considerando os significativos diagnósticos de deterioração do patrimônio arquitetônico de Laranjeiras, volta-se à questão da representatividade e da resistência. Coloca-se em pauta a representatividade que um conjunto arquitetônico e urbanístico de padrão do colonizador elitista tem da população negra da cidade. Essa resistência ao patrimônio pode estar ligada ao passado escravocrata que ergueu esse conjunto arquitetônico e paisagístico, configurando o que se chama de traumas culturais, a ser definido como

choques de difícil assimilação que atingem não só física, mas **mentalmente**, uma coletividade, **violando as experiências dos sujeitos** com relação ao tempo, ao mundo e a si próprio. **Grandes catástrofes como o nazismo ou a escravidão ocasionariam esse tipo de lesão coletiva**, oprimindo e alterando de maneira profunda as estruturas culturais e, conseqüentemente, a forma como as memórias coletivas do grupo atingido são elaboradas (REZENDE, 2018, p. 78, grifo nosso).

Isso se relaciona também à criação do Museu Afro-Brasileiro de Sergipe, pelo Governo do Estado, em 1976, após a finalização do Plano Urbanístico de 1975. Desde essa época, Laranjeiras foi escolhida por ser a cidade onde se concentram diversas manifestações populares culturais e de religiosidade de matriz africana. O museu está instalado em um edifício histórico tombado pelo IPHAN, idealizado no contexto de revitalização do patrimônio histórico e arquitetônico da cidade, sendo um sobrado de arquitetura eclética, em um movimento que se assemelha aos escritos de Gilberto Freyre, em uma versão que agrada a elite ao colocar o homem branco como o senhor. Assim, se esse prédio vier a ser destrinchado por trabalhos como o de Lima (2020), pode revelar traços das heranças construtivas da arquitetura afro-indígena, dando mais significado à representatividade e caráter de resistência do Museu Afro-Brasileiro de Sergipe.

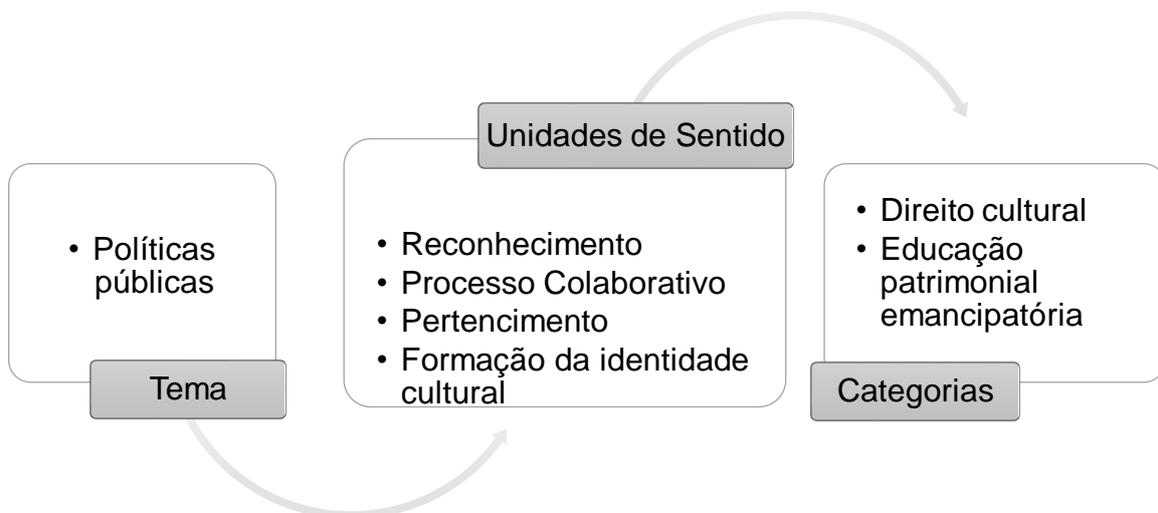
Atualmente, o *status* cultural de Laranjeiras permanece manifestado pelos grupos folclóricos, cujos líderes são afro-brasileiros. Esses são reconhecidos, de acordo com Britto e Prado (2015), como “Mestres dos Mestres da Cultura”⁵¹, os quais

⁵¹ Instituído pela Lei n.º 909/2009 no Município de Laranjeiras, em Sergipe. “Poderão ser registradas pessoas físicas, grupos e coletividades portadoras de saberes e técnicas cuja produção, preservação e transmissão sejam consideradas representativas de elevado grau de maestria no campo cultural laranjeirense”. (Britto e Prado, 2015, p.349).

cumprem requisitos de comprovação por relevância do saber ou do fazer popular e pelo reconhecimento público. São mestres respeitados na cidade como portadores e representantes da cultura popular.

Após as observações sobre o trabalho de Lima (2020), fez-se importante consultar o trabalho de título “**O Reconhecimento patrimonial em Laranjeiras: uma estratégia lúdica, multiplicadora e participativa**”, produzido em 2019. De modo semelhante ao primeiro trabalho analisado, as categorias emergentes também permeiam entre os campos do direito e da educação patrimonial como elemento de emancipação do sujeito (Figura 16).

Figura 16 – Trabalho de monografia do curso de Arquitetura e Urbanismo/ UFS: O Reconhecimento patrimonial em Laranjeiras: uma estratégia lúdica, multiplicadora e participativa
PASSOS, 2019 – (Ficha exploratória 04 – FE04)



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Ambos os trabalhos são do mesmo curso e da mesma instituição universitária. Da figura 14, emergem as categorias de análise da atividade prática do EMAU com a comunidade e, da figura 16, emergem as categorias de análise de um trabalho que também realizou atividade de educação patrimonial, dessa vez, como metodologia integrante do próprio trabalho. Observa-se, no entanto, que, mesmo as unidades de sentido sendo diferentes, as categorias que emergiram dos significados do trabalho convergem para o mesmo campo, evidenciando que existem discursos ocultos entre

o trabalho analisado na figura 14 e o trabalho analisado na figura 16, no que diz respeito aos processos de educação.

Pode-se dizer que esses discursos ocultos estão ligados ao fenômeno de que as práticas educativas só se efetivam como elemento de emancipação social a partir do momento em que o sujeito conhece e reconhece seus direitos. Apenas desse modo é possível reivindicar, questionar, lutar, decidir, resistir e agir. É se reconhecer como sujeito produtor de cultura que influencia e é influenciado por ela.

Em um passo além, Monteiro (2019, s/p) afirma que “por vivermos em tempos em que só o fato de existir já é resistir, seria ingenuidade, tanto de assujeitamento, quanto social, acreditar que a cultura não vem produzindo a resistência”. Quando o sujeito se reconhece conscientemente como produtor de cultura, a premissa da proteção dos bens patrimoniais em colaboração com a comunidade começa a se concretizar através da aproximação entre comunidade e patrimônio. É a transcendência do lugar de imposição do bem institucionalizado para o lugar de reconhecimento e conseqüente aceitação – podendo até chegar ao ponto de a comunidade tornar-se guardiã do seu patrimônio, não por obrigação, mas por aquele bem patrimonial estar tão integrado, de forma natural, que chega a misturar-se no cotidiano das pessoas.

Diante das colocações acima, é importante ressaltar que o estudo analisado na figura 16 foi realizado por uma autora nascida e criada na cidade de Laranjeiras, que escolheu como tema de trabalho de conclusão de curso “o reconhecimento patrimonial em Laranjeiras”. Ao longo da leitura desse estudo, percebe-se o foco na sensibilização de crianças laranjeirenses para a importância dos bens culturais da cidade a partir de ações educativas – sensibilização, como coloca a autora, no sentido de “chamar a atenção”. Assim, como explorado do referente trabalho, pode-se extrair que algumas crianças laranjeirenses, mesmo que a minoria, conseguem perceber o patrimônio material da cidade, ainda que não com esse nome de patrimônio, mas percebem edificações diferentes no seu cotidiano, principalmente as igrejas e o rio Cotinguiba, como referenciais do seu caminho para a escola, como a autora apresenta, após a aplicação de uma metodologia de mapa mental.

Após observar todos os mapas, notamos que na maioria dos desenhos apresentados pelas crianças continham ruas, carros, flores, pessoas, ou seja, era o reflexo do que elas percebem no trajeto de casa até a escola. Mas dos 69 desenhos, em 5 presenciamos **algumas cruces, o que nos leva a pensar que são igrejas, e em um outro desenho encontramos a imagem do rio,**

provavelmente se tratando da representatividade do Rio Cotinguiba para a criança que o desenhou (PASSOS, 2019, p. 45, grifo nosso).

Isso se apresenta como o fenômeno de confundir-se com a vida cotidiana das pessoas. No caso das crianças que residem na área urbana de Laranjeiras⁵², elas já nascem rodeadas por esses patrimônios, mas não o veem ainda como tal, pois existem outros sentidos relacionados à vida delas que significam esses bens, como, por exemplo, ser a praça da igreja que essa criança joga bola com os amigos ou de ser a igreja vista da janela da casa da criança – são relações de afetividade com seu cotidiano.

Essas crianças passarão a enxergar esses bens com o nome de patrimônio apenas a partir do momento que lhe forem ensinados, dentre outras coisas, sobre a história de Laranjeiras; sobre sua diferenciação de outras cidades mais jovens; sobre o que é um patrimônio e quais as preservações que esse patrimônio implica. No trabalho analisado, após uma explanação sobre os patrimônios de Laranjeiras, já há um maior número de respostas sobre o patrimônio, conforme o trecho a seguir.

No decorrer dela as crianças lembraram os diversos tipos de patrimônios materiais e imateriais de Laranjeiras, se divertiram e anotaram num papel o nome do patrimônio que tinha mais proximidade. Durante a brincadeira, o nome do **bem patrimonial que mais surgiu foi a Igreja do Galo**, ou melhor dizendo, da **Igreja de Nossa Senhora dos Homens Pardos**. Acreditamos que essa igreja apareceu em maior quantidade por dois motivos: 1 - **Por ser a mais próxima das duas escolas de rede estadual, sendo portanto observada durante o trajeto de casa até a escola**; 2 - **Por sua importância**. Antigamente era nessa igreja que as missas de natal eram celebradas e era onde as famílias se reuniam para celebrar a missa do galo (PASSOS, 2019, p.49, grifo nosso).

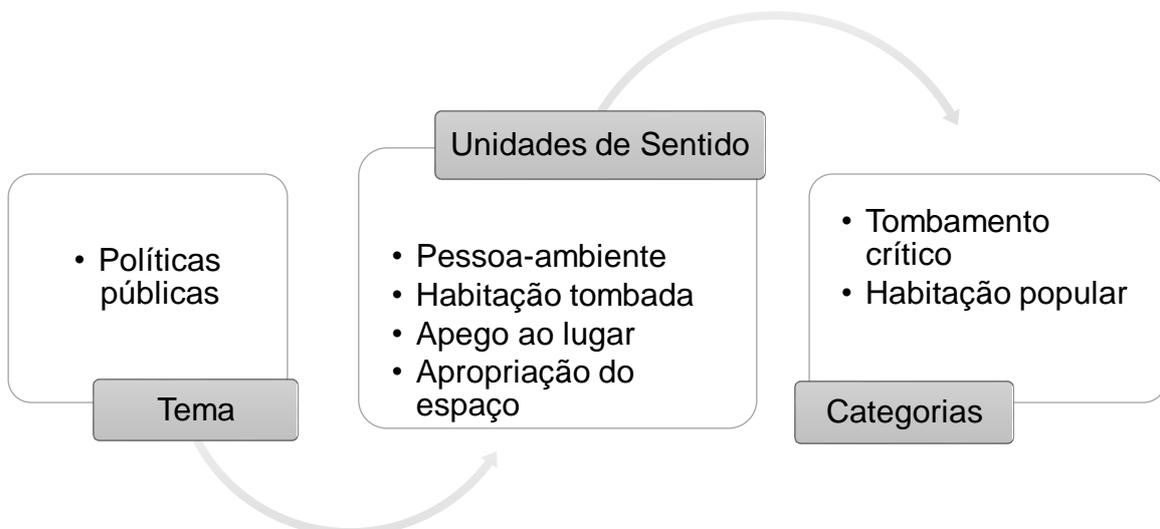
São conjunturas que sensibilizarão – utilizando a palavra da autora – a necessidade da preservação legal desses bens, resultando na atribuição de valor de que este sujeito está tendo uma formação de identidade cultural. No entanto, deve-se entender e respeitar que essa criança já tem outras percepções sobre esse patrimônio que também estão na escala do sensível, como a afetividade, e essas percepções,

⁵² As pessoas que residem na zona rural de Laranjeiras ou em áreas mais afastadas do centro histórico, provavelmente, possuem percepções afetivas diferentes acerca do patrimônio histórico de Laranjeiras, pois há uma relação de convivência diferente. E, considerando que a dimensão da área territorial do município de Laranjeiras é bem maior que a área urbana, pode-se haver percepções bem divergentes para um mesmo centro histórico. Essas são questões que podem ser estudadas em pesquisas futuras, possibilitando perceber um panorama de pontos de fortalecimento e fragilidades de como o patrimônio cultural de Laranjeiras ressoa no município.

por si só, desde sempre estão formando a identidade cultural do sujeito. A partir do momento que o sujeito passa a ter conhecimento da atribuição do valor histórico desses bens pelas instituições de preservação, é que o bem vai ser significado para ele como patrimônio cultural, ressignificando ou não a percepção afetiva que já era conferida a esse bem pelo sujeito. Essa explanação se utilizou da figura da criança, mas, mais do que faixa etária, estende-se aos sujeitos.

Esse é o caso de quando um conjunto urbano é tombado e assim, desde os grandes sobrados até as pequenas residências, passam a obedecer às regras de tombamento. O proprietário já tinha uma relação anterior, particular e íntima com sua casa que agora vai coexistir com a relação cultural histórica atribuída a sua residência. Essa coexistência pode ser de apropriação, negação, resistência, dentre outras. A abordagem sobre morar em casas tombadas está presente no trabalho **“Morar no centro histórico de Laranjeiras (SE): investigação da inter-relação pessoa ambiente”**, produzido em 2008. Nele, as categorias emergentes convergem para a necessidade de se observar criticamente a ação do tombamento dentro do contexto contemporâneo, com atenção especial para a habitação popular (Figura 17).

Figura 17 – Trabalho de monografia do curso de Arquitetura e Urbanismo/ UFS: Morar no centro histórico de Laranjeiras (SE): investigação da inter-relação pessoa ambiente
MOURA, 2018 – (Ficha exploratória 06 – FE06)



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Isso remete mais uma vez ao fato de Laranjeiras ser tombada por seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico e converge ao que emergiu do trabalho de Rocha (2021), sobre direito à resistência intimamente ligado ao tombamento crítico,

ante ao fato de que todas as edificações que estão dentro da poligonal de tombamento passam a ser classificadas pelas mesmas regras de conservação e restauração.

Assim, inicia-se essa discussão destacando um ponto muito importante que foi levantado no trabalho analisado sobre os moradores de unidades habitacionais de caráter popular no centro histórico de Laranjeiras: “embora vivam em um lugar antigo, essas pessoas possuem necessidades atualizadas que precisam ser supridas” (MOURA, 2018, s/p). Essa problemática se liga diretamente à coexistência do valor de afeto que os moradores já possuíam por suas casas, em uma relação pessoa-ambiente; e o valor histórico que é atribuído a essas casas a partir do momento que elas passam pela institucionalização, tornando-se bens patrimoniais.

É importante ter em mente que a patrimonialização não pretende imobilizar o bem e impedir seu uso, mas sim gerar uma convivência harmônica entre esse bem tombado e o seu usuário. No entanto, essa prática não consegue ser facilmente aplicada em habitações populares de sítios históricos, especialmente em cidades que até hoje possuem baixa renda financeira, como é o caso de Laranjeiras. De acordo com o Manual, para quem vive em casas tombadas,

o tombamento impõe alguns **limites quanto a alterações e intervenções no imóvel protegido e também nos imóveis vizinhos**. Esses limites variam de caso a caso e isso não quer dizer que o imóvel não possa ser alterado de forma alguma, significa, **na verdade, que antes de qualquer tipo de intervenção no imóvel (até mesmo uma simples pintura) o proprietário deverá consultar previamente o órgão público que realizou esse tombamento**. Como existem tombamentos municipais, estaduais e federal, pode ser que o órgão que o proprietário tenha que requerer a autorização seja diferente conforme cada caso (PAIVA e SOUZA, 2018, p. 31, grifo nosso).

Como observado no trecho acima, para qualquer intervenção que seja realizada nos bens tombados, é necessária a autorização dos órgãos públicos responsáveis por esse tombamento. A consulta aos órgãos competentes é dificultada em Laranjeiras pelo fato de esta cidade não ter um escritório fixo do IPHAN, restringindo o acesso dos moradores a informações e, por consequência, faz com que eles se sintam desassistidos por esse órgão.

Utilizando-se também do exemplo da pintura – como no trecho da citação acima –, além da consulta aos órgãos competentes, é necessário que sejam seguidas as regras sobre a paleta de cores específica para a cidade, marca da tinta; argamassas específicas para restauração, dentre outras. Todos esses fatores se tornam

demasiadamente custosos para pessoas de baixa renda. A figura 18, apresentada por Moura (2018), mostra um compilado de fachadas de edificações laranjeirenses de caráter popular e que estão dentro do perímetro urbano de tombamento.

Figura 18 – Casas populares no centro histórico de Laranjeiras/SE



Fonte: Pereira (2015 *apud* Moura, 2018)

A figura acima é muito significativa por mostrar as discrepâncias dessas edificações para manterem as mesmas regras de tombamento das edificações de maior porte, como sobrados. Sobre as restrições de se ter adaptações a demandas do cotidiano, surgem, em algumas cidades históricas, soluções inusitadas, como portas camufladas de garagem. No entanto, isso se constitui como um falso histórico e também levanta a problemática de que a população está enxergando ou sendo obrigada a enxergar esse patrimônio como uma aparência visual estética.

Esse exemplo da garagem está na cidade de Cachoeira/ BA, ilustrada na figura 19, que mostra uma fachada aparentemente íntegra, com características históricas, mas que, ao ser observada mais de perto, percebe-se a estratégia de portas metálicas – que abrem tipo bascula – camufladas de parede e portas de madeira. Porém, os adesivos indicativos de garagem já deixam as pistas de que existe algo a mais ali, evidenciando os conflitos entre manter a íntegra do conjunto urbano e manter um uso que seria justo para o morador, sem desconsiderar as historicidades.

Figura 19 – Falso histórico na cidade de Cachoeira/BA.

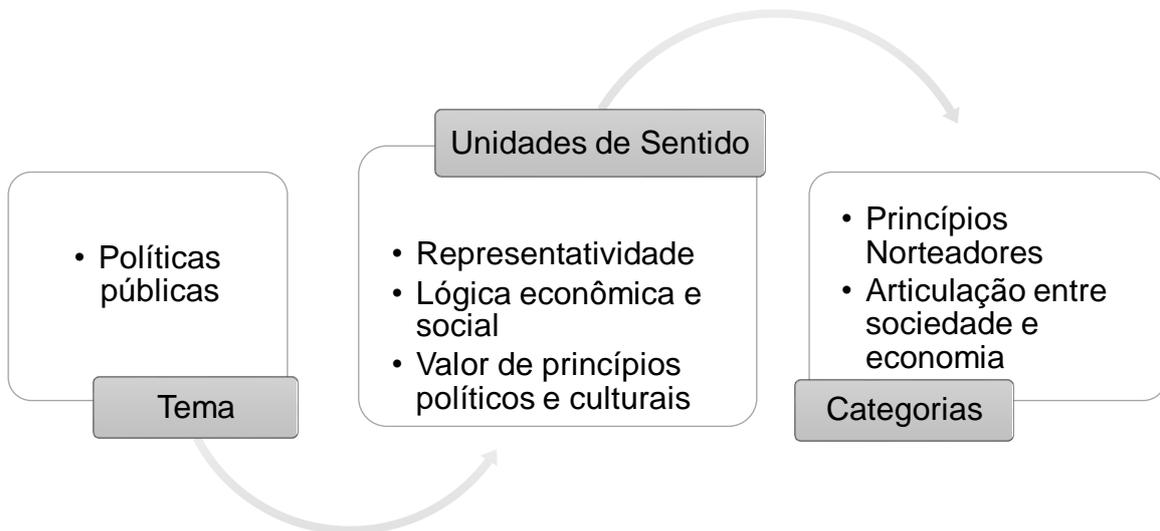


Fonte: Autora, 2017

Retornando à cidade de Laranjeiras, desde o diagnóstico do Plano Urbanístico de 1975, já se constatavam as dificuldades financeiras para a população local intervir nesses bens. Essa problemática patrimonial se estende ainda aos dias atuais e relaciona-se como um campo urgente a ser problematizado pelas políticas públicas. Em Laranjeiras, o EMAU pode ser um grande potencializador de ações que tenham o foco diretamente no quesito da habitação popular tombada, a partir de projetos em menor escala, objetivados nas particularidades locais. Nisso, ressalta-se que uma política para agir no problema público da degradação do patrimônio não é assistencialismo, mas sim um direito garantido na Constituição Federal.

Com isso, entrando no tópico sobre edificações restauradas em Laranjeiras, Quarteirão dos Trapiches, que faz parte do conjunto de edificações restaurados pelo programa Monumenta, foi analisado o trabalho “**A contribuição da arqueologia da arquitetura no restauro: o caso do Quarteirão dos Trapiches/Laranjeiras-SE**”, sendo diagnosticado que a edificação passou por intervenções arqueológicas que pouco dialogaram com a proposta de restauro crítico. No entanto, a leitura desse trabalho – o único da seleção que é de Arqueologia – deu pistas de cunho técnico que foram significativas para entender o campo da representatividade das políticas públicas. As categorias que emergiram da leitura do trabalho estão sintetizadas na figura 20.

Figura 20 – Trabalho de monografia do curso de Arqueologia/ UFS: A contribuição da arqueologia da arquitetura no restauro: o caso do Quarteirão dos Trapiches/Laranjeiras - SE
SEIXAS, 2019 – (Ficha exploratória 03 – FE03)



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A partir dessas categorias emergentes e sobre as competências técnicas, ressalta-se dizer que as políticas públicas devem observar determinados princípios norteadores e se articular com a economia e a sociedade para que possam ser efetivadas. Isso porque a participação da sociedade é fundamental para que o patrimônio possa ser reconhecido, valorizado e protegido pela comunidade local, garantindo o êxito das políticas públicas.

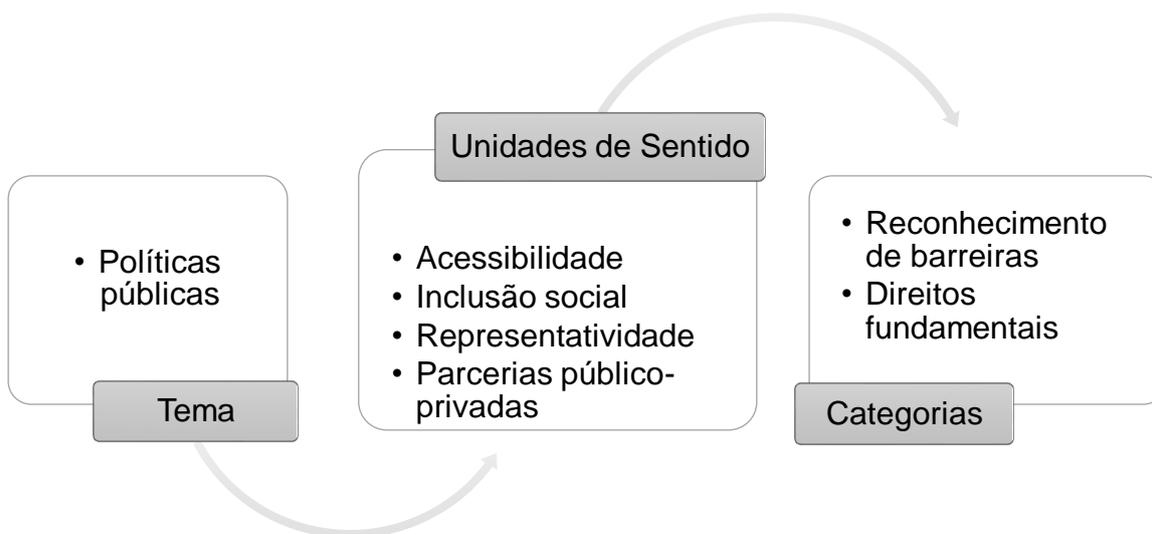
De igual modo, as políticas públicas devem ser pautadas por uma lógica econômica, haja vista que a preservação patrimonial deve ser capaz de proporcionar o desenvolvimento econômico, tanto para que a sociedade enxergue a importância e a função da política pública como também para que esse mesmo desenvolvimento possa gerar os recursos financeiros necessários para manter o patrimônio preservado. Isso faz com que a efetividade das políticas públicas seja assegurada, já que, se uma ação for implementada, mas não puder ser mantida, não alcançará seus objetivos.

Nisso também reside a importância de as políticas públicas observarem determinados fundamentos, como a representatividade e os princípios políticos e culturais, pois são esses fundamentos que permitirão que a comunidade se identifique com aquele patrimônio, valorize-o e queira protegê-lo, do mesmo modo que garantirão

essa articulação entre as políticas públicas e a sociedade, possibilitando a sua efetivação.

Diante dessas observações, parte-se para o último trabalho aqui analisado, intitulado “**Acessibilidade no Campuslar-UFS: proposta de rota acessível e de adequação do Campus**”, produzido em 2018. Especialmente por se falar de acessibilidade, desse trabalho emerge um panorama do sujeito como aquele que se reconhece detentor de direitos (Figura 21). A dignidade da pessoa humana é fundamento da República, de modo que as ações estatais devem assegurar que todo indivíduo tenha uma vida digna e isso somente é possível por meio da efetivação dos seus direitos fundamentais.

Figura 21 – Trabalho de monografia do curso de Arquitetura e Urbanismo/ UFS: Acessibilidade no Campuslar-UFS: proposta de rota acessível e de adequação do Campus
ALMEIDA, 2018 – (Ficha exploratória 05 – FE05)



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

É justamente pela razão elencada que a Constituição Federal de 1988 estabelece, dentre os objetivos da República, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Nesse sentido, a acessibilidade e a inclusão social são importantes meios para se garantir direitos fundamentais.

Especificamente sobre as políticas públicas de preservação patrimonial, elas devem objetivar que o patrimônio seja acessível a todos, sem discriminar ou excluir

qualquer indivíduo, pois isso permite a efetivação de uma série de direitos constitucionalmente garantidos, como o direito a ir e vir, o direito à cidade, o direito à igualdade. Esses, por sua vez, possibilitarão que os cidadãos possam gozar de outros direitos fundamentais, tal qual o direito à cultura e à educação. Ilustrativamente, permitir que uma pessoa tenha acesso a determinado ambiente vai muito além de garantir uma livre locomoção naquele espaço; é proporcionar a ela também acesso à cultura, ao conhecimento e às informações ali presentes e passadas; é, ainda, possibilitar a sua interação com a sociedade, o seu reconhecimento como membro de um grupo, a sua participação social e o próprio desenvolvimento da sua personalidade.

Desse modo, uma vez que a toda pessoa é garantida a dignidade humana e o exercício dos direitos fundamentais, as políticas públicas devem enxergar as peculiaridades dos indivíduos, investigar e identificar os problemas e as barreiras existentes para que estes possam ter seus direitos efetivados, traçar soluções para essas demandas, criando e implementando ações aptas à superação dessas barreiras. Nesse particular, as parceiras público-privadas são essenciais para a viabilidade e o sucesso dessas ações, se forem por meio de ONGs e coletivos, em redes horizontais de cooperação.

4.2. Convergências e divergências no patrimônio edificado de Laranjeiras

Diante do que foi escrito ao longo deste trabalho, faz-se necessário o momento de elencar as convergências e as divergências acerca dos problemas públicos que envolvem Laranjeiras, nos planos estudados no capítulo anterior e nos trabalhos acadêmicos investigados neste capítulo, para entender quais as emergências de políticas públicas de preservação direcionadas ao patrimônio edificado laranjeirense.

Os resultados convergem para o problema público do patrimônio edificado deteriorado tombado. Essa é uma questão recorrente na cidade desde os anos de 1975, evidenciada por se tratar de um patrimônio físico presente visualmente no cotidiano dos seus moradores, bem objeto de tombamento federal e, por consequência, com restrições interventivas.

As soluções para resolver esse problema público permeiam entre os planos de 1975 e o de 2008, com a aplicação de legislações de uso e ordenamento do solo, que orientam o desenvolvimento urbano das áreas históricas em consonância com a

função social da cidade. As legislações se mostram como documentos eficientes no que diz respeito à expansão da cidade.

No entanto, embora os planos de 1975 e de 2008 tenham convergido para a mesma estratégia de dinamização da cidade por meio da indústria do turismo, eles divergem dos anseios da população local, resultando na ausência de repercussão comunitária em que, antes de ter uma cidade boa para o turismo, a comunidade local quer ter uma cidade boa para ela mesma. Esses resultados convergem com o trabalho analisado na figura 17 (Ficha exploratória 06 – FE06), cujos resultados

mostram que grande parte dos moradores não tem o desejo de mudar-se, pelo contrário, quanto mais se gosta de morar em Laranjeiras menos considera-se a possibilidade de buscar em outra cidade uma moradia. Isso porque a medida que uma cidade oferece os recursos básicos, bem como já houve o processo de apropriação e afeto do lugar, que envolve o tempo em que reside, as experiências que vivenciou, as relações que construiu, o que a história do lugar representa em relação a sua própria história, mais difícil seria para essas pessoas ter que deixar Laranjeiras (MOURA, 2018, p. 102).

Isso leva a uma convergência que foi evidenciada tanto nos trabalhos acadêmicos, como nos planos de 1975 e 2008: a cultura popular como elemento de identificação e resistência do povo laranjeirense. É a percepção de que a população quer viver a sua cidade, onde a cultura material e a imaterial estão imbricadas no cotidiano; e não uma cidade de espetacularização. É o exercício de se reconhecer como cidadão laranjeirense; de se reconhecer como detentor de direitos; de resistir ao apoderamento – na escala do macropoder – de seu patrimônio pelas instituições de salvaguarda; é o ato político de resistir à reprodução das relações de micropoder que permeiam as relações Laranjeiras-patrimônio.

Com isso, pode-se dizer também que o Plano Urbanístico de 1975 possui uma visão emancipatória sobre os usos do patrimônio laranjeirense, à medida que pleiteia uma convivência nas atividades cotidianas da comunidade local, com seu patrimônio; e até mesmo uma visão emancipatória na questão de pensar o turismo como sendo atendido pelo próprio morador local, em termos de guia, hospedagem, alimentação, comércio – assemelhando-se aos ideais de um turismo de base comunitária. No entanto, percebe-se que o Plano Urbanístico de 1975 dá pistas de coisas boas, mas está sempre freado pela origem do financiamento do plano, que é a Empresa Sergipana de Turismo.

Essa concepção emancipatória converge e assemelha-se ao que se é observado nos trabalhos acadêmicos analisados, pois trazem nas categorias emergentes colocações como direito à resistência; direito à cultura; direitos fundamentais; tombamento crítico; princípios; articulações; dentre outros temas que permitem uma leitura crítica dos problemas emergenciais da cidade. Isso é possível a partir dos três pilares da universidade federal: ensino, pesquisa e extensão – que oportunizam os aprendizados, reconhecem as múltiplas facetas de um mesmo assunto e demonstram que a produção acadêmica dos cursos de Arqueologia e Arquitetura e Urbanismo da UFS do Campus de Laranjeiras constitui um referencial teórico e histórico sobre a cidade, podendo agilizar e contribuir positivamente com os relatórios técnicos para as políticas públicas, que geralmente são feitas por empresas externas à cidade local.

Entende-se, portanto, a universidade como instrumento potencializador para a ressignificação das relações de poder que permeiam abordagens laranjeirenses, podendo contribuir para a democratização do conhecimento científico e, especialmente, proporcionar um retorno à comunidade local, à medida que a universidade possa colaborar e colabore com cooperação técnica para a formulação de políticas públicas direcionadas ao patrimônio edificado de Laranjeiras.

Já o Plano Diretor Participativo de Laranjeiras de 2008 possui uma concepção ingênua sobre o patrimônio edificado de Laranjeiras, ao passo que prega na lei urbanística sobre a valorização da cultura popular imaterial de Laranjeiras, mas desconsidera sua população quando objetiva a entrada de Laranjeiras em um polo turístico regional e esquece de englobar as especificidades e necessidades locais da população laranjeirense. Diverge, assim, da reflexão crítica que pode ser observada nos trabalhos acadêmicos. Diverge também do plano de 1975, por levar em consideração os anseios reais da comunidade, para favorecer a rede turística que vinha se fortalecendo no Governo do estado de Sergipe na época de 2008.

Por fim, mesmo que não sendo explorada pela sua historicidade, um tema que ressoou em todos os materiais analisados neste trabalho foi a força da cultura popular em Laranjeiras. Essa foi uma vertente que ultrapassou a passagem do tempo e permaneceu exercendo sua força, ao contrário do patrimônio edificado laranjeirense, que foi passando por processos de esquecimento. Portanto, ver o patrimônio cultural material laranjeirense separado do imaterial é, sem dúvida, uma grande perda para a

riqueza cultural de Laranjeiras; é desconsiderar a sua preexistência enquanto meio que influencia e é influenciado pelas imaterialidades da sua historicidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

“Adoro o teu céu de anil / Amo o teu povo gentil / Amo tudo que é de ti”.

(João Sapateiro)

A preservação do patrimônio se relaciona com a esfera política, sendo desenvolvida por ações conjuntas e colaborativas do Estado e de segmentos especializados da sociedade civil. Além disso, o patrimônio deve repercutir na comunidade, razão pela qual o estudo transdisciplinar e integrado da política, em que também a identidade cultural e a memória sejam vistas como essenciais à cidadania, se faz necessário para o êxito da implementação de políticas públicas.

Diante disso, este trabalho se propôs a compreender como as políticas públicas patrimoniais se mostram presentes em documentos históricos e acadêmicos referentes ao município de Laranjeiras/SE, buscando identificar as atribuições de valor que tais políticas conferem ao patrimônio edificado laranjeirense, bem como quais unidades de sentido relacionadas a políticas públicas estão presentes nos trabalhos acadêmicos dos cursos de Arqueologia e Arquitetura da UFS, para se chegar às emergências para uma política pública direcionada ao patrimônio edificado de Laranjeiras/SE. Os dados analisados à luz da análise textual discursiva foram coletados de documentos históricos do Plano Urbanístico de Laranjeiras e código de obras de 1975 e do Plano Diretor Participativo de 2008, como também do *corpus* extraído de levantamento exploratório no RIUFS.

Assim, observou-se que arquitetura e arqueologia se imbricam cotidianamente por meio da paisagem, já que o patrimônio cultural em muito decorre da transformação que o tempo e o homem promovem no contexto da cidade, de forma que o ambiente construído é um objeto de estudo comum entre as duas áreas do conhecimento. Nesse sentido, a relação entre a arquitetura e a arqueologia depende do contexto social e da significação cultural material conferida ao patrimônio edificado, que produz e reproduz um tipo de organização socioterritorial que é influenciada pela memória e identidade social, resultando em políticas públicas de preservação exercidas pelo controle do Estado. Essas políticas necessitam encontrar ressonância comunitária para, de fato, se tornarem mais do que bens institucionalizados, tornando-se efetivos instrumentos de patrimonialização que conferem às materialidades e às

imaterialidades mais do que elementos de identificação dos grupos sociais, tornam-se elementos de emancipação social.

Desse modo, estabelece-se que as políticas de preservação patrimonial são de fundamental importância por criarem lugares de memória, os quais, por sua vez, geram uma identidade coletiva. Por tal razão, o patrimônio é – ou deve ser – valorado pelo Estado como um bem coletivo que deve integrar sua agenda para criação, alocação de recursos humanos e financeiros e implementação dos planos de ação necessários à sua conservação.

Entretanto, as decisões estatais devem se atentar para a realidade e o contexto de aplicação de suas políticas, respeitando as características locais e a diversidade de cada um dos grupos que compõem aquela comunidade e que, igualmente, têm direito a ver perpetuadas suas materialidades e imaterialidades, pois é principalmente por meio das referências culturais que o patrimônio consegue reverberar junto ao público.

Nesse cenário, além do que concerne à história e à memória, o patrimônio histórico é compreendido como potencial produtor social, cultural, político e como agente transformador do espaço urbano, isto é, como instrumento capaz de possibilitar o desenvolvimento das comunidades, o que, de igual forma, incentiva e evidencia a necessidade de formulação de políticas públicas de preservação.

Em Laranjeiras, as ações preservacionistas, as quais se centram na memória do apogeu da cidade, são tidas como um resgate do desenvolvimento econômico que o Município viveu naquela época. Aqui, ressalte-se a importância de as políticas de preservação virem acompanhadas de ações de educação patrimonial e de inclusão social para que esse patrimônio possa ser apropriado pelo povo.

Partindo para o campo de diretrizes, analisou-se o Plano Urbanístico de 1970 e o Plano Diretor Participativo de 2008, os quais atuam no plano das orientações urbanísticas e de projeto de restauração, mas não se destinam a concretizar materialmente as restaurações sugeridas. Verificou-se que os patrimônios se tornam culturais pelo valor que lhes é atribuído, como o de memória, social, cultural, arqueológico, artístico, entre outros. Posteriormente, por meio do tombamento e do registro, o Estado reconhece o patrimônio como valorado, protegendo-o juridicamente.

No caso do centro histórico de Laranjeiras, esse reconhecimento se deu, inicialmente, por parte do Estado de Sergipe, com o Decreto nº 2.048/1971, e, posteriormente, pelo Governo Federal, por meio da Portaria nº 19, de 07 de março de

1996, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Assim, existindo um patrimônio agora valorado e protegido também pelo Direito, os mecanismos legais de fiscalização e de controle do espaço edificado e do desenvolvimento urbano da cidade, como o Código de Obras e o Plano Diretor do referido Município, devem traçar diretrizes para que Laranjeiras possa se desenvolver social e economicamente sem perder suas peculiaridades históricas. Isso posto, as políticas públicas idealizadas pelo Plano Urbanístico de 1970 e pelo Plano Diretor Participativo de 2008 carregam concepções próprias de patrimônio, as quais foram estudadas neste trabalho.

Nesse sentido, o Código de Urbanismo e Obras para Laranjeiras/1975 atribui um valor de uso ao patrimônio, de modo que há uma preocupação de que os edifícios do centro histórico exerçam sua função social, seja servindo à moradia, seja sendo utilizado para o comércio, o lazer, a educação ou a sede administrativa. Além dessa finalidade econômica, as políticas de restauração idealizadas no plano tiveram também razão econômica, pois o mencionado Plano demonstrou que o custo de recuperação do patrimônio imobiliário ocioso era inferior ao de novas construções na mesma área. Contudo, a concepção de patrimônio do Código de Urbanismo e Obras de 1975, em meio ao contexto histórico da época, não se potencializa como um componente de interação com a comunidade local, mas justifica suas decisões levando em consideração melhorias para a comunidade, em geral.

Já na Lei Complementar nº 16/2008, esse componente, de forma teórica, faz o reconhecimento de existir uma legitimação do patrimônio pela população como um todo, mas na prática não reflete os reais anseios e problemas enfrentados pela população laranjeirense. Nesse sentido, coloca a indústria do turismo como uma solução de gestão eficiente para movimentar economicamente a cidade, mas não insere os moradores locais como efetivos participantes do processo, razão pela qual, assim como ocorre com as diretrizes do Plano Urbanístico de 1975, não há uma reverberação desse viés turístico na comunidade.

Desse modo, verificou-se que os dois planos analisados têm concepções similares sobre as problemáticas de Laranjeiras o que, por conseguinte, reflete na semelhança das soluções para a dinamização econômica do Município presente nos dois documentos. No entanto, enquanto o Plano Urbanístico de 1975 se importa com a comunidade, o Plano Diretor Participativo de 2008, mesmo que tenha como premissa a participação social, mostra-se indiferente à comunidade local, desconsiderando seus interesses e necessidades, muitos dos quais demandam

políticas públicas mais urgentes que as relacionadas ao turismo, a exemplo da segurança pública.

Isso posto, a verticalização das ações preservacionistas do patrimônio cultural implantadas em Laranjeiras, ainda que tragam importantes contribuições para a preservação patrimonial, resultaram numa não apropriação pelos moradores do patrimônio edificado da cidade, o que repercute até os dias atuais, uma vez que a degradação desse patrimônio material ainda é um problema a ser superado pelas próximas políticas públicas.

Por fim, após a leitura dos trabalhos acadêmicos da UFS e a emergência das categorias de sentido permeadas entre direitos, tombamento, princípios e articulações e educação patrimonial, evidenciou-se que a universidade poderia auxiliar na formulação de políticas públicas, sendo instrumento potencializador para a democratização do conhecimento científico.

Assim, levando em consideração as categorias emergentes extraídas das leituras dos trabalhos de Arquitetura e Arqueologia da UFS, foram traçadas possíveis diretrizes que podem contribuir e/ou provocar reflexões sobre a reverberação entre comunidade e políticas públicas direcionadas ao patrimônio edificado de Laranjeiras/SE. Destaca-se que o apontamento dessas possíveis diretrizes não tem a intenção de ser uma solução de problema, mas sim de identificar as emergências para políticas públicas direcionadas ao patrimônio edificado de Laranjeiras, de forma a suscitar novas problemáticas a serem analisadas e observadas para uma formulação de políticas públicas mais democráticas. Desse modo, as diretrizes são:

- Diversidade cultural

Acerca dos debates contemporâneos sobre patrimônio cultural e diante da diversidade cultural existente em Laranjeiras, no que diz respeito às tradições populares e às heranças afro-indígenas que são silenciadas em Laranjeiras, faz-se necessário que as políticas públicas de proteção e salvaguarda evidenciem as heranças construtivas afro-indígenas como partícipes da construção histórica laranjeirense e edificadoras do centro-histórico da cidade, para que possam estimular uma ressignificação ou novos olhares para o lado invisibilizado da história do patrimônio laranjeirense.

- Fortalecimento de grupos comunitários como produtores de cultura

Laranjeiras é uma cidade histórica conhecida não apenas por seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, mas também por sua diversidade de tradições populares, festas religiosas e grupos folclóricos que perduram a passagem do tempo. Mesmo diante dos diagnósticos de degradação do patrimônio material edificado, as tradições populares resistiram e se mostram como algo totalmente pertencente e integrado ao cotidiano da cidade. Assim, é imprescindível que a valorização da comunidade local de Laranjeiras como produtora de cultura. Para isso, é importante o fortalecimento de bases comunitárias por meio de grupos e associações que permitirão que essas sinalizem suas especificidades individuais, necessidades e potencialidades para o desenvolvimento de suas tradições culturais, que possam dar um retorno para a própria comunidade e para o município laranjeirense. Pode-se desdobrar-se ainda no desenvolvimento do turismo de base comunitária.

- Fortalecimento da segurança pública

Um problema que ainda persiste em Laranjeiras é o da segurança pública, impedindo uma maior apropriação do patrimônio material edificado da cidade, onde, no cenário atual, há recorrência de que os próprios moradores laranjeirense aconselham os estudantes e os turistas a não irem a determinados pontos turísticos sem o acompanhamento da Guarda Municipal. Assim, o fortalecimento da segurança pública se constitui como um dos problemas que Laranjeiras tem enfrentando e ainda necessita de melhorias.

- Educação patrimonial emancipadora

Quando se fala de educação patrimonial, não é sobre um processo em que uma pessoa detentora de conhecimento vai a comunidades locais e dita o que é “certo” ou “errado”. Ao contrário, é o processo de aprendizagem coletiva, de troca e de construção do conhecimento que se tem sobre determinado bem patrimonial. Não se fala só do conhecimento científico, mas do saber tradicional, das histórias, das

memórias e das muitas outras referências culturais que constroem a significação de valor de um bem patrimonial.

Em Laranjeiras, faz-se importante um processo de educação patrimonial emancipatório no sentido de descobrir, perceber e trabalhar as especificidades de Laranjeiras nos processos de patrimonialização e de reconhecimento desses patrimônios. A educação patrimonial emancipadora aplicada desde a idealização até a implementação e o acompanhamento das políticas públicas podem ressignificar a função social das legislações urbanísticas, garantindo ao cidadão que ele conheça e reconheça seus direitos fundamentais, direito à cultura, direito à memória, dentre outros.

- Colaboração técnica da UFS

Em muitos trabalhos acadêmicos, os resultados convergem para a necessidade das lacunas entre a universidade e a comunidade laranjeirense serem atenuadas com trabalhos acadêmicos e pesquisas científicas sobre a cidade de Laranjeiras, com o intuito de proporcionar democratização do conhecimento científico e, especialmente, proporcionar um retorno à comunidade local. Além disso, faz-se importante que a universidade atue como Colaboradora Técnica em projetos direcionados ao patrimônio edificado das habitações populares do perímetro tombado de Laranjeiras, que possa agir no diagnóstico dos problemas pontuais mais urgentes das edificações tombadas e até mesmo com as explicações dos modos de fazer. A universidade também pode ser um ponto facilitador em esclarecimentos sobre intervenções no patrimônio histórico laranjeirense, já que também existem dificuldades de comunicação entre o IPHAN e a população local.

Outro ponto muito importante é o de que a produção acadêmica de trabalhos de conclusão de curso, teses e dissertações possam e devam ser consideradas como referencial durante os processos de criação das políticas públicas, pois elas revelam resultados de recortes de estudo que puderam se debruçar exclusivamente sobre aquele tema. Estratégias como essas ajudariam, por exemplo, a empresa de Brasília, que realizou o Plano Diretor Participativo de Laranjeiras/2008, a entender as especificidades da cidade. Além disso, com a presença da UFS em Laranjeiras, isto é, já que agora há uma instituição situada na própria cidade, é possível que a

Universidade Federal de Sergipe realize os diagnósticos e os relatórios técnicos para a implementação de políticas públicas.

6. REFERÊNCIAS

ABADIA, Beijanizy Ferreira da Cunha. **Arqueologia pública, comunidade e turismo**: possibilidades para o desenvolvimento do Arqueoturismo em Laranjeiras/SE. 2014. 159 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Campus de Laranjeiras, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2014. Disponibilizado pela autora.

ALDERMAN, Derek H.; CAMPBELL, Rachel M. Symbolic Excavation and the Artifact Politics of Remembering Slavery in the American South – Observations from Walterboro, South Carolina. **Southeastern Geographer**, v. 48, n. 3, p. 338-355, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/236754653_Symbolic_Excavation_and_the_Artifact_Politics_of_Remembering_Slavery_in_the_American_South_Observations_from_Walterboro_South_Carolina. Acesso em: 22 jul. 2019.

ALMEIDA, Danillo Cruz de. **Acessibilidade no Campuslar – UFS**: proposta de rota acessível e de adequação do Campus. 2018. 149 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2018. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/12679>. Acesso em: 11 abr. 2021.

ARANTES, Antonio A. O patrimônio cultural e seus usos: A dimensão urbana. **Habitus**, Goiânia, v. 4, n.1, p. 425-435, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/362/300>. Acesso em: 02 abr. 2020.

AZEVEDO, Paulo Ormino de. (Coord.). **Plano Urbanístico de Laranjeiras**. V. 1 - a região e sua ocupação. Salvador: GRAU, 1975a.

AZEVEDO, Paulo Ormino de. (Coord.). **Plano Urbanístico de Laranjeiras**. V. 2 - aspectos sócio economicos. Salvador: GRAU, 1975b.

AZEVEDO, Paulo Ormino de. (Coord.). **Plano Urbanístico de Laranjeiras**. V. 3 - análise da estrutura urbana. Salvador: GRAU, 1975c.

AZEVEDO, Paulo Ormino de. (Coord.). **Plano Urbanístico de Laranjeiras**. V. 4 - proposições. Salvador: GRAU, 1975d.

BARRETO, C. A CONSTRUÇÃO DE UM PASSADO PRÉ-COLONIAL: UMA BREVE HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA NO BRASIL. **Revista USP**, n. 44, p. 32-51, 28 fev. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i44p32-51>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BASTOS, Rossano Lopes; BRUHNS, Katianne. As várias faces do patrimônio arqueológico. *In*: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer (Org.). **As várias faces do patrimônio**. LEPA – UFSM. 2. ed. Santa Maria: Pallotti, p.75-116, 2011.

BLANK, Dionis Mauri Penning; PARFITT, Claire Morrone. A utilização da cultura como instrumento de desenvolvimento econômico e o papel da educação ambiental. **Scientia Iuris**, Londrina, Programa de Mestrado em Direito Negocial da Universidade Estadual de Londrina, v.19, n.1, p.105-124, jun.2015. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ga/files/2015/08/Cultura-como-instrumento-de-desenvolvimento-econ%C3%B4mico-e-educa%C3%A7%C3%A3o-ambiental.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 09 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 3.924**, de 26 DE julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3924.htm#:~:text=LEI%20No%203.924%2C%20DE,monumentos%20arqueol%C3%B3gicos%20e%20pr%C3%A9-hist%C3%B3ricos. Acesso em: 09 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 09 jul. 2020.

BRASIL. **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais**: norte, nordeste e centro-oeste. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

BRITTO, Clovis Carvalho; PRADO, Paulo Brito do. Mestres dos Mestres: políticas patrimoniais e expressões culturais de matriz africana em Laranjeiras (SE). **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 51, n. 3, p. 343-352, set./dez. 2015. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2015.51.3.11. Acesso em: 16 jul. 2019.

BUENO, Lucas de Melo Reis. Arqueologia, Patrimônio e Sociedade: Quem define a agenda? **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 18, n. 26, p. 55-72, dez. 2011. Disponível em: https://leia.ufsc.br/files/2012/04/Bueno_esbo%C3%A7os2011.pdf. Acesso em: 3 mar. 2020.

CAU/BR; DATAFOLHA. **Pesquisa CAU/BR Datafolha** – O maior diagnóstico sobre Arquitetura e Urbanismo já feito no Brasil, 2015. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/>. Acesso em: 05 jun. 2021.

CHIAROTTI, Tiziano Mamede. O Patrimônio Histórico Edificado como Artefato Arqueológico: Uma Fonte Alternativa de Informações. **Habitus**, Gôiania, v.3, n.2, p.

301-319, jul./dez. 2005. Disponível em:
<http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/viewFile/61/61>. Acesso em:
02 abr. 2020.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. 4 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. *In*: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (Orgs.). **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Muad X: FAPERJ, 2012. p. 67-78.

COELHO, Cristina. Arquitetura e Arqueologia: uma relação dialógica na reconstrução da paisagem urbana. *In*: MACEDO, Jaqueline de; ANDRADE, Rubens de; TERRA, Carlos (Orgs.). **Arqueologia na paisagem**: novos valores, dilemas e instrumentais. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2012. p. 164 -174.

CORREA, Sandra Magalhães. O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v.24. n. 1. p. 15-57, 2016.

COSTA, Diogo Menezes. O urbano e a Arqueologia: uma fronteira transdisciplinar. **Vestígios** - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, v. 8, n. 2, p. 46-71, 31 dez. 2014.

COSTA, Tatiane de Carvalho. **A Arqueologia como instrumento de preservação do patrimônio arquitetônico**: a "restauração do quarteirão dos trapiches" de Laranjeiras-SE. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Campus de Laranjeiras, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2013. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/3215>. Acesso em: 25 ago. 2019.

DANTAS, Beatriz Góis. O Encontro Cultural de Laranjeiras segundo uma observadora participante. **Revista Geonordeste**. São Cristóvão, ano XXVI, n. 2, p. 100-114, ago./dez. 2015. Disponível em:
<<https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/5337/0>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

ENNES, Marcelo Alario. A imigração estrangeira em Sergipe (1875-1930). **História (São Paulo)**, São Paulo, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, v.30, n.2, p. 312-334, ago./dez. 2011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/his/a/s8NsSkvd4GhRHQx5Mk3LDTn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2021.

FEITOSA, Allan Rafael Veiga. **Memórias da cidade**: as ruínas da histórica Laranjeiras/SE. 2012. 230 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012. Disponível em:
<https://ri.ufs.br/handle/riufs/11134>. Acesso em: 16 jul. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11 ed. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.

FUNARI, Pedro Paulo A.; GRISOLIO, Lilian Marta; JUSTAMAND, Michel; MECHI, Patrícia Sposito. A história do Brasil entre lacunas, ausências e esquecimentos: conhecer também é um direito. *In*: CUNHA FILHO, Francisco Humberto; AGUIAR, Marcus Pinto (Orgs.). **Direitos Culturais: Múltiplas Perspectivas**. Vo. IV. Fortaleza: EdUECE, 2018, p.9-26.

GARCIAS, Carlos Mello; BERNARDI, Jorge Luiz. As funções sociais da cidade. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, Curitiba, UniBrasil, v. 4, p. 1-15, 2008. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/48/47>. Acesso em: 17 maio 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 28, n. 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v28n55/0103-2186-eh-28-55-0211.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 15-36, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/wRHHd9BPqsbsDBzSM33NZcG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27 jun. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil/Sergipe/Laranjeiras/ Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/laranjeiras/panorama>. Acesso em: 12 jul. 2020.

JACQUES, Paola Berenstein. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo? **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, Salvador, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, v. 6, n. 1, p. 32-39, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/view/3229/2347>. Acesso em: 17 maio 2021.

LARANJEIRAS. **Lei Complementar N.º 16/2008**, de 03 de julho de 2008. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Laranjeiras. Disponível em: <https://camaradelaranjeiras.se.gov.br/>. Acesso em 26 abr. 2021.

LARANJEIRAS. **Plano Diretor Participativo**. Produto 5 – Relatório Final – Volume II – Relatório Técnico. TECHNUM Consultoria. Maio, 2008. Disponível em: <https://camaradelaranjeiras.se.gov.br/>. Acesso em 03 abr. 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão. 7ª ed. revista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEÃO, Lícia Cotrim Carneiro. **O espaço livre público e a visão cotidiana da paisagem**: o caso do centro histórico de Laranjeiras-SE. 2011. 187 f. Dissertação

(Mestrado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-27012012-145452/pt-br.php>. Acesso em: 11 jul. 2021.

LIMA, Jeã Paulo; SILVA, Railson Cotias da; OLIVEIRA, Joseane da Silva; SANTOS, Luciano de Santana. Um olhar socioarqueológico. O patrimônio cultural e o sujeito histórico. *In*: NAJJAR, Rosana (Org.). **Arqueologia no Pelourinho**. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2010, p. 200-212. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColReg_ArqueologiaPelourinhov3_m.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.

LIMA, Mayra Rayanne Vieira Gonçalves. **Igreja Nossa Senhora Conceição dos Homens Pardos: indígenas e negros na arquitetura de Laranjeiras - Sergipe**. 2020. 134 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/13632>. Acesso em: 11 abr. 2021.

LIMA, Tania Andrade. A arqueologia na construção da identidade nacional: uma disciplina no fio da navalha. **Revista do Museu de Arqueologia de Xingó**, n. 9, p. 11-24, 2007b. Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2015/03/lima-arqueologia-identidade-nacional.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.

LIMA, Tania Andrade. Um passado para o presente: preservação arqueológica em questão. *In*: Lima, Tania Andrade (Org.). Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 33, p. 5-21, 2007a. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista_33compressed.pdf. Acesso em: 17 fev. 2020.

LYRA, Cyro Corrêa. A importância do uso na preservação da obra de arquitetura. **Arte & Ensaios** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Rio de Janeiro, Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, n. 13, p. 53-57, 2006. Disponível em: https://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2012/01/ae13_cyro_lyra.pdf. Acesso em: 17 maio 2021.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Educação Patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. 2 ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

MOURA, Jissely da Silva. **Morar no centro histórico de Laranjeiras (SE): investigação da inter-relação pessoa ambiente**. 2018. 122 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2018. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/9755>. Acesso em: 03 abr. 2021.

NAJJAR, Rosana; DUARTE, Maria Cristina Coelho. **Manual de arqueologia histórica em projetos de restauração**. Iphan/Programa Monumenta, 2002.

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Man_ArqueologiaHistoricaProjetosRestauracao_1edicao_m.pdf. Acesso em: 9 abr. 2020.

NARDI, Letícia. **Centro Histórico de Paranaguá – PR: usos e sentidos na cidade contemporânea**. 2011. 226 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95596>. Acesso em: 11 jul. 2021.

NERY, Juliana; BAETA, Rodrigo. Entre reflexões e práticas: a experiência do Programa Monumenta em Laranjeiras/SE. II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas. Natal, 2012. **[Anais]**. Disponível em: <<https://cecre.ufba.br>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. Tradução: Yara Aun Khoury. São Paulo, 1993.

NORONHA, Raquel Gomes. Visualidade, patrimônio e a construção do imaginário no centro histórico de São Luís-MA. Encontro Anual da ANPOCS, 30º. Minas Gerais, 2006. **[Anais]**. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/gt-26/gt10-20/3308-rnronha-visualidade/file>. Acesso em: 03 nov. 2019.

OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de. **Um estudo em Arqueologia Urbana: a Carta de Potencial Arqueológico do Centro Histórico de Porto Alegre**. 2005. 242 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

Disponível em:

https://www.academia.edu/34901313/UM_ESTUDO_EM_ARQUEOLOGIA_URBANA_A_CARTA_DE_POTENCIAL_ARQUEOL%C3%93GICO_DO_CENTRO_HIST%C3%93RICO_DE_PORTO_ALEGRE. Acesso em: 11 jul. 2021.

OLIVEIRA, David Barbosa de. A referência cultural do Inventário Nacional de proteção dos bens imateriais. *In*: CUNHA FILHO, Francisco Humberto; AGUIAR, Marcus Pinto (Orgs.). **Direitos Culturais: Múltiplas Perspectivas**. Vol. IV. Fortaleza: EdUECE, 2018. p.9-26.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PAIVA, Carlos Magno de; SOUZA, Andre Henrique Macieira. (Org.). **Manual para quem vive em casas**. 1 ed. Ouro Preto: Livraria & Editora Graphar, 2018.

Disponível em: <https://www.caumg.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/Manual-Casas-Tombadas-Completo.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2020.

PASSOS, Déboralys Ferreira. **O reconhecimento patrimonial em Laranjeiras: uma estratégia lúdica, multiplicadora e participativa**. 2019. 65 f. Trabalho de

Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/11449>. Acesso em: 03 abr. 2021.

PEDRO, Ana Paula. Ética, moral, axiologia e valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum. **Kriterion: Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, v. 55, n. 130, p. 483-498, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/kr/a/zMJGSvfJCfXBQwQRCyHnjgt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 jun. 2021.

RIEGL, Alois. 1905. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. Tradução: Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. I. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. *In*: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28.

PAOLI, Paula Silveira de. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. *In*: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (Orgs.). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Muad X: FAPERJ, 2012. p. 181-190.

REZENDE, Livia Lima. Sobre memória, trauma e cicatrização: a monumentalização dos Pretos Velhos. **Patrimônio e memória**. São Paulo, Unesp, v. 14, n. 2, p. 75-100, julho-dezembro, 2018. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/859>. Acesso em: 11 jun. 2021.

ROCHA, Maisa da Silva. **Arquitetura não é para pobre: ensino e prática popular, a experiência do Trapiche**, UFS - Laranjeiras/SE. 2021. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14289>. Acesso em: 03 abr. 2021.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira; PASSADOR, João Luiz. Os primeiros passos das políticas públicas de patrimônio cultural do Brasil. *In*: ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira; RICCI, Magda Maria de Oliveira; SILVA, Adriana (Orgs.). **Memória, Identidades e Políticas Públicas de Cultura**. Jundiaí: Paco Editorial: 2016, p.13-50.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias**. Tradução: Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. 2 ed., São Paulo: WMF Martins Fontes, 2001.

SAFE, Simone M. S.; PEREIRA COSTA, Stael de Alvarenga. PAISAGEM E PATRIMÔNIO: o papel da historicidade. FORUM PATRIMONIO: ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Belo Horizonte, v.8, n.2. Jul / Dez. 2015. **[Anais]**. Disponível em:

https://www.academia.edu/43074862/PAISAGEM_E_PATRIM%C3%94NIO_o_papel_da_historicidade_SAFE_Simone_M._S._1_PEREIRA_COSTA_Stael_de_Alvarenga_2. Acesso em: 12 jul. 2020.

SANTOS, Áurea Jaciane Araujo. **A importância da conservação do meio ambiente cultural para a construção de uma sociedade sustentável: o caso de Laranjeiras/SE**. 2015. 136 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4131>. Acesso em: 25 abr. 2021.

SEIXAS, Silvia Santos. **A contribuição da arqueologia da arquitetura no restauro: o caso do Quarteirão dos Trapiches/Laranjeiras - SE**. 2019. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) - Campus de Laranjeiras, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/12090>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SERGIPE. Decreto nº 2.048, de 12 de março de 1971. Eleva a cidade de Laranjeiras a categoria de monumento histórico. p. 111-112. *In*: AZEVEDO, Paulo Ormino de. (Coord.). **Plano Urbanístico de Laranjeiras**. V. 1 - a região e sua ocupação. Salvador: GRAU, 1975a.

SILVA, Bruno Sanches Ranzani da. **Descobrimos a Chácara e a Charqueada, pela arqueologia pública**. 2017. 357 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/711131/tde-30112017-091734/publico/BrunoRanziniORIGINAL.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020.

SILVA, João Ricardo Costa. O processo de patrimonialização do centro antigo de São Luís: práticas patrimoniais desenvolvidas pelo poder público. *In*: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (Orgs.). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Muad X: FAPERJ, 2012. p. 269-279.

SILVA, Lara Livia Santos da; LIMA, Alex Felipe Rodrigues; POLLI, Démerson André; RAZIA, Paulo Felipe Silvério; PAVÃO, Luis Felipe Alvim; CAVALCANTI, Marco Antônio Freitas de Hollanda; TOSCANO, Cristiana Maria. Medidas de distanciamento social para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil: caracterização e análise epidemiológica por estado. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 36, n. 9, jun. 2020. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1183/medidas-de-distanciamento-social-para-o-enfrentamento-da-covid-19-no-brasil-caracterizacao-e-analise-epidemiologica-por-estado>. Acesso em: 04 jul. 2021

SOSTER, Sandra Schmitt. Transdisciplinaridade na Gestão do Patrimônio Cultural. **Nomadas.usp**. Flash! 6 – Transpesquisa_intervenções colaborativas em mundos complexos, 01 jun 2016. Disponível em: http://www.nomads.usp.br/documentos/eventos/flash/flash06/Sandra_Soster_art_F6.pdf. Acesso em: 04 jul. 2021.

SOUSA, Marcio Morais de (Coord.); SILVA, Kelly Ferreira da; BATISTA, Suzy Karine Souza. **A proteção ao patrimônio cultural de Brasília**. [Recurso Eletrônico]. Brasília: Vestnik, 2015. Disponível em:

<https://play.google.com/books/reader?id=ksT0BgAAQBAJ&hl=pt&pg=GBS.PP1>. Acesso em: 12 fev. 2020.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n.16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 abr. 2020.

STASKI, Edward. Advances in urban archaeology. *In*: SCHIFFER, Michael (Ed.) **Advances in Archaeological Method and Theory**, V. 5. New York/ London: Academic Press, 1982. p. 97-149.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. A educação patrimonial no ensino de História. **BIBLOS**, v. 22, n. 1, p. 199–211, 2008. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/868>. Acesso em: 19 abr. 2021.

TOURINHO, Andréa de Oliveira; FARIAS, Larissa Tesubake de. Visões de Patrimônio e Cidade: Inventários de bens culturais na área central de Santo André, região metropolitana de São Paulo. **Revista CPC**, São Paulo, Universidade de São Paulo, n.29, p.36-67, jan./jul. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/166782/162420>. Acesso em: 16 mar. 2021.

TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. Tradução: Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

ZARANKIN, Andrés. **Paredes que domesticam**: arqueologia da arquitetura escolar capitalista: o caso de Buenos Aires. 2001. 249 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280101>. Acesso em: 28 jul. 2020.

APÊNDICE A – Fichas exploratórias dos trabalhos de monografia analisados

FICHA EXPLORATÓRIA – FE01		Nº 01
TÍTULO	Arquitetura não é para pobre: ensino e prática popular, a experiência do Trapiche, UFS - Laranjeiras/SE	
ANO	2021	
TIPO	Monografia	
AUTOR	Maisa da Silva Rocha	
DEPARTAMENTO	Arquitetura e Urbanismo/UFS	
RESUMO	<p>“Arquitetura não é para pobre!”, “Arquitetura é coisa de gente rica!” são frases frequentemente esbravejadas que transparecem o caráter elitista da arquitetura e que diante dos resultados da pesquisa demandada pelo CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) ao instituto Datafolha em 2015, evidenciando o excludente acesso desses serviços à boa parte da população brasileira. Diante disso, o Trabalho de Conclusão de Curso II intitulado por “Arquitetura não é para pobre! Ensino e prática popular, a experiência do Trapiche, UFS, Laranjeiras/SE”, tem por objetivo discutir e avaliar a práxis social a partir da extensão universitária popular atendida por “Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo – O Trapiche” da Universidade Federal de Sergipe, desenvolvida no período que compreende 2014, ano de sua fundação, até então. Tendo por metodologia a revisão bibliográfica onde foram realizadas leituras de livros, artigos, revistas e outros materiais encontrados na literatura que tratem a respeito da atuação do Estado, das políticas públicas, da pobreza e exclusão urbana tendo como foco a práxis social na arquitetura e urbanismo. Em relação ao TRAPICHE, as análises terão por base as atas de reuniões e Assembleias Gerais, materiais disponíveis em seu acervo e redes sociais oficiais. Por fim, a perspectiva adotada demonstrará que através da práxis social, exercendo a função social da arquitetura por via da assessoria técnica, será possibilitada a formulação de um “novo saber fazer” que não apenas contemple a população trabalhadora excluída das oportunidades urbanas, mas que em conjunto com ela se formule novas sínteses, fortalecendo a importância do projeto EMAU enquanto prática extensionista popular.</p>	
PALAVRAS-CHAVE	Habitação. Financeirização. Políticas Públicas. Assistência Técnica. Direito à Cidade.	
PRINCIPAIS CONCLUSÕES	<p>A forma de funcionamento do EMAU se difere dos escritórios comerciais e não há uma fórmula pronta para seguir; O Trapiche é uma extensão universitária de caráter popular, que, apesar de possuir autonomia estudantil, professores-orientadores são essenciais para o desenvolvimento de novas práticas e formulação de sínteses; Dentro de um contexto tão desigual e injusto existente no Brasil, o acesso aos profissionais de arquitetura tão restrito à classe dominante ou à parcela da classe trabalhadora, ele é um difusor de serviços de arquitetura e urbanismo dentro do estado de Sergipe.</p>	
URL DE ACESSO	https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14289	

FICHA EXPLORATÓRIA – FE02		Nº 02
TÍTULO	Igreja Nossa Senhora Conceição dos Homens Pardos: indígenas e negros na arquitetura de Laranjeiras – Sergipe	
ANO	2020	
TIPO	Monografia	
AUTOR	Mayra Rayanne Vieira Gonçalves Lima	
DEPARTAMENTO	Arquitetura e Urbanismo/UFS	
RESUMO	<p>O presente trabalho objetiva narrar uma pouco da história dos negros e indígenas na arquitetura de Laranjeiras (SE) do século XIX, através de um objeto de estudo, a Igreja Nossa Senhora Conceição dos homens pardos. Por meio de um discurso decolonial, buscando contribuir para os estudos de Teoria e História da arquitetura. Abordando a participação dos negros, indígenas e pardos na fundação, construção e posterior vivência dessa igreja. Abordando assim alternativas no pensar a arquitetura histórica, em detrimento ao discurso europeu e elitista predominante na área. O discurso decolonial, como seria uma alternativa de resistência cultural. Como metodologia para o trabalho, houve aprofundamento de bibliografia base sobre os primeiros povos de Laranjeiras, a arquitetura indígena, a arquitetura africana. Levantamento de dados sobre os pardos no século XIX de Laranjeiras, a fundação da igreja, a construção, a vida social, os seus materiais de construção, sua simbologia e disposição espacial. Seus espaços externos e internos foram analisados através de visitas, recursos imagéticos, plantas baixas e elevações. Foram verificadas também pesquisas sobre amostras de suas argamassas, além de pesquisas sobre suas cores internas. Encontrando assim uma igreja de arquitetura multicultural, em seus materiais de construção, técnicas construtivas, disposição espacial, simbologia e no contexto sociopolítico.</p>	
PALAVRAS-CHAVE	Arquitetura histórica. Discurso decolonial. Indígenas. Pretos. Matriz africana. Laranjeiras. Sergipe.	
PRINCIPAIS CONCLUSÕES	<p>Tornou-se notório que Laranjeiras teve três povos formadores: os brancos que mantinham o poder da metrópole e da cultura europeia, os negros cruelmente escravizados e os indígenas, primeiros povos do território com ligação milenar a essa terra, que sofreram verdadeiro massacre; Foi percebida também a infinidade de costumes construtivos herdados dos antepassados africanos, os bantos e sudaneses, além de palavras, crenças e hábitos;</p> <p>Assim como acontece com a Igreja N. Sra. Conceição dos homens pardos, provavelmente muitas igrejas pelo Brasil têm a cultura indígena e negra em seus materiais de construção, técnicas construtivas, símbolos e cores. Esses povos milenares não só formaram a base de técnicas, simbologia e vivência de obras arquitetônicas e cidades brasileiras, como construíram e ainda constroem todas elas. Portanto, essa espacialidade multicultural deve ser melhor divulgada à população, as construções brasileiras são realmente dignas de proteção e admiração, mas, por seu caráter plural, a arquitetura brasileira é afro-indígena e isso as torna únicas.</p>	
URL DE ACESSO	http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/13632	

FICHA EXPLORATÓRIA – FE03		Nº 03
TÍTULO	A contribuição da arqueologia da arquitetura no restauro: o caso do Quarteirão dos Trapiches/Laranjeiras- SE	
ANO	2019	
TIPO	Monografia	
AUTOR	Silvia Santos Seixos	
DEPARTAMENTO	Arqueologia/UFS	
RESUMO	<p>O artigo objetiva analisar as práticas arqueológicas em intervenções arquitetônicas no Brasil, tendo como estudo de caso a restauração do Quarteirão dos Trapiche sem Laranjeiras -SE. No Brasil as atividades arqueológicas sobre a cultura material das edificações ainda padecem de arcabouços sistemáticos mais efetivos, no âmbito da restauração arquitetônica tais carências se mostram ainda mais evidentes quando analisamos os casos realizados. O Quarteirão dos Trapiches se apresenta como um importante exemplo a ser analisado. Restaurado com objetivo de ser Campus Universitário, a edificação passou por intervenções arqueológicas que pouco dialogaram com a proposta de restauro ou mesmo com o enriquecimento da instância histórica dos sobrados homogeneizados internamente sob um conjunto de fachadas que testemunham a perda de parte de sua história. A pesquisa foi instrumentalizada através da análise do relatório arqueológico, bem como dos projetos e produções acadêmicas que versam sobre os resultados da restauração.</p>	
PALAVRAS-CHAVE	Arqueologia da Arquitetura. Restauro. Metodologia Arqueológica.	
PRINCIPAIS CONCLUSÕES	<p>A Arqueologia da Arquitetura ainda passa por muitas dificuldades em intervenções arquitetônicas;</p> <p>O caso apresentado, o Quarteirão dos Trapiches, exemplifica os obstáculos enfrentados pela disciplina na participação de projetos e como a arqueologia pode ser “moldada” durante a sua atuação;</p> <p>O novo pensar da arqueologia no âmbito arquitetônico pode auxiliar nas posturas que o profissional deve ter diante do elemento arquitetônico e de como proceder para se ter êxito nas intervenções;</p> <p>Deve-se compreender que a arqueologia pode contribuir para o edifício em sua totalidade, não somente para o resgate e interpretação da materialidade existente nas estruturas, mas também para uma leitura arquitetônica das paredes e seus materiais construtivos.</p>	
URL DE ACESSO	http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/12090	

FICHA EXPLORATÓRIA – FE04		N° 04
TÍTULO	O Reconhecimento patrimonial em Laranjeiras: uma estratégia lúdica, multiplicadora e participativa	
ANO	2019	
TIPO	Monografia	
AUTOR	Déboralys Ferreira Passos	
DEPARTAMENTO	Arquitetura e Urbanismo/UFS	
RESUMO	<p>O presente estudo propõe discutir o papel do lúdico no processo de conservação de sítios históricos, realizando um estudo de caso na cidade de Laranjeiras-SE, tendo em vista o seu potencial como instrumento colaborador da formação social, associado ao sentido de valorização, preservação e identidade individual e coletiva. A proposta do trabalho foi sensibilizar o público infantil, com idade entre 6 e 10 anos, a trocar experiências em torno do patrimônio cultural de Laranjeiras a partir de ações lúdicas, colaborando para o reconhecimento e sentimento de pertencimento à cidade. As ações lúdicas ocorreram através de parcerias feitas com as escolas da rede privada e pública do centro histórico da cidade, e foram baseadas na metodologia de educação patrimonial. Ao total foram realizadas três ações em cada escola, das quais se dividiram respectivamente em: aplicação de mapas mentais, brincadeiras envolvendo jogos (jogo da memória e quebra-cabeça) e brincando de pega-pega (à pedido das crianças). Diante dos resultados obtidos se espera que novos trabalhos sejam desenvolvidos nessa linha de estudo, afim de atualizar cada vez mais a temática do patrimônio e o que perpassa por ele, além de ampliar o campo de trabalho do profissional de arquitetura e urbanismo, que normalmente se resume a projetos deixando de lado o papel com a função social com a cidade.</p>	
PALAVRAS-CHAVE	Reconhecimento. Patrimônio. Estratégias lúdicas.	
PRINCIPAIS CONCLUSÕES	<p>Por falar em preservação, faz-se necessário frisar que preservar a arquitetura da cidade é uma medida relevante para a comunidade e para a própria urbe, tendo em vista que, a partir disso, é possível conhecer e se reconhecer na própria história e na história do outro; A importância de se ter políticas públicas preservacionistas voltadas para o patrimônio, a partir da criação de estratégias significativas que o protejam de modo geral, permitindo que as gerações futuras tenham conhecimento sobre eles e se sintam pertencidas à cidade.</p>	
URL DE ACESSO	http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/11449	

FICHA EXPLORATÓRIA – FE05		Nº 05
TÍTULO	Acessibilidade no Campuslar-UFS: proposta de rota acessível e de adequação do Campus	
ANO	2018	
TIPO	Monografia	
AUTOR	Danillo Cruz de Almeida	
DEPARTAMENTO	Arquitetura e Urbanismo/UFS	
RESUMO	<p>O presente trabalho aborda a importância da acessibilidade no ambiente acadêmico, destacando sua legislação e normas vigentes que asseguram os direitos das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, além de apresentar dados expressivos dessa população no Brasil e na Universidade Federal de Sergipe. São descritos conceitos elaborados por autores reconhecidos nessa temática, como também realizada análises de projetos de acessibilidade em edificação e centros históricos, além dos resultados obtidos através da metodologia aplicada e dos diagnósticos realizados in loco, que deram suporte para alcançar o objetivo desse trabalho, que é realizar um anteprojeto de adequação da acessibilidade e de uma rota acessível para chegada e circulação no Campus Laranjeiras da UFS, visto que se comprovou que ele não apresenta condições de acessibilidade, direito assegurado a todos os cidadãos.</p>	
PALAVRAS-CHAVE	Acessibilidade. Rota acessível. Centro histórico. Universidade pública.	
PRINCIPAIS CONCLUSÕES	<p>Dificuldade de acesso e deslocamento no Campus Laranjeiras da Universidade Federal de Sergipe, que, nas condições atuais, impossibilita às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida de fruir dos seus direitos;</p> <p>Um projeto de acessibilidade pode contribuir para autonomia de uma pessoa.</p>	
URL DE ACESSO	http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/12679	

FICHA EXPLORATÓRIA – FE06		Nº 06
TÍTULO	Morar no centro histórico de Laranjeiras (SE): investigação da inter-relação pessoa ambiente	
ANO	2018	
TIPO	Monografia	
AUTOR	Jissely da Silva Moura	
DEPARTAMENTO	Arquitetura e Urbanismo/UFS	
RESUMO	<p>Diversos conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos são tombados pelo IPHAN no Brasil, ou seja, são reconhecidos legalmente como patrimônio nacional pela cultura e pela história que carregam. Em muitos casos, esses sítios históricos encontram-se inseridos em centros de cidades, em meio a dinâmica do dia-a-dia da comunidade local. É o caso de Laranjeiras-SE, rica em cultura e arquitetura que conta a sua história desde o início das primeiras ocupações. Mas como vivem os moradores dessa área de tombamento? Como se percebem nesse contexto e qual importância para suas vidas tal título? Quais possíveis consequências existem em relação a manutenção das moradias? É importante ressaltar que embora vivam em um lugar antigo, essas pessoas possuem necessidades atualizadas que precisam ser supridas. Este trabalho exemplifica, por meio do estudo dos moradores e moradias do centro histórico de Laranjeiras, a importância de considerar, nos projetos e/ou intervenções de arquitetura, mais do que os aspectos físicos e funcionais, a dimensão psicológica do indivíduo, uma vez compreendida as interações que ocorrem entre a pessoa e o ambiente. Para tanto, fundamenta-se em conceitos que perpassam a Arquitetura (Habitabilidade, Adequação ao uso) e a Psicologia (Apego ao lugar, Apropriação do espaço).</p>	
PALAVRAS-CHAVE	Sítio histórico. Inter-relação pessoa-ambiente. Arquitetura. Psicologia Ambiental.	
PRINCIPAIS CONCLUSÕES	<p>Existe alguma preocupação com a conservação e a restauração dos monumentos isolados, como sobrados, igrejas, trapiches, mas pouca ou nenhuma preocupação com as pequenas unidades habitacionais populares;</p> <p>Tratando a moradia como o ambiente primário de cada ser humano, este o transforma em lugar ao refletir nele sua identidade;</p> <p>Propor intervenções que valorizem, além das Igrejas e museus, as unidades habitacionais populares, intensifica a qualificação do centro histórico como um todo;</p> <p>Interesse dos profissionais de arquitetura, que se preocupam com aqueles que ocupam o espaço projetado, a considerar mais do que as dimensões físicas e funcionais, a inter-relação das pessoas com o ambiente construído, tendo como objetivo a saúde integral do indivíduo.</p>	
URL DE ACESSO	http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/9755	

ANEXO A – Mapa turístico sobre Laranjeiras, elaborado pela prefeitura municipal, disponibilizado em 2014

